

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS**

**ANDRESSA LEONOR DE MIRANDA**

**SOB A PENUMBRA DA LUZ:**

**A INVENÇÃO DE UM TERRITÓRIO TIDO COMO "PROMÍSCUO"**

**CAMPINAS**

**2023**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS, AMBIENTAIS E DE TECNOLOGIAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM ARQUITETURA E**  
**URBANISMO**

**ANDRESSA LEONOR DE MIRANDA**

**SOB A PENUMBRA DA LUZ:**

**A invenção de um território tido como "promíscuo"**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* ao Curso de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Jane Victal

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. This research is supported by the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel - Brazil (CAPES) – Finance Code 001.

**CAMPINAS**

**2023**

Ficha catalográfica elaborada por Adriane Elane Borges de Carvalho CRB 8/9313  
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

711.4 M672s	<p>Miranda, Andressa Leonor de</p> <p>Sob a penumbra da Luz: a invenção de um território tido como "promíscuo" / Andressa Leonor de Miranda. - Campinas: PUC-Campinas, 2022.</p> <p>185 f.: il.</p> <p>Orientador: Jane Victal Ferreira.</p> <p>Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2022. Inclui bibliografia.</p> <p>1. Planejamento urbano. 2. Cultura - Urbanização - Luz (bairro de São Paulo). 3. Cidades e Vilas - Melhoramentos públicos - São Paulo. I. Ferreira, Jane Victal. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.</p> <p>CDD - 22. ed. 711.4</p>
----------------	--

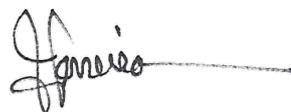
**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS, AMBIENTAIS E DE TECNOLOGIAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM ARQUITETURA E**  
**URBANISMO**

**ANDRESSA LEONOR DE MIRANDA**

**SOB A PENUMBRA DA LUZ:**

**A invenção de um território tido como "promíscuo"**

Dissertação defendida em 23 de janeiro de  
2023 pela comissão examinadora:



---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jane Victal Ferreira

Orientadora e presidente da comissão  
examinadora.

Pontifícia Universidade Católica de  
Campinas.



---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vera Santana Luz

Pontifícia Universidade Católica de  
Campinas.

DocuSigned by:



418EDE5976374EA...

---

Prof. Dr. Marcelo Justo

Instituto Paul Singer - São Paulo

**CAMPINAS**

**2023**

## AGRADECIMENTOS

A minha mais profunda e imensa gratidão a todos que, de alguma forma, contribuíram com a escrita dessa dissertação.

À Jane, minha orientadora, por aceitar esta empreitada. O meu imenso agradecimento, por todo o incentivo, inspiração, carinho e dedicação. Você me mostrou que o meio acadêmico pode ser humano e gentil.

À Leticia, minha mãe, pela paciência, suporte, confiança e amor. Vivemos altos e baixos durante esses dois anos, mas você, com o seu imenso coração, sempre esteve ao meu lado, me fortalecendo à sua maneira. A sua força é a minha inspiração!

Às minhas irmãs, Cristina e Adriana, por todo o amor, carinho, apoio, incentivo e amparo nos momentos de aflição. Vocês são o meu porto seguro, é uma dádiva compartilhar essa existência com vocês.

À Cynthia, minha amada amiga, pelo auxílio, amor, carinho, apoio e companheirismo. A minha imensa gratidão por ter trilhado comigo esse caminho que, por vezes, nos trouxe angústias e inseguranças, mas que superamos juntas.

Ao Lucas, meu querido amigo, pelas reflexões, apoio e amizade.

Ao Alisson, pois sem ele esta dissertação não seria possível. Imensa gratidão pelo seu apoio e amizade.

Aos professores que acreditaram em mim e me incentivaram durante todas as etapas da minha formação, em especial, ao Lorette, à Larissa e à Esther.

À Capes, pelo apoio financeiro.

“Ninguém nasce feito, é experimentando-nos no mundo que  
nós nos fazemos.”

Paulo Freire

## RESUMO

O presente trabalho se empenhou em investigar o que se entende por região da Luz na cidade de São Paulo, buscando, na gênese e no desenvolvimento da localidade, pistas para entender a narrativa de degradação presente na contemporaneidade. Objetivando entender a construção das narrativas de conteúdo negativo e legitimar o direito à cidade de atores estigmatizados pela situação de rua, a pesquisa pretendeu contribuir com os estudos sobre o sentido de lugar em espaços de memórias difíceis, bem como suscitar o debate sobre a apropriação do espaço público por essas pessoas, revelando a manifestação da sua produção cultural. Além da pesquisa de campo, a investigação se pautou em análises bibliográficas, cartográficas, iconográficas e de documentação jornalística, através das quais se constatou a estigmatização do lugar pela dicotomia de significados entre bairro popular e bairro aristocrata, em que a requalificação urbana aparece como meio de promoção da assepsia urbana pela supressão do conteúdo popular local, assim como de suas manifestações culturais que se perpetuam no espaço como vestígios de um modo de ser.

**Palavras-chave:** Significação Espacial; Cultura Urbana; Vivência no Território; Região da Luz; São Paulo.

## ABSTRACT

The present work endeavored to investigate what is understood as the region of Luz in the city of São Paulo, seeking, in the genesis and in the development of the locale, clues to understand the narrative of degradation present in contemporary times. Aiming to understand the construction of negative content narratives and legitimize the right to the city of actors that were stigmatized by living in the streets, the research intended to contribute to studies on the sense of place in spaces of difficult memories, as well as to raise the debate on the appropriation of the public space by these people, revealing the manifestation of their cultural production. In addition to field research, the investigation was based on bibliographic, cartographic, iconographic and journalistic documentation analyses, through which the stigmatization of the place was verified by the dichotomy of meanings between popular neighborhood and aristocratic neighborhood, in which urban requalification appears as a means of promoting urban sterilization by suppressing popular local content, as well as its cultural manifestations that are perpetuated in space as vestiges of a way of being.

**Key-words:** Sense of Place; Urban Culture; Territorial Experience; Luz Region; São Paulo.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Mapa da divisão da cidade em regiões, prefeituras regionais e distritos.	28
<b>Figura 2</b> – Mapa do Distrito da Sé editado pela autora. ....	29
<b>Figura 3</b> – Recorte espacial do perímetro de estudo elaborado no Google Earth, com base no ideário popular do que se tem como a região da Luz. ....	31
<b>Figura 4</b> – Matéria detectada no acervo da Folha de São Paulo que apresenta pela primeira vez, neste periódico, o termo “Cracolândia”. ....	32
<b>Figura 5</b> – Charge retratando usuários de crack em São Paulo e a sua correlação com a violência na cidade. ....	33
<b>Figura 6</b> – Comentários divergentes sobre matérias veiculada no jornal Folha de São Paulo acerca da Cracolândia. ....	34
<b>Figura 7</b> – Documento jornalístico evidenciando a dinâmica de dispersão da Cracolândia pela polícia militar. ....	35
<b>Figura 8</b> – Documento jornalístico evidenciando a dinâmica de dispersão da Cracolândia pela polícia militar. ....	36
<b>Figura 9</b> – Mapa de ocupação da Cracolândia elaborado no Google Earth com base no mapa produzido pela cientista social Marina Mattar Soukef Nasser. ....	37
<b>Figura 10</b> – Mapa de distribuição espacial da população em situação de rua presente no Censo da população em situação de rua de São Paulo. ....	38
<b>Figura 11</b> – Índice de Vulnerabilidade Social no município de São Paulo. ....	39
<b>Figura 12</b> – Mapa de distribuição espacial da população em situação de rua presente no Censo da população em situação de rua de São Paulo. ....	40
<b>Figura 13</b> – Plantas da cidade de São Paulo: mostrando seu desenvolvimento, elaborada pela Comissão Geographica e Geologica. ....	42
<b>Figura 14</b> – Fragmento do mapa “Plantas da cidade de São Paulo: mostrando seu desenvolvimento, elaborada pela Comissão Geographica e Geologica” editado pela autora. ....	43
<b>Figura 15</b> – Planta da cidade de São Paulo levantada em 1810 pelo Eng. Rufino José Felizardo e Costa, com acréscimos de edição elaborada pela autora. ....	47
<b>Figura 16</b> – Fragmento do mapa “Planta da cidade de São Paulo” evidenciando a região do Acú, elaborado pelo engenheiro Gastão Cesar Bierrembach de Lima e editado pela autora. ....	52

<b>Figura 17</b> – Gravura de Alfred Martinet representando Santo Elesbão e Santa Ifigênia, 1853-1858.....	54
<b>Figura 18</b> – Planta Cadastral da Cidade de São Paulo – Sta. Ephigenia, levantada sob a direção do Engenheiro V. Huet de Bacellar, editada pela autora. ....	55
<b>Figura 19</b> – Casarão transformado em cortiço no bairro de Santa Ifigênia, em São Paulo. Aproximadamente década de 1930. ....	58
<b>Figura 20</b> – Documento jornalístico abordando a história da região conhecida como Boca do Lixo.....	61
<b>Figura 21</b> – Ilustração em material jornalístico com título de “A geografia da noite”.64	
<b>Figura 22</b> – Documento jornalístico sobre o meretrício na região da Luz.....	65
<b>Figura 23</b> – Registro do cineasta Ozualdo Candeias filmando “Festa na Boca” em 1976. ....	67
<b>Figura 24</b> – Imagem de pintura presente na Rua do Triunfo em referência ao cinema da Boca do Lixo capturada pelo Google Earth. ....	68
<b>Figura 25</b> – Fragmento do mapa “Planta da cidade de São Paulo”, evidenciando a região do Campo Redondo, elaborado pelo engenheiro Gastão Cesar Bierrembach de Lima e editado pela autora. ....	69
<b>Figura 26</b> – Fragmento do mapa “Planta da cidade de São Paulo” levantada pela Companhia Cantareira e esgotos, elaborada pelo engenheiro Henry B. Joyner M.I.C.E e editado pela autora.....	70
<b>Figura 27</b> – Fragmento do mapa “S. Paulo Monumental” elaborado por G. Castiglione.....	71
<b>Figura 28</b> – Captura pelo Google Earth que mostra o emprego de carroças como opção econômica gerada pela cultura de baixo. ....	88
<b>Figura 29</b> – Captura pelo Google Earth que mostra os modos de habitar na região de estudo.....	89
<b>Figura 30</b> – Captura pelo Google Earth que mostra os modos de habitar na região de estudo.....	89
<b>Figura 31</b> – Captura pelo Google Earth que mostra os modos de habitar na região de estudo.....	89
<b>Figura 32</b> – Captura pelo Google Earth que mostra os modos de habitar na região de estudo.....	90
<b>Figura 33</b> – Captura pelo Google Earth que mostra os modos de habitar na região de estudo.....	90

<b>Figura 34</b> – Captura pelo Google Earth que mostra os modos de habitar na região de estudo.....	91
<b>Figura 35</b> – Captura pelo Google Earth que mostra os modos de habitar na região de estudo.....	91
<b>Figura 36</b> – Captura pelo Google Earth que mostra os modos de habitar na região de estudo.....	92
<b>Figura 37</b> – Captura pelo Google Earth do lugar em que a Cracolândia se assentou no ano de 2021. ....	94
<b>Figura 38</b> – Captura pelo Google Earth da dinâmica de apagamento e limpeza que aconteceu na cidade ocultando as marcas desse território flutuante em 2022. ....	95
<b>Figura 39</b> – Captura pelo Google Earth que compara a varredura tridimensional da suposta “obra de arte” e de manifestação pictórica encontrada no bairro de Santa Ifigênia, nas imediações da Cracolândia.....	96
<b>Figura 40</b> – Captura pelo Google Earth que compara a varredura tridimensional da suposta “obra de arte” e de manifestação pictórica encontrada no bairro de Santa Ifigênia, nas imediações da Cracolândia.....	97
<b>Figura 41</b> – Captura pelo Google Earth de graffiti registrado na área de estudo expondo crítica ao auxílio dos governantes. ....	99
<b>Figura 42</b> – Captura pelo Google Earth de graffiti registrado na área de estudo em alusão às atitudes coletivas equivocadas. ....	100
<b>Figura 43</b> – Captura pelo Google Earth de graffiti registrado na área de estudo em que a imagem de Cristo é utilizada como metáfora para tratar a problemática de pessoas em situação de rua.....	100
<b>Figura 44</b> – Captura pelo Google Earth de detalhe de graffiti registrado na área de estudo em que a imagem de Cristo é utilizada como metáfora para tratar a problemática de pessoas em situação de rua. ....	101
<b>Figura 45</b> – Captura pelo Google Earth de graffiti registrado na área de estudo com imagem de um Cristo Negro em manifestação de paz e igualdade. ....	101
<b>Figura 46</b> – Captura pelo Google Earth de graffiti registrado na área de estudo com imagem de um Cristo Negro agora modificado tratando ainda sobre a condição das pessoas em situação de rua e a pandemia do Covid-19.....	102
<b>Figura 47</b> – Captura pelo Google Earth de graffiti encontrado na área de estudo em metáfora ao tempo. ....	102

<b>Figura 48</b> – Captura pelo Google Earth de graffiti encontrado na área de estudo com teor político homenageando Marielle Franco. ....	103
<b>Figura 49</b> – Captura pelo Google Earth de pichações e graffiti encontrados na área de estudo.....	103
<b>Figura 50</b> – Captura pelo Google Earth de graffiti encontrado na área de estudo com temática indígena. ....	104
<b>Figura 51</b> – Captura pelo Google Earth de graffiti diversos encontrados na área de estudo. ....	104
<b>Figura 52</b> – Captura pelo Google Earth de pichações diversas, folhetins e graffiti em alusão ao ato de graffitar.....	105
<b>Figura 53</b> – Captura pelo Google Earth de graffiti encontrados na área de estudo. ....	105
<b>Figura 54</b> – Captura pelo Google Earth de pichações e graffiti encontrados na área de estudo, destacando-se o painel com os dizeres “Ocupar, resistir, construir juntos” em provável imóvel de ocupação. ....	106
<b>Figura 55</b> – Captura pelo Google Earth de pichações e graffiti encontrados na área de estudo, em possível cortiço no século XIX, destacando-se a inscrição “tememos mais a fome do que a morte”.....	106
<b>Figura 56</b> – Captura pelo Google Earth de graffiti encontrados na área de estudo, destaca-se a assinatura do artista Índio Badaross.....	107
<b>Figura 57</b> – Captura pelo Google Earth de graffiti encontrado na área de estudo..	107
<b>Figura 58</b> – Captura pelo Google Earth de pichação registrada na área de estudo em crítica ao governo Bolsonaro.....	108
<b>Figura 59</b> – Captura pelo Google Earth de pichações registradas na área de estudo contendo manifestações contra o governo e apelo à polícia militar, bem como outras inscrições de grupos diversos. ....	109
<b>Figura 60</b> – Captura pelo Google Earth de pichações registradas na área de estudo com diversas inscrições de diferentes grupos e denúncia sobre a polícia militar e o Estado. ....	109
<b>Figura 61</b> – Captura pelo Google Earth de pichações nas proximidades da Cracolândia contendo diversas inscrições de diferentes grupos e intimidação à polícia militar. ....	110
<b>Figura 62</b> – Captura pelo Google Earth de pichações em muro adjacente à Cracolândia com frases sobre o crack. ....	110

<b>Figura 63</b> – Captura pelo Google Earth de pichações em muro em frente à Cracolândia com inscrições diversas, destacando-se o protesto de que a polícia militar mata.....	111
<b>Figura 64</b> – Captura pelo Google Earth de pichações em muro adjacente à Cracolândia com inscrições diversas com nomes de territorialidades como “Craco” e “Fluxo” e assinaturas de grupos.....	111
<b>Figura 65</b> – Captura pelo Google Earth de pichações nas proximidades da Cracolândia contendo diversas inscrições.....	112
<b>Figura 66</b> – Captura pelo Google Earth de pichações nas proximidades da Cracolândia contendo diversas inscrições, destacando-se entre elas associações de identificação com o lugar com os dizeres “Sou Luz” e “Boca do Lixo”.....	112
<b>Figura 67</b> – Captura pelo Google Earth de pichações registradas na área de estudo contendo inscrições referentes a assinatura de nomes e identificação com o lugar pela expressão “100% Boca do Lixo”.....	113
<b>Figura 68</b> – Captura pelo Google Earth de pichações registradas na área de estudo contendo inscrições diversas, destacando-se as expressões de identificação com o lugar “Boca do Lixo” e “Direito p/ Craco”.....	113
<b>Figura 69</b> – Captura pelo Google Earth de pichações registradas na área de estudo com inscrições e símbolos como pentagrama e a sequência numérica “666”.....	114
<b>Figura 70</b> – Captura pelo Google Earth de pichações e graffiti registrados na área de estudo com inscrições símbolos.....	114
<b>Figura 71</b> – Captura pelo Google Earth de pichações de mensagens e assinaturas encontradas na área de estudo.....	115
<b>Figura 72</b> – Captura pelo Google Earth de pichações e graffiti encontrados na área de estudo, dentre as inscrições se encontram mensagens, assinaturas e símbolos.....	115
<b>Figura 73</b> – Captura pelo Google Earth de pichações e folhetins encontrados na área de estudo, ressalta-se o termo de identificação “Boca do Lixo”.....	116
<b>Figura 74</b> – Captura pelo Google Earth de pichações e graffiti encontrados na área de estudo e aglomeração de pessoas em situação de rua.....	116
<b>Figura 75</b> – Captura pelo Google Earth de pichações e graffiti encontrados na área de estudo com uma diversidade de inscrições.....	117
<b>Figura 76</b> – Captura pelo Google Earth de pichações diversas encontradas na área de estudo.....	117

<b>Figura 77</b> – Captura pelo Google Earth de pichações diversas encontradas na área de estudo.....	118
<b>Figura 78</b> – Captura pelo Google Earth de pichações e graffiti encontrados na área de estudo.....	118
<b>Figura 79</b> – Captura pelo Google Earth de pichações diversas encontradas na área de estudo, destaca-se a frase “A arte aberta!”.....	119
<b>Figura 80</b> – Captura pelo Google Earth de pichações encontradas na área de estudo, as inscrições consistem em assinaturas de grupos e símbolos. ....	119
<b>Figura 81</b> – Captura pelo Google Earth de pichações diversas encontradas na área de estudo.....	120
<b>Figura 82</b> – Captura pelo Google Earth de pichações diversas encontradas na área de estudo destacando-se a simbologia do relógio. ....	120
<b>Figura 83</b> – Captura pelo Google Earth de pichação encontrada na área de estudo. ....	121
<b>Figura 84</b> – Captura pelo Google Earth de pichações encontradas na área de estudo, destacando-se a convocação de uma greve geral. ....	121
<b>Figura 85</b> – Captura pelo Google Earth de pichações de diversos grupos encontradas na área de estudo.....	122
<b>Figura 86</b> – Captura pelo Google Earth de pichações de diversos grupos encontradas na área de estudo, destacando-se frase com teor religioso. ....	122
<b>Figura 87</b> – Captura pelo Google Earth de pichações encontradas na área de estudo próxima a Cracolândia. ....	123
<b>Figura 88</b> – Captura pelo Google Earth de pichação encontrada na área de estudo reivindicando a devolução de carroças utilizadas como instrumento de trabalho pela população de rua.....	123
<b>Figura 89</b> – Captura pelo Google Earth de pichações de diversos grupos encontradas na área de estudo.....	124
<b>Figura 90</b> – Captura pelo Google Earth de pichação com frase de efeito “Não se aliene” encontrada na área de estudo.....	125
<b>Figura 91</b> – Captura pelo Google Earth de pichações registradas em proximidade com a Cracolândia, das inscrições destaca-se a frase “Uma pátria que não investe em educação é uma mãe que renega seus filhos”.....	125
<b>Figura 92</b> – Captura pelo Google Earth de graffiti e pichações registradas na área de estudo, destacando-se a frase “Essa cidade acabou e ninguém viu”. ....	126

<b>Figura 93</b> – Captura pelo Google Earth de pichações e graffiti encontrados na área de estudo, destacando-se a frase “o que vejo agora e sou perdido no depois”. .....	126
<b>Figura 94</b> – Captura pelo Google Earth de pichações e grafitti encontrados na área de estudo com a frase de efeito “quando a dor se vai”. .....	127
<b>Figura 95</b> – Captura pelo Google Earth de composição de folhetins reflexivos colados em parede graffitada. ....	128
<b>Figura 96</b> – Captura pelo Google Earth de detalhe da composição de folhetins reflexivos colados em parede graffitada. ....	128
<b>Figura 97</b> – Captura pelo Google Earth de pichações, grafittis e folhetins encontrados na área de estudo. ....	129
<b>Figura 98</b> – Captura pelo Google Earth de pichações diversas e folhrtins encontrados na área de estudo. ....	129
<b>Figura 99</b> – Captura pelo Google Earth de pichações diversas e folhetins que tratam metaforicamente sobre a Cracolândia encontrados na área de estudo. ....	130
<b>Figura 100</b> – Captura pelo Google Earth de grafittis e folhetins encontrados na área de estudo. ....	130
<b>Figura 101</b> – Captura pelo Google Earth de grafittis e folhetins encontrados na área de estudo. ....	131
<b>Figura 102</b> – Captura pelo Google Earth de pichações e folhetins encontrados na área de estudo, destacando-se protestos ao governo Bolsonaro. ....	131
<b>Figura 103</b> – Captura pelo Google Earth de grafittis e folhetins encontrados na área de estudo com temáticas diversas. ....	132
<b>Figura 104</b> – Captura pelo Google Earth de folhetim encontrado na área de estudo. ....	132
<b>Figura 105</b> – Ponto de vigilância da operação policial contra o tráfico de drogas. .	134
<b>Figura 106</b> – Folhetins poéticos presente na área de estudo com figura nordestina (cangaceiro) e africana (provável representação de um orixá). ....	135
<b>Figura 107</b> – Folhetins poéticos presente na área de estudo, destacando-se a cartografia do acesso a água em São Paulo. ....	136
<b>Figura 108</b> – Detalhe de folhetim presente na área de estudo. ....	136
<b>Figura 109</b> – Folhetins poéticos presente na área de estudo colocando em destaque o papel da mulher na cidade. ....	137
<b>Figura 110</b> – Folhetins poéticos presente na área de estudo colocando em destaque o papel da mulher na cidade. ....	137

<b>Figura 111</b> – Pichações encontradas na parede da Sala São Paulo.....	138
<b>Figura 112</b> – Pichações encontradas na parede da Sala São Paulo.....	138
<b>Figura 113</b> – Pichações encontradas na parede da Sala São Paulo.....	139
<b>Figura 114</b> – Pichações encontradas na parede da Sala São Paulo.....	139
<b>Figura 115</b> – Tapumes protegendo o muro recém pintado no antigo espaço do Fluxo. ....	140
<b>Figura 116</b> – Jean-Michel Basquiat. Untitled, 1982. 183,2 x 173 cm.....	142
<b>Figura 117</b> – Índio Badaróss e suas obras. ....	144
<b>Figura 118</b> – Obras de Índio Badaróss expostas em parede.....	145
<b>Figura 119</b> – Matéria detectada no jornal Folha de São Paulo que expõe projeto para prédio mais alto do mundo na região da Cracolândia. ....	155
<b>Figura 120</b> – Matéria detectada no jornal Folha de São Paulo evidenciando o empenho do poder público em favor do interesse do capital privado.....	157
<b>Figura 121</b> – Matéria jornalística veiculada na Folha de São Paulo. ....	158
<b>Figura 122</b> – Matéria jornalística veiculada pela Folha de São Paulo tratando sobre o projeto de “limpeza” do Centro. ....	162
<b>Figura 123</b> – Vista aérea da área de intervenção.....	164
<b>Figura 124</b> – Mapa dos imóveis sujeitos a demolição e intervenção.....	165
<b>Figura 125</b> – Matéria jornalística veiculada pela Folha de São Paulo demonstrando a inspiração em projetos internacionais como a Rambla de Barcelona e o parque no Bryant em Nova Iorque. ....	166
<b>Figura 126</b> – Esquema demonstrando proposta de intervenção. ....	166
<b>Figura 127</b> – Matéria jornalística veiculada pela Folha de São Paulo sobre supervalorização da área. ....	168
<b>Figura 128</b> – Matéria jornalística veiculada pela Folha de São Paulo evidenciando as demolições que aconteceram na região.....	169
<b>Figura 129</b> – Matéria jornalística veiculada pela Folha de São Paulo evidenciando as demolições que aconteceram na região.....	170

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>19</b>
<b>1 A INVENÇÃO DO TERRITÓRIO</b> .....	<b>22</b>
<b>1.1 À Luz da teoria</b> .....	<b>23</b>
<b>1.2 Entendendo o conflito atual</b> .....	<b>27</b>
1.2.1 Cracolândia .....	31
1.2.1.1 Invisibilidade aos olhos do poder público .....	37
<b>1.3 Macro escala: A cidade de São Paulo</b> .....	<b>41</b>
1.3.1 Brechas urbanas: a evasão do Centro de São Paulo.....	44
<b>1.4 Escala intermediária – A região da Luz e o bairro da Luz</b> .....	<b>46</b>
<b>1.5 Microescala: construção do ideário</b> .....	<b>49</b>
1.5.1 A matriz: Santa Ifigênia .....	50
1.5.1.1 Cortiços .....	57
1.5.1.2 Boca do Lixo.....	59
1.5.2 A elite: Campos Elíseos .....	69
<b>2 VESTÍGIOS</b> .....	<b>73</b>
<b>2.1 O direito de permanência e o direito à cidade</b> .....	<b>74</b>
<b>2.2 A busca de um lugar no mundo</b> .....	<b>77</b>
2.2.1 O problema da população negra .....	82
<b>2.3 Cultura de baixo</b> .....	<b>86</b>
2.3.1 Manifestações Pictóricas.....	92
2.3.1.1 Graffiti.....	99
2.3.1.2 Pichações.....	107
2.3.1.3 Frases de efeito.....	124
2.3.1.4 Folhetins.....	127
2.3.1.5 Visita Circunstancial .....	132
2.3.2 Arte/pintura.....	140
2.3.3 Poemas .....	145
2.3.4. Música .....	149
<b>3 O SENTIDO DE LUGAR</b> .....	<b>152</b>
<b>3.1 Projetos Urbanos e a obliteração do sentido de lugar</b> .....	<b>154</b>
3.1.1 Jânio Quadros .....	159
3.1.2 Viva o Centro.....	160

3.1.3 Nova Luz .....	163
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>172</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>178</b>

## INTRODUÇÃO

O lugar abarca, simultaneamente, realidades objetivas e subjetivas, que estão interconectadas na tecitura do processo histórico do local. Essas realidades dão identidade e caráter ao lugar, que é fruto dos contextos sociais que ali existem. Portanto, embora o sentido dele esteja condicionado ao coletivo, a singularidade de sua leitura é imprescindível, em virtude das particularidades inerentes a cada indivíduo e/ou grupo.

A região que se tem por Luz dentro do ideário popular está inserida na centralidade da maior metrópole brasileira: a cidade de São Paulo. Nas últimas décadas, essa localidade foi acometida por narrativas de degradação. Esse discurso se pautou, principalmente, no estabelecimento da classe popular na região e na presença de moradores em situação de rua, destacando-se o território de uso de drogas denominado de Cracolândia.

Em razão disso, surgiram inúmeras propostas visando à requalificação urbana da localidade, seja utilizando os equipamentos culturais da área ou recorrendo à iniciativa privada. Entretanto, a principal problemática local — a alta vulnerabilidade social — foi tratada superficialmente. Em suma, os projetos reuniam esforços para atrair capital e as classes média e alta para a região.

Porém o contexto histórico da Luz — que abriga o bairro de Santa Ifigênia e parte dos bairros da Luz e Campos Elíseos — demonstra vestígios da associação da área a conteúdos tidos como negativos e ao discurso de degradação já nos séculos XIX e XX.

Esta investigação parte da hipótese de que esse seria um espaço de memória tida como marginal da centralidade paulista, buscando entender como esse ideário “proscrito” se conformou e qual foi a sua repercussão no espaço disputado entre os atores hegemônicos e os hegemonzados, visto que essa dinâmica de apropriação do território produz narrativas que podem ser lidas como vestígios no espaço, seja pelas manifestações pictóricas ou pelas propostas de requalificação urbana.

A pesquisa objetiva entender o conteúdo negativo desse território através da análise da pluralidade de significados atribuídos ao espaço, que se construíram através da dinâmica social que perpassa a gênese da área, culminando, na contemporaneidade, no juízo que se faz sobre os mais pobres, especialmente sobre as pessoas estigmatizadas pelas ruas.

Pretende-se, ainda, evidenciar as diferentes vivências no território por meio das manifestações culturais (manifestações pictóricas, pintura, poema e música), visando entender os considerados legítimos e ilegítimos, principalmente pela ótica das requalificações urbanas, que acabam por obliterar o sentido de lugar ao não considerar a preexistência local em favor do capital.

Portanto, metodologicamente, esta pesquisa se dividiu em três partes. A primeira se fundamenta em uma breve contextualização histórica da localidade, por meio da revisão bibliográfica e da análise de documentos cartográficos e de documentação jornalística presente no acervo da Folha de São Paulo<sup>1</sup>, visando identificar os principais sentidos atribuídos ao lugar no decorrer da história.

A segunda parte adentra na contemporaneidade, abordando o direito à cidade, a condição de pessoas em situação de rua e as manifestações culturais presentes no local. Para isso, além de revisão bibliográfica, foi feita a investigação do perímetro de estudo, que ocorreu de forma remota — devido às limitações ocasionadas pela pandemia do Covid-19 — e de modo presencial — após a flexibilização das políticas de combate à pandemia. Por meio do *Google Earth* e do *Street View*, foi realizado o mapeamento das manifestações pictóricas no espaço, categorizadas em: graffiti, pichações, frases de efeito e folhetins. Durante a visita circunstancial, foi feito o percurso pelo perímetro, tomando nota sobre o que se pode sentir do lugar com base nas dinâmicas, usos, condição das edificações, reunião de pessoas, cheiros, manifestações pictóricas e sensações. Adotou-se também como fonte primária para o entendimento do território a literatura, a música e a arte.

---

<sup>1</sup> A busca no acervo foi realizada utilizando a palavra-chave “cracolândia”.

A última parte versa sobre a obliteração do sentido de lugar e trata das propostas urbanísticas para a região da Luz, em específico, a proposta de Jânio Quadros, a Associação Viva o Centro e a Operação de Requalificação Urbana Nova Luz, evidenciando, por meio de revisão bibliográfica, da cartografia e de documentação jornalística detectada no Acervo da Folha de São Paulo, os seus discursos e o caráter contraditório das suas propostas em relação ao lugar.

## 1 A INVENÇÃO DO TERRITÓRIO

Teorizando a respeito do depósito de signos realizados conscientemente sobre a superfície terrestre, Secchi (2012), em alusão ao palimpsesto, ressalta a importância de se atentar não somente a pontos técnicos presentes no urbanismo, como à “história de fatos, de projeto de políticas, de suas realizações e de suas consequências”, e também de ponderar acerca da “história de ideias e imaginários, daqueles que — eventualmente conflitando entre si — construíram as interpretações da cidade e da sociedade para as quais aqueles projetos e aquelas políticas foram construídas” (SECCHI, 2012, p. 10).

Sendo assim, os vestígios humanos que compõem a cidade nos contam uma história que possui múltiplos pontos de vista. Embora desponte no cenário uma narrativa dos fatos tida como “oficial”, sempre há o outro lado da história. A configuração atual da cidade, os seus aspectos físicos e concretos são a materialização de questões simbólicas e abstratas que acompanham a tecitura das tramas das quais a urbe é composta.

Uma das principais narrativas que incidem sobre a Luz se vincula ao ideário de degradação, marginalidade, promiscuidade e violência. Porém os vestígios que se apresentam nesse fragmento da centralidade paulista demonstram uma dicotomia. Superando a visão maniqueísta de observar a cidade e a sociedade, é possível vislumbrar brechas no discurso hegemônico que permite o olhar para além do uníssono senso comum. Dentro da sinfonia da maior metrópole brasileira, cada um desempenha um papel, uma função previamente concebida pelo maestro para que haja coesão no espetáculo a ser apresentado, mas cabe aos espectadores distinguirem a invenção da realidade.

## 1.1 À Luz da teoria

O processo de depósito de signos sobre o território é contínuo e cumulativo, perdurando desde os primórdios da humanidade até os dias atuais. Esse processo se apresenta sob aspecto simbólico, singular e subjetivo, em face das experiências cotidianas de cada indivíduo que habita um determinado lugar. Portanto, torna-se necessário conceituar alguns termos fundamentais à essa pesquisa: espaço, lugar e território.

O geógrafo Milton Santos (2006) pensa a noção de espaço a partir do binômio “fixos e fluxos”. Nessa dinâmica, os elementos fixos se encontram assentados em determinado local e suscetíveis às ações de transformação. Já os fluxos, são “o resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando sua significação e seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam” (SANTOS, 2006, p. 38).

O teórico também conceitua o espaço por meio da configuração territorial — o conjunto constituído pelos sistemas naturais existentes, acrescido das ações e obras humanas impostas —, associada às relações sociais. Portanto, seria errôneo entender o termo “espaço” apenas do ponto de vista da configuração territorial. Segundo o geógrafo, trata-se de um conjunto, indissociável, solidário e contraditório, baseado nos sistemas de objetos e ações, ou seja, a reunião da “materialidade e da vida que a anima” (SANTOS, 2006, p. 38).

O conceito de lugar parte de uma perspectiva humanista que, de acordo com Santos (2006), pode ser entendida pela relação entre o indivíduo e o mundo, tornando cada lugar um contexto, à sua maneira, pela subjetividade humana. O teórico, expondo a comunhão do lugar com o mundo, trata sobre a dinâmica local-global: o local pertence ao mundo, como o mundo abarca o local. Embora o global traga em si uma espécie de universalidade, o local, incorporando características globais, segue a sua própria lógica.

Cabral (2007) esclarece que espaço e lugar são termos correlatos: “o que começa como espaço indiferenciado acaba assumindo a configuração de lugar, ao

conhecermos e o dotarmos de valor” (CABRAL, 2007, p. 148). Portanto, o lugar pressupõe a existência e a experiência humana. O espaço, quando dotado de significado, revela-se como lugar pela prática do viver e habitar, estando condicionado à premissa do pertencimento humano.

Montaner (2001), arquiteto e historiador, aborda os conceitos de espaço e lugar na obra *A Modernidade Superada*, instituindo uma diferenciação para os dois termos. Segundo o teórico, respectivamente:

O primeiro tem uma condição ideal, teórica, genérica e indefinida, e o segundo possui um caráter concreto, empírico, existencial, articulado, definido até os detalhes. O espaço moderno baseia-se em medidas, posições e relações: é quantitativo, desdobra-se mediante geometrias tridimensionais; é abstrato, lógico, científico e matemático; é uma construção mental. Ainda que o espaço fique sempre delimitado ... pela sua própria essência tende a ser infinito e ilimitado. Ao contrário, o lugar é definido por substantivos, pelas qualidades das coisas e dos elementos, pelos valores simbólicos e históricos; é ambiental e está relacionado fenomenologicamente com o corpo humano (MONTANER, pp. 31-32).

Portanto, o vínculo entre corpo e espaço se dá de forma superficial, associa-se às relações de distância e posição, às percepções visuais de localização, enquanto o lugar parte do afetar-se, de percepções sensoriais e questões emocionais, de uma conexão mais profunda entre o ser e o caráter local.

Claude Raffestin (1993) explica a diferença entre espaço e território, afirmando que o primeiro é a condição inicial para a existência do segundo, ou seja, o território se torna produto do espaço. Segundo o teórico, quando um ator se apropria de um espaço, de natureza concreta ou abstrata (como a representação), ele o está territorializando. Portanto, essa é uma relação de poder: “o espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Raffestin (1993), ao abordar o processo de apropriação do espaço, trata sobre a repartição das superfícies por indivíduos ou grupos, esclarecendo que a produção territorial é responsável pela implantação de pontos nodais e pela construção de redes. Os pontos nodais aos quais o teórico se refere são os pontos de agrupamento em que as relações se fazem com maior concentração. Já as redes, são os conectores entre os pontos nodais e as superfícies.

Essa produção territorial, que pode ter motivações econômicas, sociais e culturais baseadas na oferta e na procura, possui uma delimitação, ou seja, a distância entre nós. Essa distância, de acordo com Raffestin (1993), pode ser de caráter geográfico, temporal, psicológico ou econômico. Portanto, falar de território pressupõe a noção de limite, que, embora não seja algo materializado, demonstra a relação de um grupo e/ou indivíduo com determinado espaço por meio da caracterização, classificação e distinção.

O caráter do limite pode ser tanto flexível quanto rígido. Essa produção territorial ocasiona não somente uma diferenciação funcional, mas produz uma hierarquização que ordena o território sob o princípio da importância dos indivíduos, dos grupos e as suas respectivas ações.

A Fenomenologia, como explica o geógrafo Eduardo Marandola Jr. (2018), possui o intuito de auxiliar o entendimento sobre as relações “sujeito” e “objeto” (o pesquisador e o indivíduo que vive determinada situação). O conceito, embora tenha despontado no início do século XX como parte da Filosofia, na contemporaneidade, situa-se na multidisciplinaridade dos saberes. Na arquitetura e no urbanismo, ele contribui para o entendimento sobre o conceito de lugar não como algo alheio ao indivíduo, mas como constituinte deste. O célebre termo heideggeriano “ser no mundo” pressupõe a articulação das dimensões físicas e humanas.

O arquiteto e historiador Christian Norberg-Schulz encontrou na fenomenologia um método de análise das cidades que o levou a refletir sobre o que denominou de *Genius Loci*. Reis-Alves (2007) explica que o teórico buscou na filosofia grega o conceito de lugar. Os gregos acreditavam que cada lugar possuía um deus que o regia, ou um espírito. Este espírito pertenceria a um determinado povo e localidade, dotando-a de suas características. Para Norberg-Schulz, o lugar não é apenas uma localização geográfica, visto que transmite significado.

Nesbitt (2015) interpreta o potencial fenomenológico da arquitetura atribuído por Norberg-Schulz (1981) como “a capacidade de dar significado ao ambiente mediante a criação de lugares específicos”. Esse processo se faz possível somente

através do “habitar”, definido por Heidegger como o modo de ser enquanto ser na terra (NESBITT, 2015, p. 443). De acordo com Reis-Alves (2007), o habitar ao qual o teórico se refere tem significado mais profundo do que a noção de abrigo. O habitar seria o que o teórico denomina de “suporte existencial” conferido ao homem por intermédio da sua relação com o meio pela percepção e o ato de simbolizar.

Norberg-Schulz (1981), assim como Secchi (2012), fragmenta a unidade do “espaço vivido” em: “espaço” — a conformação do lugar por meio de elementos tridimensionais — e caráter — a atmosfera peculiar que o abrange. Desse modo, rompe com a abstração científica que ignora os fenômenos intangíveis, ou seja, a relação de simbolismo e pertencimento do homem com o meio que habita. Portanto, propõe-se a investigação do território recorrendo ao método de análise do lugar pautado na Fenomenologia, o qual investiga o fenômeno — nesse caso, a Cracolândia — pela relação entre o homem e o lugar que ele “habita”.

## 1.2 Entendendo o conflito atual

O fragmento urbano aqui analisado faz parte do centro histórico da cidade de São Paulo; portanto, se constitui como um dos elementos do feixe simbólico do município, por ser local de gênese da maior metrópole brasileira. Embora seja a origem da cidade, esses elementos permanecem apenas como significado, já que esse território foi reconstruído pelo menos três vezes, como afirma Benedito Lima de Toledo (2007), em taipa, tijolo e concreto, visto que “as lembranças são mais duradouras que o ambiente construído” (TOLEDO, 2007, p. 7).

São Paulo é dividida em cinco regiões: Norte, Sul, Leste, Oeste e Centro. Cada região se fragmenta em prefeituras regionais, que regem os distritos que as compõem. De acordo com o Mapa da Cidade disponibilizado pela prefeitura (figura 1), são, ao todo, 32 prefeituras, sendo a prefeitura regional da Sé responsável por atender o Centro. A Sé, essa espécie de “pequeno município”, abriga oito distritos: Bela Vista, Bom Retiro, Cambuci, Consolação, Liberdade, República, Santa Cecília e Sé (figura 2).

Figura 1 - Mapa da divisão da cidade em regiões, prefeituras regionais e distritos.



Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2022.<sup>2</sup>

<sup>2</sup> Disponível em:

<<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/subprefeituras/mapa/index.php?p=14894>>. Acesso em: 22/10/2022.

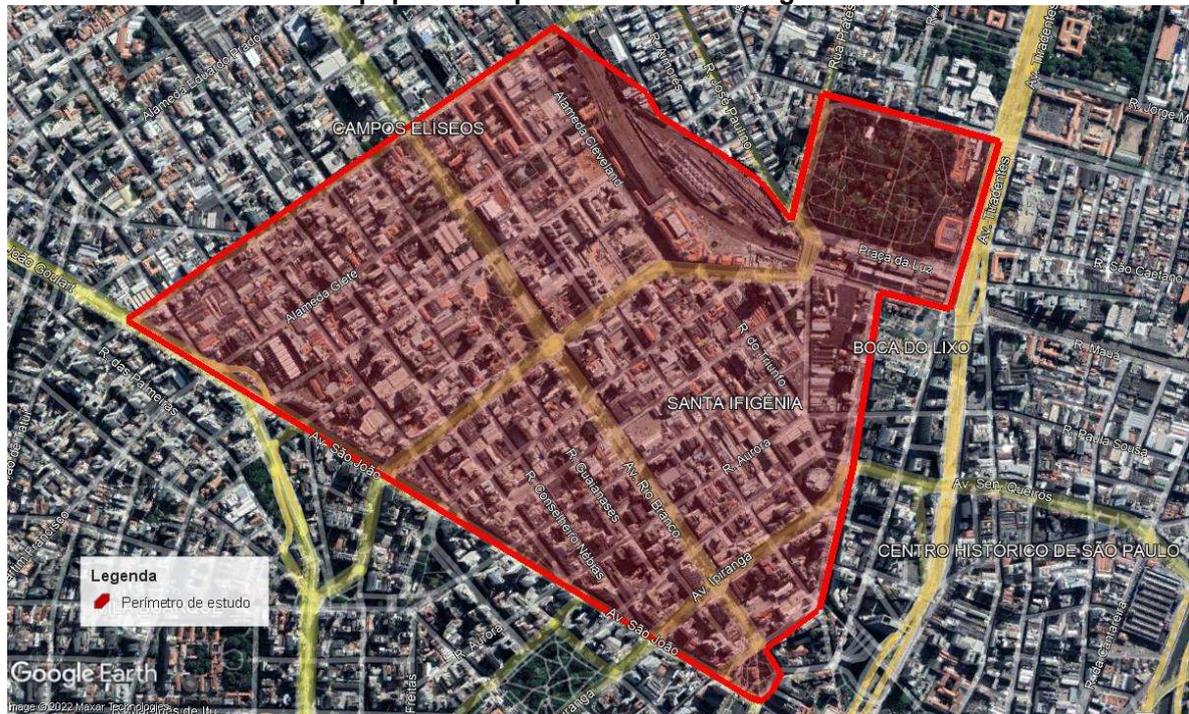


A moradora identificada na pesquisa como Norma, quando questionada sobre a região que considera como Luz, diz se tratar de uma área extensa, a qual inclui: o trem e o metrô no bairro da Luz; os mercados; a rua José Paulino, no bairro do Bom Retiro; o Largo Coração de Jesus e a estação Júlio Prestes, no bairro Campos Elíseos; as avenidas Duque de Caixas, que faz a divisa do bairro de Santa Ifigênia com Campos Elíseos, e a Rio Branco, que atravessa o bairro de Santa Ifigênia (FRÚGOLI JR. E CHIZZOLINI, 2012).

A pesquisa nos dá duas pistas: a primeira é que, além dos bairros, há dois lugares apreendidos pelos moradores na região: a Cracolândia e a Boca do Lixo, ambos de conteúdo tido como negativo; a segunda aponta que os limites da “Luz” são imprecisos dentro do ideário popular, englobando quatro bairros: Bom Retiro, Campos Elíseos, Luz e Santa Ifigênia.

Posto isso, deu-se o recorte espacial (figura 3), que abrange os bairros de Santa Ifigênia e Campos Elíseos em sua totalidade e o Jardim da Luz, que se tornou espaço de confinamento da prática do meretrício anteriormente chamado de Boca do Lixo.

**Figura 3 – Recorte espacial do perímetro de estudo elaborado no Google Earth, com base no ideário popular do que se tem como a região da Luz.**



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022.

Por se tratar de um local central e estratégico de São Paulo, seja do ponto de vista da infraestrutura, da mobilidade, econômico ou simbólico, a região se encontra em contexto de disputa desde as décadas finais do século XX. Tendo em vista que se trata de um local majoritariamente popular, ocorrem especulações imobiliárias para tornar a região um polo de expansão do capital. Disfarçadas de requalificação urbana por meio do discurso de degradação, transfere-se a responsabilidade do conteúdo negativo aos grupos estigmatizados que se instalaram na região, como é o caso da Cracolândia.

### 1.2.1 Cracolândia

Ao que parece, o discurso de marginalidade inerente ao lugar que caracterizou a região já despontava desde meados do século XX. De acordo com Rizzo (2017), durante a década de 1960, o “submundo” de São Paulo tinha endereço: o bairro de Santa Ifigênia. A localidade, denominada como o “quadrilátero do pecado”, segundo Joanides (1977 apud FRANCO, 2017), apresentava delimitações físicas imprecisas. “Apossava-se territorialmente de toda a área circunscrita pelas ruas e avenidas Timbiras, São João (Praça Júlio de Mesquita), Barão de Limeira, Duque de Caxias,

Largo Gal. Osório e rua dos Protestantes” (JOANIDES, 1977, p. 15 apud FRANCO, 2017, p. 300).

Esse lugar “malquisto” abrigava a atividade do lenocínio e da ilegalidade, visto que, conforme Franco (2017), a região se tornou espaço de confinamento para prostitutas e marginais que transitavam em liberdade pela região a salvo das rondas policiais que aconteciam somente às sextas-feiras.

Porém a má fama desse lugar atingiu o seu ápice em meados da década de 1990, quando a imprensa local começou a utilizar o termo “Cracolândia” (figura 4). De acordo com Nasser (2016), o nome se referia à região central de São Paulo, em particular à região da Luz, por conta da reunião de pessoas voltadas à venda e ao uso de crack, especialmente em espaços públicos.

Figura 4 – Matéria detectada no acervo da Folha de São Paulo que apresenta pela primeira vez, neste periódico, o termo “Cracolândia”.

## PM afirma ter recapturado 2 dos fugitivos

da Reportagem Local

A Polícia Militar diz ter recapturado dois presos que fugiram do pavilhão 7 da Casa de Detenção, no Carandiru (zona norte de São Paulo), por um túnel de cem metros de comprimento na semana passada. Os nomes dos acusados não constam da lista oficial de foragidos do presídio.

Claúdio Marinho e Venilton de Paula Santos foram presos pelo Regimento de Cavalaria 9 de Julho no último sábado na rua dos Gusmões (região central de São Paulo). A polícia estava fazendo uma operação na região que, por causa dos pontos de droga, ficou conhecida como “cracolândia”.

Segundo o major Silva Lopes, do regimento de cavalaria, os dois disseram que haviam fugido pelo túnel do pavilhão 7. Na ficha deles, constava a informação de que eles eram procurados pela Justiça.

Desconhecimento

A Casa de Detenção afirmou que desconhece a captura dos dois. Segundo a Secretaria da Administração Penitenciária, eles não participaram da fuga. No 1º DP, para onde foram levados pela PM, ninguém sabia informar sobre os presos ontem à tarde.

Até as 18h de ontem, a polícia não havia conseguido ter certeza da participação dos dois na fuga. A lista oficial inclui 51 fugitivos, dos quais, 3 foram recapturados.

PERÍCIA

A Polícia Civil fez uma nova perícia ontem no pavilhão 7 da Casa de Detenção. O objetivo era determinar qual foi o ponto de partida para a construção do túnel.

Segundo o delegado William do Amaral, titular da 4ª Delegacia Seccional, houve a necessidade da nova perícia porque a anterior foi prejudicada pela demolição do túnel feita por uma escavadeira.

A demolição foi realizada horas depois da fuga, na quinta-feira passada, e foi coordenada pela PM. “Não temos como determinar quem planejou o túnel e como ele foi feito”, disse o delegado.

Ontem, o diretor da Casa de Detenção, Walter Erwin Hoffgen, foi ouvido na sindicância administrativa que apura o suposto envolvimento de funcionários do presídio na fuga. O depoimento foi sigiloso.

Sobre o tráfico de drogas na Detenção em dias de visita, a Secretaria da Administração penitenciária informou que até junho aumentará o efetivo de agentes penitenciários no presídio.

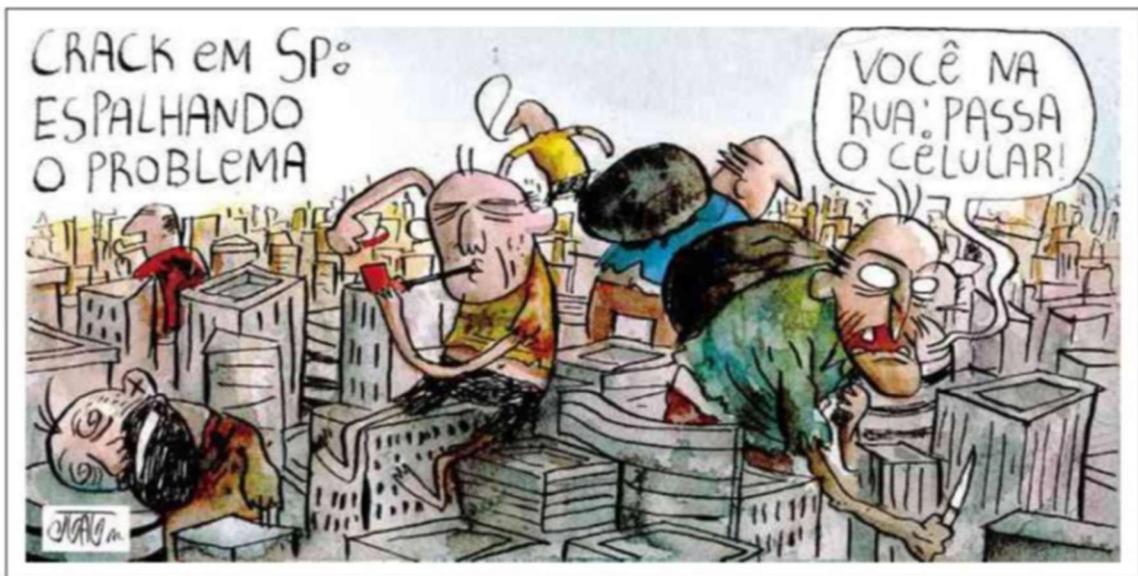
Fonte: Folha de São Paulo, 1996.<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Disponível em:

<<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=13154&keyword=cracolandia&anchor=4742025&origem=busca&originURL=&pd=456e632ed9b11b3326cfde60557f015d>>. Acesso em: 17/08/2022.

As mídias comunicativas tornaram o assunto recorrente, resultando na popularização do lugar. Frúgoli Jr. e Cavalcanti (2013) destacam que, junto à popularização e à generalização do termo, que passou a ser utilizado em outras localidades que se caracterizavam pela venda e uso de drogas, vieram também representações estigmatizantes relacionando o usuário de crack à violência presente na cidade. Um exemplo disso é a charge veiculada pelo jornal Folha de São Paulo (figura 5).

**Figura 5 – Charge retratando usuários de crack em São Paulo e a sua correlação com a violência na cidade.**



Fonte: Folha de São Paulo, 2012. <sup>4</sup>

As mídias exerceram, sem dúvida, forte influência na área, despertando a curiosidade da população paulistana sobre os personagens desse território tido como proscrito que, segundo Rui (2012, p. 187), é “a mais famosa territorialidade de uso de crack no país”. Nasser (2016) explica que tal condição se deu pelo fato de ser a primeira área noticiada pela função do uso de crack no Brasil.

A opinião da sociedade civil começou a ganhar as páginas dos jornais, dividindo-se em discursos contraditórios (figura 6). Enquanto uns atestavam que a

<sup>4</sup> Disponível em:

<<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19001&keyword=cracolandia&anchor=5741476&origem=busca&originURL=&pd=978a77a02c46ce403173a073f8468f0b>>. Acesso em: 09/03/2022.

inclusão seria a melhor alternativa, outros preferiam a supressão desses indivíduos entendidos como perniciosos à cidade e à sociedade.

**Figura 6 – Comentários divergentes sobre matérias veiculada no jornal Folha de São Paulo acerca da Cracolândia.**

**Crack**

O editorial “Resolver a cracolândia” (“Opinião”, ontem) segue a norma de colocar o bem-estar dos viciados acima do de seus vizinhos pagadores de impostos, aptos à cidadania e sujeitos à lei.

É ingênuo e nocivo acreditar que “laços de confiança” possam ser formados com quem já abandonou qualquer razão, valor moral e traço de personalidade. O jornal cede a ideais e jargões sociológicos de especialistas orientados ideologicamente.

Como morador da Nova Luz, faço votos de que a prefeitura ignore os críticos habituais e, após liberar a área tomada pela droga, recolha seus usuários à revelia. Trata-se do bem-estar geral da cidade e do seu povo.

SANDRO CASTELLI (São Paulo, SP)



Parabéns à **Folha** pelo editorial “Resolver a cracolândia”, que tratou com tanta sensibilidade o tema. Concordo que não é de forma higienista que resolveremos esse problema tão grave. A dispersão dos usuários, sem o apoio necessário, fará apenas com que eles mudem de endereço, persistindo o problema.

TEREZINHA DIAS ROCHA (São Paulo, SP)



**Fonte: Folha de São Paulo, 2012.<sup>5</sup>**

De acordo com Nasser (2016), o espaço em que a Cracolândia se situa vem sendo alvo de tentativas de requalificação desde, pelo menos, a década de 1970. O discurso de degradação que se propagou desde meados do século passado, justificando tentativas de supressão do conteúdo popular da região, recebeu mais peso com a formação da Cracolândia. O Poder Público, munido da influência das mídias, utilizava esse território caracterizado pela aglomeração de pessoas em situação de vulnerabilidade social como justificativa para atitudes de cunho higienista.

A tentativa da supressão desse território que povoa o senso comum como conteúdo negativo foi responsável por uma das principais características da Cracolândia: a dispersão nômade. O território de caráter efêmero e flexível é

<sup>5</sup> Disponível em:

<<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19001&keyword=cracolandia&anchor=5741476&origem=busca&originURL=&pd=978a77a02c46ce403173a073f8468f0b>>. Acesso em: 09/03/2022.

conhecido pelos que o integram como Fluxo. Nasser (2016) esclarece que esse lugar abriga não só usuários de drogas, mas trabalhadores e pessoas que buscam conseguir ajuda para sair das ruas. A designação “fluxo” — dada por esses personagens transitarem pela Luz, ora se dissipando, ora se condensando à medida que vão acontecendo as dinâmicas locais que excedem o seu próprio sentido de ordem — se deve, especialmente, à dispersão ocasionada pelas operações policiais, como demonstram os excertos jornalísticos (figura 7 e figura 8).

Figura 7 – Documento jornalístico evidenciando a dinâmica de dispersão da Cracolândia pela polícia militar.



## Ação contra o crack quer dispersar morador de rua

Para evitar novas áreas de consumo, PM abordará grupos no centro de SP

Alexandro Shinoda/Folhapress



Prédio que foi desocupado na alameda Dino Bueno na cracolândia, centro de SP; veja vídeo em [folha.com/no1030086](http://folha.com/no1030086)

A Polícia Militar vai dispersar grupos de moradores de rua da região central de São Paulo para tentar acabar com o consumo de crack. O comandante-geral, Álvaro Camilo, disse que o objetivo é evitar o surgimento de novas áreas livres para consumo e venda de drogas. Os policiais abordarão os grupos quando depararem com eles ou forem solicitados por moradores. O coronel diz que, se houver consumo ou tráfico de droga, eles serão encaminhados ao distrito. “Se não, comunicaremos às assistentes sociais.” Como apoio, a região terá mais 11 bases móveis da PM. Essa será a terceira fase da operação da PM iniciada na terça. A primeira vai durar 30 dias, para desarticular o tráfico. A segunda dará atendimento aos viciados. Já o comandante da PM na região central, o coronel Pedro Borges é cético. “É utopia dizer que [o tráfico] vai acabar.” *Cotidiano C1*

Fonte: Folha de São Paulo, 2012.<sup>6</sup>

<sup>6</sup> Disponível em:

<<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19000&keyword=cracolandia&anchor=5741326&origem=busca&originURL=>>. Acesso em: 09/03/2022.

**Figura 8 – Documento jornalístico evidenciando a dinâmica de dispersão da Cracolândia pela polícia militar.**



**» EXILADOS DA CRACOLÂNDIA**

Usuários de crack fumam no Minhocão à noite, depois que o viaduto é fechado; expulsos das áreas degradadas do centro de SP, eles agora caminham a esmo, em grupos enormes, pelos bairros próximos, revirando o lixo em busca de algo para vender Pág. 04

**Fonte: Folha de São Paulo, 2009.<sup>7</sup>**

Nasser (2016), ao estudar as formas de gestão do espaço e das populações na Cracolândia, elaborou um mapa que evidencia os espaços de ocupação do Fluxo na região entendida como Luz, desde o seu surgimento até o ano de 2016. A pesquisadora constatou que a movimentação dessa população em situação de vulnerabilidade social se dava em resposta às ações dos projetos de intervenção urbana.

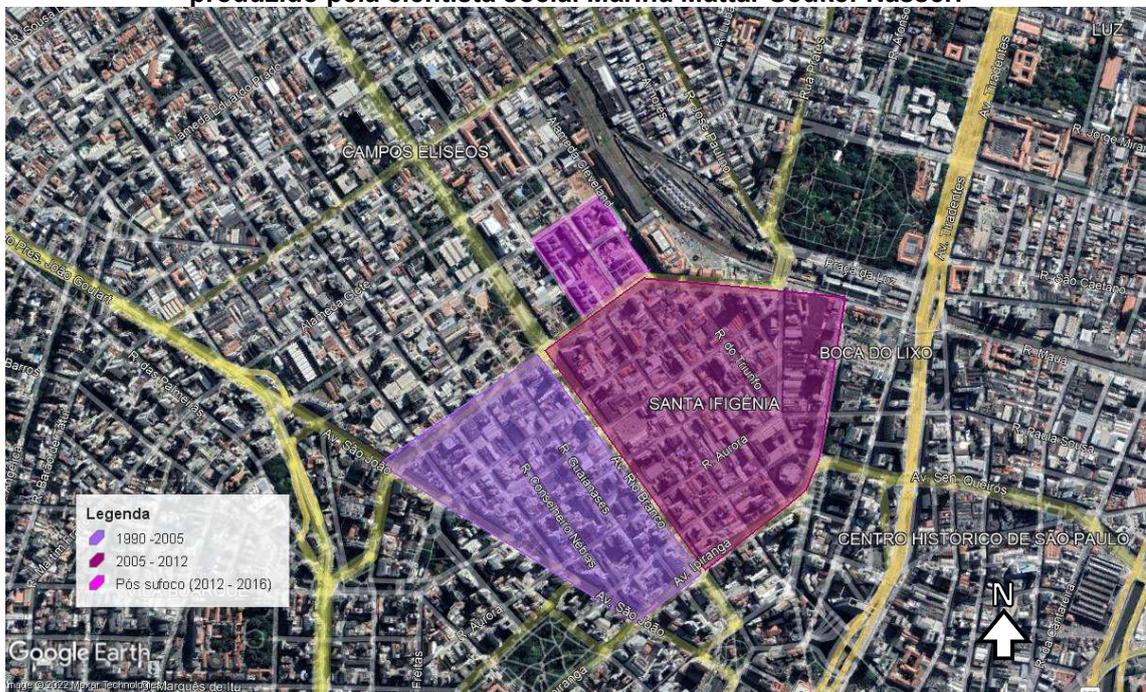
De meados da década de 1990 até 2005, quando começaram as primeiras divulgações sobre o projeto Nova Luz, a Cracolândia se situava na região sul do bairro de Santa Ifigênia. De 2005 a 2012, período em que estavam em curso as propostas de requalificação urbana do projeto Nova Luz, o Fluxo migrou para a região norte do bairro, em divisa com a estação da Luz. Em 2012, devido à “Operação Sufoco”, que consistia na expulsão usuários de crack e moradores em situação de rua da área por

<sup>7</sup> Disponível em:

<<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=17989&keyword=CRACOLANDIA%2CCRACOLANDIA%2CCRACOLANDIA&anchor=5788492&origem=busca&originURL=>>>. Acesso em: 09/03/2022.

meio de perseguição policial, essa territorialidade nômade se instalou no bairro dos Campos Elíseos, próximo à Estação Júlio Prestes, como demonstra o mapa (figura 9).

**Figura 9 – Mapa de ocupação da Cracolândia elaborado no Google Earth com base no mapa produzido pela cientista social Marina Mattar Soukef Nasser.**



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022.

Nasser (2016) evidencia que a produção de territorialidades passíveis de localização e visualização é uma particularidade do uso do crack, posto que o seu consumo ocorre em vias públicas. Porém, na contramão desse fato, estão os indicadores de vulnerabilidade social da cidade de São Paulo.

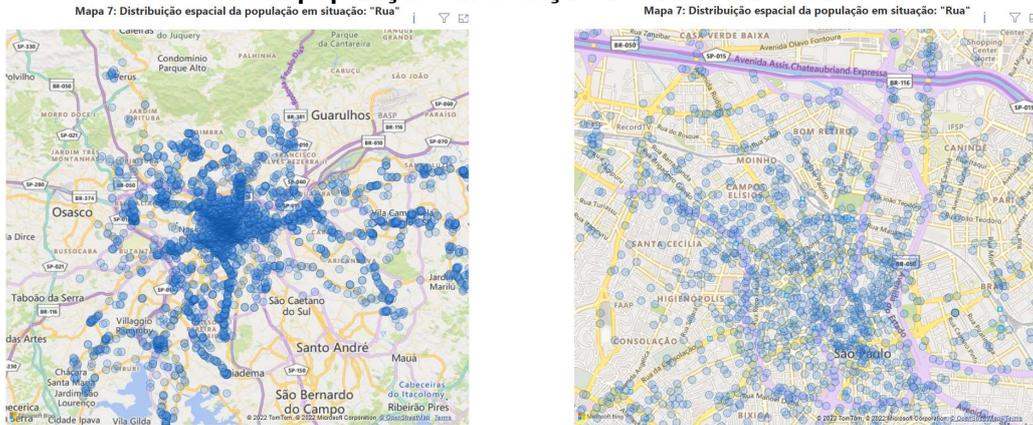
#### 1.2.1.1 Invisibilidade aos olhos do poder público

De acordo com Esquinca (2013), desde o ano de 1991, a prefeitura de São Paulo tem realizado levantamentos censitários sobre a população em situação de rua, um recurso fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas que, de fato, atendam esses indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

Em 2019, constatou-se no mapeamento censitário desse fenômeno (figura 10), elaborado pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, que o Centro se comporta como um epicentro dessa condição, espreado-se em corredores para outras regiões. Estimou-se que, das 24.344 pessoas caracterizadas entre

acolhidas e em situação de rua, 8.247 habitavam os distritos do Bom Retiro, República e Santa Cecília, ou seja, 33,88% dessa população.<sup>8</sup>

**Figura 10 – Mapa de distribuição espacial da população em situação de rua presente no Censo da população em situação de rua de São Paulo.**



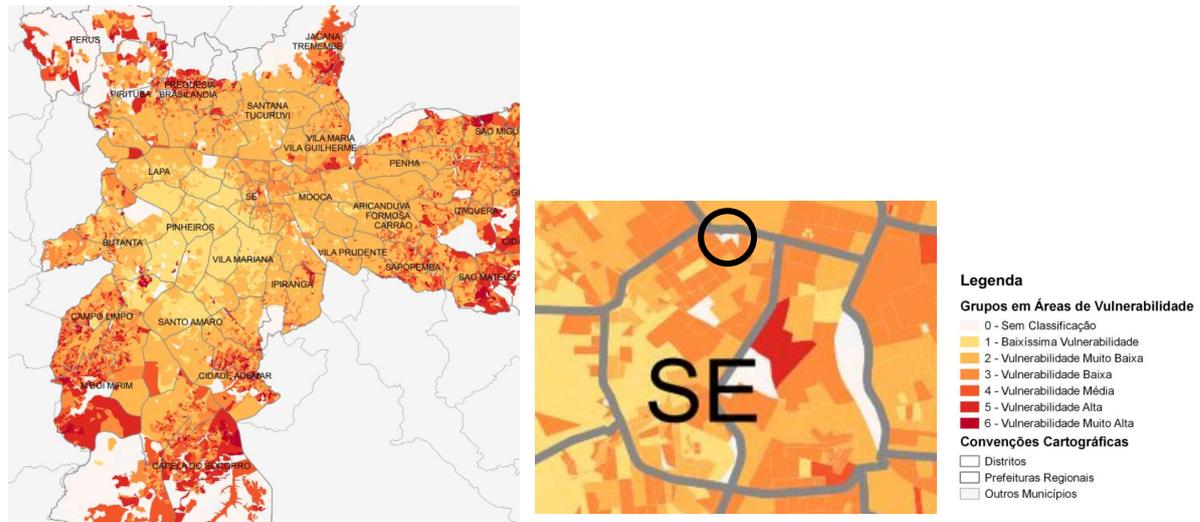
**Fonte: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, 2019.<sup>9</sup>**

Em oposição aos fatos demonstrados, no entanto, está o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) de 2010, o único elaborado até os dias atuais, que classifica a área como de muito baixa ou baixa vulnerabilidade social, como demonstra o mapa (figura 11). Tal classificação resulta da metodologia empregada pelo censo que verifica somente moradias regulares, sem levar em consideração a população em situação de rua.

<sup>8</sup> Elaborado pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo (2019, p. 7). Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiYzM4MDJmNTAtNzhMi00NzliLTk4MzYtY2MzN2U5ZDE1YzI3liwidCI6ImE0ZTA2MDVjLWUzOTUtNDZiYS1iMmE4LThlInJlE1NGM5MGUwNyJ9>. Acesso em: 06/04/2022.

<sup>9</sup> Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiYzM4MDJmNTAtNzhMi00NzliLTk4MzYtY2MzN2U5ZDE1YzI3liwidCI6ImE0ZTA2MDVjLWUzOTUtNDZiYS1iMmE4LThlInJlE1NGM5MGUwNyJ9>. Acesso em: 06/04/2022.

**Figura 11 – Índice de Vulnerabilidade Social no município de São Paulo**



**Fonte: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, 2010.<sup>10</sup>**

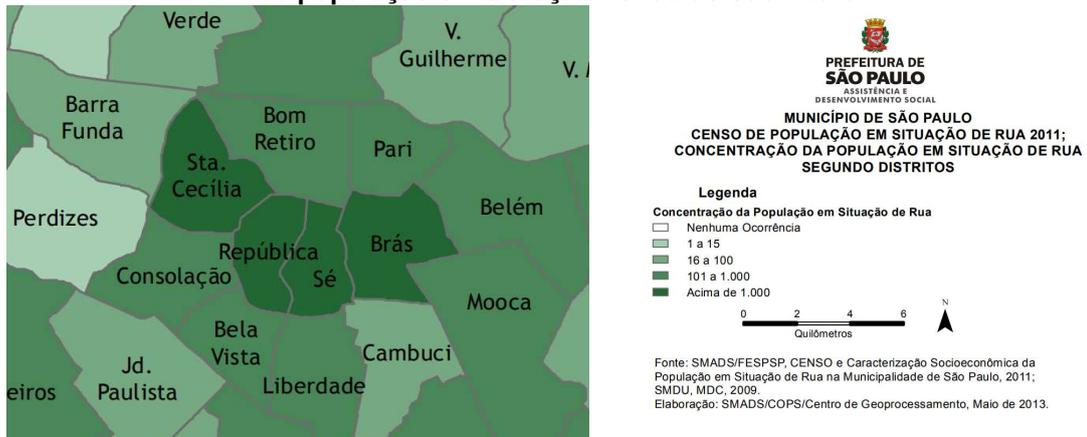
O mapa apresenta uma área em branco, que significa, segundo a legenda, “sem classificação”. Essa área é, possivelmente, o lugar do Fluxo no ano de 2010. Já o mapa censitário sobre a população em situação de rua de 2011 (figura 12) — o mais próximo do IPVS — estimou cerca de 14.478 pessoas nessa circunstância, demonstrando uma alta concentração nos distritos que englobam a região da Luz: Bom Retiro, República e Santa Cecília.<sup>11</sup>

<sup>10</sup> Disponível em:

<[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/servicos/Mapa\\_IPVS\\_por\\_Prefeituras\\_Regionais.jpg](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/servicos/Mapa_IPVS_por_Prefeituras_Regionais.jpg)>. Acesso em: 06/04/2022.

<sup>11</sup> Elaborado pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo (2019, p. 30). Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojYzZM4MDJmNTAtNzhIMi00NzliLTk4MzYtY2MzN2U5ZDE1YzI3liwidCI6ImE0ZTA2MDVjLWUzOTUtNDZIYS1iMmE4LThtInJlE1NGM5MGUwNyJ9>>. Acesso em: 06/04/2022.

**Figura 12 – Mapa de distribuição espacial da população em situação de rua presente no Censo da população em situação de rua de São Paulo.**



**Fonte: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, 2011.<sup>12</sup>**

Logo, pode-se aferir que esses indivíduos, por transitarem pela região da Luz, tornam-se invisíveis aos indicadores municipais. O fato da região classificada como de muito baixa ou baixa vulnerabilidade social ser epicentro e lócus da permanência da condição de situação de rua, demonstra a necessidade de uma análise em conjuntos dos estudos para que se possa demonstrar a real condição da área e, desse modo traçar projetos que de fato atendam às necessidades do lugar.

<sup>12</sup> Disponível em:

<[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/o1\\_1400687976.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/o1_1400687976.pdf)> .Acesso em: 06/04/2022.

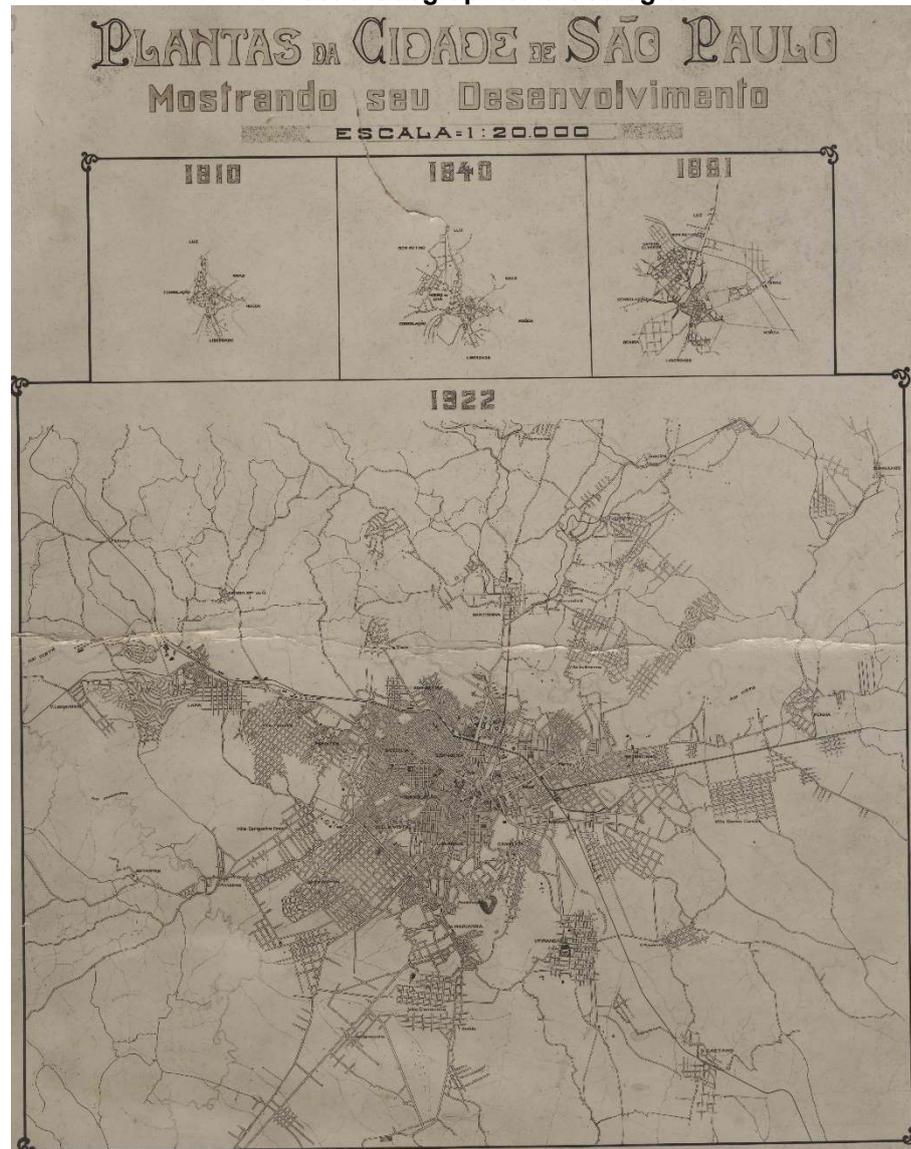
### **1.3 Macro escala: A cidade de São Paulo**

Considerado como um local seguro pelos padres jesuítas José de Anchieta e Manoel da Nóbrega, o planalto de Piratininga foi escolhido, em 1554, como o local de assentamento da missão de catequizar os índios, construindo um colégio na colina margeada pelos rios Tamanduateí e Anhangabaú. Em 1711, a então vila, elevada à categoria de cidade, se caracterizou por ser o local de partida das bandeiras, expedições rumo ao interior do Brasil.

Durante os primórdios da sua evolução, Piratininga se organizou no que conhecemos por triângulo histórico, porém, ao passar dos anos, a cidade começou a se espriar, dando origem a novas localidades, para além da colina permeada pelos rios. De acordo com Oliva e Fonseca (2016, p. 22), até 1870, São Paulo experenciou uma evolução lenta, correspondente à maturação progressiva das cidades europeias. Entretanto, após esse período de vagarosa progressão, deu-se um crescimento vertiginoso similar ao crescimento das cidades americanas.

O mapa denominado “Plantas da cidade de São Paulo: mostrando seu desenvolvimento” (figura 13) atesta isso ao ilustrar a cidade compacta até 1810, apresentando um desenvolvimento mais acentuado, porém progressivo, até 1881, quando é possível notar a instalação da linha férrea. Já o mapa da cidade em 1922, demonstra o intenso crescimento em apenas 41 anos.

**Figura 13 – Plantas da cidade de São Paulo: mostrando seu desenvolvimento, elaborada pela Comissão Geographica e Geologica.**



**Fonte: Arquivo Histórico de São Paulo, 1922.<sup>13</sup>**

A economia cafeeira foi um fator fundamental para o desenvolvimento da província até a condição de metrópole. De acordo com Oliva e Fonseca (2016, p. 22), a cidade era composta por uma modesta área comercial, formada pela classe média de trabalhadores autônomos em ascensão. A estrada de ferro trouxe maior fluidez, escoando o café do interior e levando os fazendeiros para uma breve estadia na vida urbana e para fazer política.

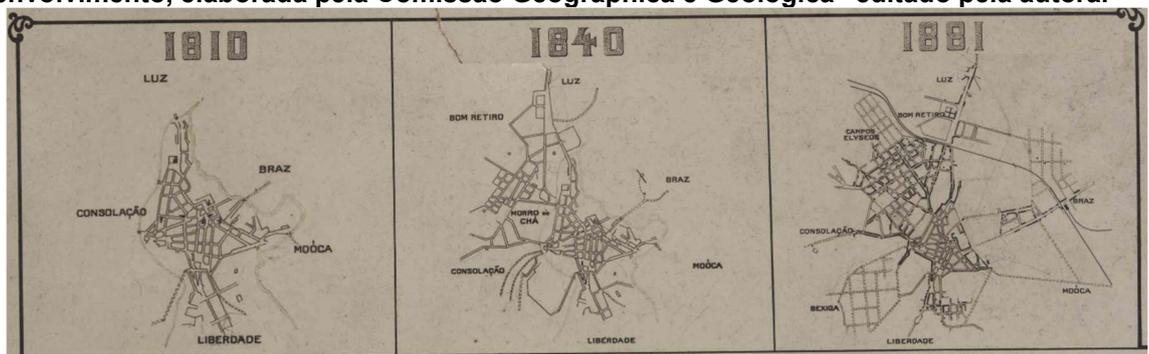
<sup>13</sup> Disponível em:

<[http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/cartografico/mapa\\_carto/BR\\_APESP\\_IGC\\_IGG\\_CAR\\_I\\_S\\_0207\\_001\\_001](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/cartografico/mapa_carto/BR_APESP_IGC_IGG_CAR_I_S_0207_001_001)>. Acesso em: 24/11/2021.

Oliva e Fonseca (2016) destaca que, com o passar do tempo, esses fazendeiros puderam se assentar na cidade sem grandes complicações para os seus negócios. A ida desses abastados à cidade levou, com eles, o seu capital, que passou a adequar a cidade ao seu modo. Esses cafeicultores procuraram se afastar do núcleo urbano já consolidado, visto que o centro portava a mistura de funções e as misturas sociais, assim como dispunha de pouco espaço.

Portanto, eles se autossegregaram, construindo os seus próprios bairros como símbolo de status e distinção do modelo urbano vigente até então. O bairro dos Campos Elíseos foi o primeiro: afastado da cidade, planejado em grandes lotes, com baixa densidade demográfica, alta seletividade social e de função exclusivamente residencial — o mapa de 1881 demonstra um esboço do planejamento do bairro (figura 14).

**Figura 14 – Fragmento do mapa “Plantas da cidade de São Paulo: mostrando seu desenvolvimento, elaborada pela Comissão Geographica e Geologica” editado pela autora.**



**Fonte: Arquivo Histórico de São Paulo, 1922.<sup>14</sup>**

Segundo Rolnik (1997), a expansão, evidenciada como conjunto das informações contidas no mapa “Plantas da Cidade de São Paulo” (figura 13), que redefiniu territorialmente a evolução da mancha urbana da cidade demonstra o efeito da explosão demográfica do período, resultado da imigração estrangeira. Essa remodelação se deu em favor da segregação, que se tornou o elemento estruturador da cidade, fixando os valores da terra no mercado imobiliário e determinando a disputa do espaço pelos grupos sociais. Oliva e Fonseca (2016) destaca que a imigração de

<sup>14</sup> Disponível em:

<[http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/cartografico/mapa\\_carto/BR\\_APESP\\_IGC\\_IGG\\_CAR\\_I\\_S\\_0207\\_001\\_001](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/cartografico/mapa_carto/BR_APESP_IGC_IGG_CAR_I_S_0207_001_001)>. Acesso em: 24/11/2021.

outras partes do Brasil, no movimento interior-capital, também foi fator condicionante para as ampliações e transformações que desabrocharam no decorrer do século XX.

### 1.3.1 Brechas urbanas: a evasão do Centro de São Paulo.

De acordo com Rizzo (2017), os bairros da Luz e Santa Ifigênia já apresentavam um lento processo de degradação urbana desde o início do século XX. As estações ferroviárias da Luz e Sorocabana foram as responsáveis pelo ápice dos bairros, fazendo com que fazendeiros, banqueiros e empresários se estabelecessem em suas adjacências e levassem consigo capital e investimento na região. Entretanto, esse foi também o estopim do movimento de evasão da localidade.

O grande fluxo diário de pessoas decorrente das estações provocou o aumento populacional, o crescimento do número de hotéis e pensões, além da formação de um comércio local popular para atender os imigrantes que chegavam do Porto de Santos e do interior do estado, bem como migrantes de outras partes do Brasil. Em vista dessa dinâmica, para se afastar dessa área, que cada vez mais se popularizava, a elite que se instalou nos bairros da Luz, Santa Ifigênia e Campos Elíseos rumou para novas localidades exclusivas da classe de alta renda (RIZZO, 2017).

É interessante notar que essa região, de início em plena Cidade Nova, expansão aristocrática do Centro e muito próxima aos Campos Elíseos, já em 1910 apresentava sinais de “deterioração”. Consolidados os bairros de Higienópolis, as avenidas Angélica e Paulista como locais aristocráticos, a região de Santa Efigênia se encortiou. Novamente há uma coincidência entre bairro encortiado e zona do meretrício; neste caso, fruto de uma redefinição territorial de um setor concebido originalmente para abrigar residências abastadas que, abandonadas por antigos usos e significados, se subdividiram ilegalmente para abrigar uma outra população (ROLNIK, 1997, p. 87).

A elite paulistana se instalou nas áreas altas e arborizadas da cidade: o bairro de Higienópolis, a Avenida Paulista e os bairros planejados pela companhia City (Jardim América, Pacaembu, Butantã, Alto de Pinheiros e Alto da Lapa). A mudança desse estrato social levou, também, os investimentos. A região, abandonada pelo poder público, passou a experimentar uma progressiva desvalorização. Os palacetes e casarões do bairro dos Campos Elíseos, que outrora foram sinônimo de riqueza, transformaram-se em comércios, empresas, hotéis e na famosa modalidade de

habitação precária cantada por Adoniran Barbosa em “Saudosa Maloca”: os cortiços (RIZZO, 2017).

Rizzo (2017) relata que, durante as décadas de 1940 e 1950, a classe média seguiu os passos da elite, se mudando do centro em busca de imóveis mais modernos, com área de lazer e garagem em bairros exclusivamente residenciais. Outro fator que corroborou para o decréscimo populacional do centro foi o processo de verticalização da área central, que passou a receber prédios de escritórios e apartamentos pequenos, impossibilitando o estabelecimento de famílias na região.

A classe trabalhadora, por sua vez, ficou impossibilitada de se estabelecer no centro porque, embora a proximidade ao emprego e aos equipamentos urbanos fosse um grande atrativo, o alto valor dos aluguéis e a possibilidade da conquista da casa própria levou essa população a se assentar nas franjas da cidade, consolidando as periferias (RIZZO, 2017).

Desse modo, ocorreram as brechas urbanas que moldariam o ideário sobre a cidade em razão da permanência dos desabastados na área central. Apesar de grande parte do contingente populacional de baixa renda ter se instalado nas periferias em busca da casa própria, outra parte se estabeleceu no centro, morando em pensões e cortiços da região.

Começavam, então, os discursos de degradação e as tentativas de retomada do Centro, utilizando-se de intervenções urbanas sob o pretexto da requalificação, pautadas em ações higienistas com predileção pelos projetos de tábula rasa, em busca de limpar o que era popular e remover o seu sentido de lugar.

A partir de meados de 1960, intensifica-se o abandono da centralidade em direção aos subcentros pelos detentores do capital. Essa dinâmica de evasão, segundo Frúgoli Jr. (2000, p. 61), foi o ponto de inflexão para a “degradação de seus equipamentos urbanos e declínio de seu valor imobiliário”. Não é a presença da classe popular na região que ocasiona a condição de degradação, mas o resultado de decisões do setor público e privado acerca de seus investimentos.

#### **1.4 Escala intermediária – A região da Luz e o bairro da Luz**

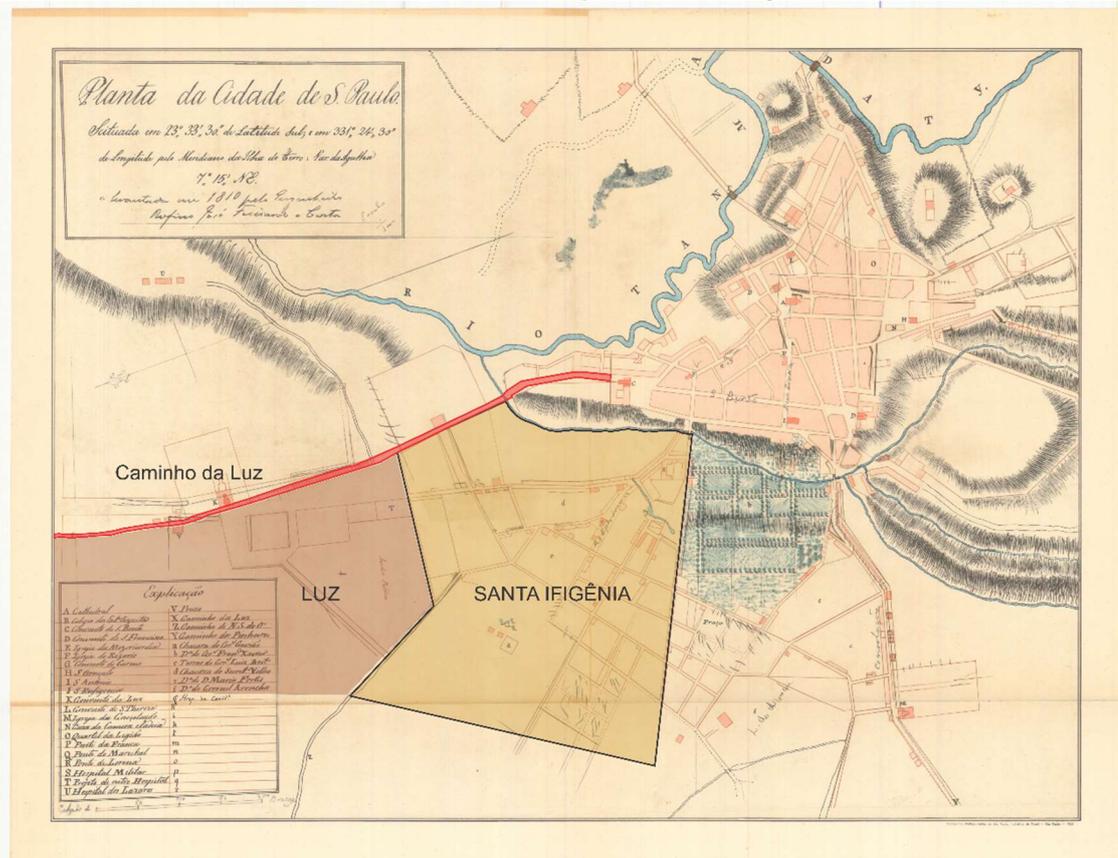
Estabelecida no que se entende como a segunda fundação da cidade de São Paulo, para além do planalto margeado pelos rios Tamanduateí e Anhangabaú, a localidade em que hoje se encontra o bairro da Luz, de acordo com Guimarães (1977, p. 23), “permaneceu durante muitos anos, totalmente despovoada e distante dos bens da civilização”.

A dificuldade de sobrevivência no local, visto que a área se tratava de uma planície alagadiça, provavelmente influenciou o lento processo de urbanização no bairro, que se caracterizou como o “curral da vila” de São Paulo, propiciando a criação de gado devido às suas excelentes pastagens.

Embora pouco povoada até meados do século XIX, segundo Guimarães (1977), em 1579 já se apresentavam menções à capela de Nossa Senhora da Luz e sobre o caminho que sai de Piratininga até a dita paragem. Durante a conformação da cidade, esse caminho ganhou grande importância, assim como a igreja que transmitiu o nome ao futuro bairro como toponímia.

O mapa da cidade de São Paulo (figura 15), datado de 1810, demonstra como foi tardio o desenvolvimento da ocupação da área se comparado com o bairro adjacente, que, embora também pouco povoado, já expressava uma presença urbana mais palpável.

**Figura 15 – Planta da cidade de São Paulo levantada em 1810 pelo Eng. Rufino José Felizardo e Costa, com acréscimos de edição elaborada pela autora.**



**Fonte: Reprodução a partir da versão original pertencente ao Museu Paulista – USP, publicada pela comissão do IV Centenário em 1954, disponível pelo acervo online do Arquivo Histórico Municipal, 1810.<sup>15</sup>**

É provável que a importância da concepção dessa localidade como região da Luz tenha se dado pelo traçado do caminho de Nossa Senhora da Luz — evidenciado no mapa pela marcação em vermelho —, que se configurou como uma das rotas não somente de chegada até a igreja, mas como uma porta de entrada do povoado. Isso se consolidou com o advento da ferrovia que, num primeiro momento, se configurou como uma barreira entre os bairros adjacentes, mas acabou por se transformar em uma espécie de epicentro do entendimento sobre o território.

O advento da ferrovia e o progresso cafeeiro foram fatores decisivos para o crescimento da cidade. Devido ao quadro urbano da época, a área não contava com infraestrutura e equipamentos suficientes, impactando no afluxo de comércio e pessoas que, por tais motivos, era reduzido. Entre 1872 e 1875, no mandato de João

<sup>15</sup> Disponível em: <<http://www.arquiamicos.org.br/info/info20/i-1810.htm>>. Acesso em: 06/02/2023.

Theodoro, o bairro da Luz se tornou um dos mais bem equipados da cidade ao receber uma série de investimentos de infraestrutura e capacitação, especialmente, do sistema viário (MIRANDA, 2021; MOSQUEIRA, 2007).

Esses investimentos na área partiam do desejo dos republicanos em valorizar o urbano e abandonar a imagem do agrário e do trabalho escravo; desse modo, as atenções eram desviadas aos espaços destinados às elites sociais. A Luz e o seu entorno refletiam as ações de segregação social e, simultaneamente, uma qualidade urbanística extraordinária que viria a ser sucateada após a evasão da elite, inaugurando o cenário da degradação (MIRANDA, 2021; REIS FILHO, 2004)

Atualmente, o espaço que engloba os bairros Bom Retiro, Campos Elíseos, Luz e Santa Ifigênia é conhecido no, ideário popular, como região da Luz, que se consolidou durante a sua formação por influência da ferrovia em suas áreas circunvizinhas, tornando imprecisos os limites da região, como é possível vislumbrar no fragmento do mapa da “Comissão Geographica e Geologica”, datado de 1922 (figura 15), que mostra o desenvolvimento da cidade de São Paulo, o surgimento de novos bairros e a implantação da ferrovia.

### 1.5 Microescala: construção do ideário

O ideário de conteúdo negativo que paira sobre a região da Luz advém não só da falta de investimento do poder público e da narrativa hegemônica que faz da presença popular no centro sinônimo de marginalidade e degradação, mas também de algumas particularidades inerentes à gênese e à conformação do lugar.

Meneses (2018, p. 2) afirma que “a memória tem passado e presente, a memória tem história”. Valendo-se dessa afirmação, é possível declarar que passado, presente e futuro se interligam numa rede de acontecimentos, em que correlações não se dão ao acaso. Portanto, a memória, esse armazenamento permanente e perpétuo de informações e fatos que se dá pela experiência e pelo aprendizado, não ocorre somente nas bagagens pregressas, mas é algo produzido no momento presente e tem impacto direto no porvir.

Quando se fala em memórias difíceis ou memórias traumáticas, segundo Meneses (2018), tem-se a herança dos conflitos e violências de séculos passados que não desaparecem no atual; não só não desaparecem como continuam a reverberar, revelando dilemas estruturais da nossa sociedade que, de acordo com Silva e Tourinho (2019), ultrapassaram gerações e eventos passados, repercutindo no presente como memória, mesmo que em situações diversa, portando novos significados.

Meneses (2018) evidencia o conflito entre “o dever de lembrar” e “o direito de esquecer”, posto que a memória e o esquecimento são faces de um mesmo processo, sendo a memória um mecanismo de esquecimento controlado e seletivo que está relacionada a um lugar específico.

O termo “lugar de memória”, de acordo com Silva e Tourinho (2019, p. 104), se refere aos testemunhos materiais da história, que conseguem nos transportar a tempos pretéritos, mesmo que os eventos que ali ocorreram não façam parte da nossa experiência vivida. Desse modo, as autoras ressaltam a importância desses testemunhos para o “espírito do lugar”, pois é por meio deles que se dá a percepção de especificidades identitárias do qual o local é dotado.

Isso, tanto para o indivíduo quanto para o coletivo, possibilitaria o entendimento e a resignificação do lugar, a classificação e a hierarquização de afetos, a ampliação e a reinterpretação do presente como fruto de escolhas da sociedade limitadas às opções políticas dos segmentos que a compõem (SILVA E TOURINHO, 2018),

Para Silva e Tourinho (2018), os “lugares de memória” constituem um importante espaço no processo de redefinição simbólica da sociedade, visto que a legitimação do seu valor cultural pelo poder público, no caso de espaços de memórias difíceis, pressupõe o reconhecimento da existência do fato que o gerou. O reconhecimento como lugar de memória se pauta mais nos significados sociais e nos valores relacionados ao lugar do que nas suas qualidades materiais.

Portanto, faz-se de suma importância uma breve contextualização da história dos bairros Santa Ifigênia e Campos Elíseos, para compreendermos os possíveis aspectos que figuram no imaginário coletivo, influenciando o caráter local.

#### 1.5.1 A matriz: Santa Ifigênia

Conforme registros historiográficos (JORGE, 1999), na região do Vale do Anhangabaú, encontrava-se o mato alto dos sertões à beira do caminho para os campos de Piratininga, propício para o esconderijo de escravos que escapavam dos seus donos. O lugar, mais precisamente nos arredores do ribeiro chamado pelos índios de *lacuba*, era conhecido como Encruzilhada; *lacuba* significa água quente, mas no sentido de ser venenosa, o que foi comprovado em 1791, com o exame das águas dos mananciais existentes na Capital<sup>16</sup>. Nesse local, no cenário setecentista, se deu a gênese do que viria a ser o bairro de Santa Ifigênia.

Em sua origem, a topografia não foi o único fator responsável pelo estabelecimento dos primeiros moradores nas terras, visto que se tratava de um lugar pouco acidentado, em que o ponto mais crítico do terreno se localizava na imediação do limite do bairro com o Vale do Rio Anhangabaú. A proximidade aos caminhos que

---

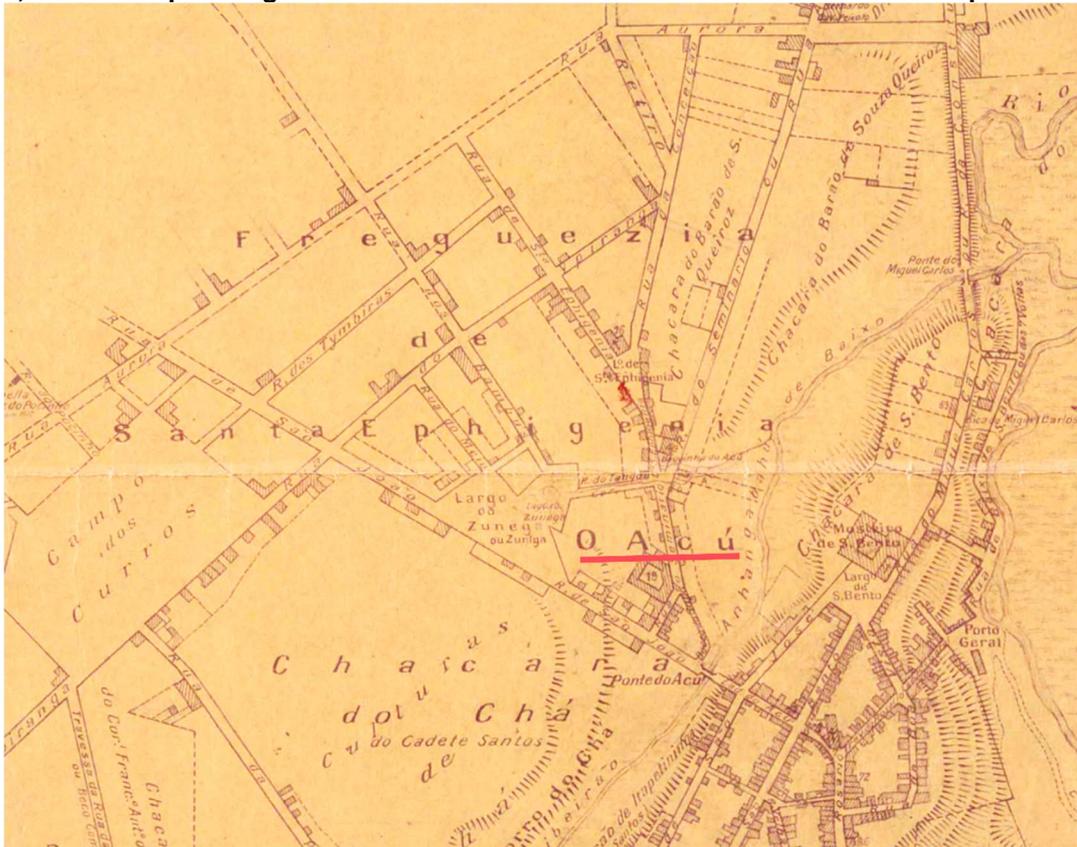
<sup>16</sup> “[...] o capitão-general Bernardo José de Lorena ordenou o exame de águas, a partir de 21 de janeiro de 1791. Tal incumbência recaiu sobre o engenheiro Bento Sanchez D’Hora que procederia ao exame dos principais manadouros” (JORGE, 1999, p. 102).

iam à Piratininga e à Igreja de Nossa Senhora da Luz foi de considerável importância para a conformação da região, como é possível vislumbrar no excerto sobre a ordenação de ruas na Piratininga seiscentista:

Com os primeiros tentames de desenvolvimento arrabaldeiro no vale do Anhangabau/Acu, instalado nos eixos do caminho de Piratininga e de Nossa Senhora da Luz, intentou-se a abertura de ruas, a fim de acolher os poucos moradores. Como se tornaria vezeiro, surgiram elas espontaneamente, ao sabor das necessidades imediatas. Improvisações inadequadas. Dificultando vindouros alinhamentos e reurbanizações (JORGE, 1999, p. 88).

Um dos primeiros registros que se tem sobre a provável ocupação que daria origem ao bairro data de 1625, em deliberação da Câmara para a construção de uma ponte na entrada da vila, no ribeiro Anhangabaú, lugar chamado de Acu — nome proveniente do Riacho *Yacuba/lacuba* —, como demonstra o fragmento cartográfico da “Planta da cidade de São Paulo” em 1850 (figura 16).

**Figura 16 – Fragmento do mapa “Planta da cidade de São Paulo” evidenciando a região do Acú, elaborado pelo engenheiro Gastão Cesar Bierrembach de Lima e editado pela autora.**



**Fonte: Arquivo Histórico de São Paulo, 1850.<sup>17</sup>**

Somente por volta de 1720, de acordo com Jorge (1999, p. 61), apareceriam vestígios da “tosca capelinha” implantada para os poucos devotos da região do Acú, que teria dado origem À Igreja de Santa Ifigênia e, de modo toponímico, ao nome do bairro. Era um local de culto exclusivo “da condição humilde, pobre e desamparada da cidade, pois aos notáveis e senhores do ter e do haver incumbia a devoção a São João Batista, Santo Antonio ou São José” (JORGE, 1999, p. 62). Em 1768, a Irmandade de Santo Elesbão e Santa Ifigênia, irmandade dos negros, registrou na Câmara um pedido de doação de terras para a construção de uma igreja, a qual, em 1810, se destacava na paisagem do recém-criado Distrito de Santa Ifigênia (1809).

No entender dos mais avisados cronistas eclesiásticos, ela remontaria ao ano de 1720, quando há referências a uma pequena capela plantada no “Morro de Santa Ifigênia”, além Anhangabaú, num ponto chamada de Encruzilhada, local da humilde devoção de escravos à Nossa Senhora do Rosário, culto bem difundido nos anos do seiscentismo (JORGE, 1999, p. 161).

<sup>17</sup> Disponível em:

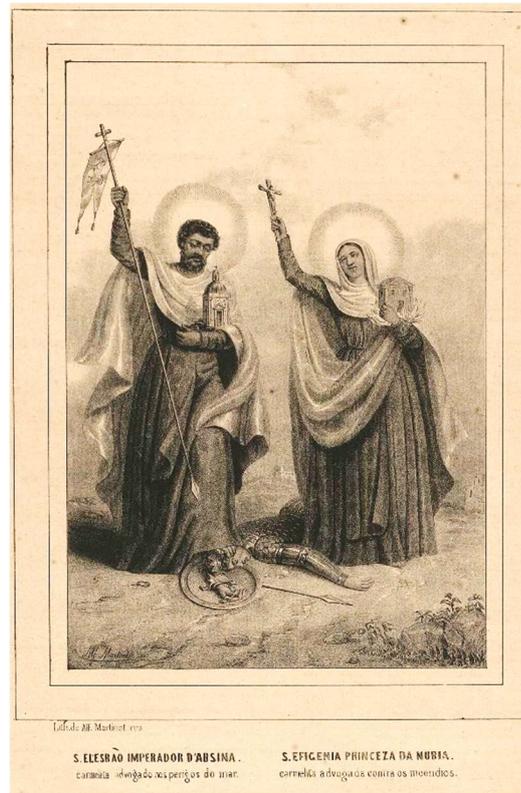
<[http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/cartografico/documentos\\_cartograficos/mapas/B\\_R\\_APESP\\_IGC\\_IGG\\_CAR\\_I\\_S\\_0245\\_001\\_001.JPG](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/cartografico/documentos_cartograficos/mapas/B_R_APESP_IGC_IGG_CAR_I_S_0245_001_001.JPG)>. Acesso em: 24/11/2021.

Francisco de Paula Ferreira de Rezende, que, em meados de 1850, residiu em uma das repúblicas instaladas na rua dos Bambus, no bairro de Santa Ifigênia, relatou no seu livro as desigualdades sociais expostas por meio da religião, como é possível perceber:

[...] eu não direi simplesmente que não havia naquele tempo uma verdadeira igualdade perante a religião; porque essa igualdade foi coisa que nunca existiu e que ainda hoje não se observa; [...] cada uma das classes procurava ter sempre a sua igreja própria; mas que ainda os próprios santos dos céus pareciam não pertencer a todos; pois que ao passo que os brancos podiam pertencer a todas as irmandades sem a menor exceção, e tinham algumas que exclusivamente lhes pertenciam, como a do Santíssimo, a dos Passos e a do Carmo, por exemplo; por outro lado, os pardos parece que não tinham licença senão de serem irmãos das Mercês e da Boa-morte; caso não quisessem ir ser também irmãos do Rosário e S. Benedito, que com Santa Efigênia e Santo Elesbão, parece que eram os únicos santos que os pobres pretos tinham o direito de adorarem ou pelo menos de tomarem por patronos. Os pardos, porém, quase nunca se utilizavam deste último privilégio; porque, se os brancos não se dignavam de descer até eles, eles muito menos ainda se prestavam a descer até os pretos (REZENDE, 1987, pp. 184–185).

Essa passagem evidencia o preconceito racial existente e demonstra o possível estigma sobre o bairro de Santa Ifigênia, visto que a sua origem se dá com a fuga de escravos para a região, recebendo posteriormente o topônimo de uma santa negra, patrona dos que buscam ter a casa própria — explicação para as representações em que a santa aparece segurando uma casa em uma das mãos (figura 17).

**Figura 17 – Gravura de Alfred Martinet representando Santo Elesbão e Santa Ifigênia, 1853-1858.**



**Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional, s.d.<sup>18</sup>**

Ultrapassado o século de estagnação em que pouca coisa se alterou no contexto urbano e social, chegou juntamente à implantação da linha férrea (1867), o dito “progresso”. Santa Ifigênia experimentou uma urbanização sem precedentes, com o estabelecimento de grandes fazendeiros que chegavam de viagem e se instalavam em palacetes nas proximidades da estação, levando consigo o investimento em infraestrutura urbana.

O bairro, anteriormente constituído majoritariamente pela parcela necessitada da cidade, estratificou-se com a presença de abastadas famílias e república de estudantes que chegavam a São Paulo, sobrando as áreas alagadiças para os moradores humildes da região, que se tornaram as mais populosas da cidade.

De fato, havia nítida divisão do espaço entre as classes mais abastadas e os pobres, a elite ocupava o chamado Campo Redondo (atual Campos Elíseos) e a rua Florêncio de Abreu, enquanto os pobres ocupavam as partes baixas

<sup>18</sup> Disponível em:

<[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_iconografia/icon1241776/icon1241776.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1241776/icon1241776.jpg)>.

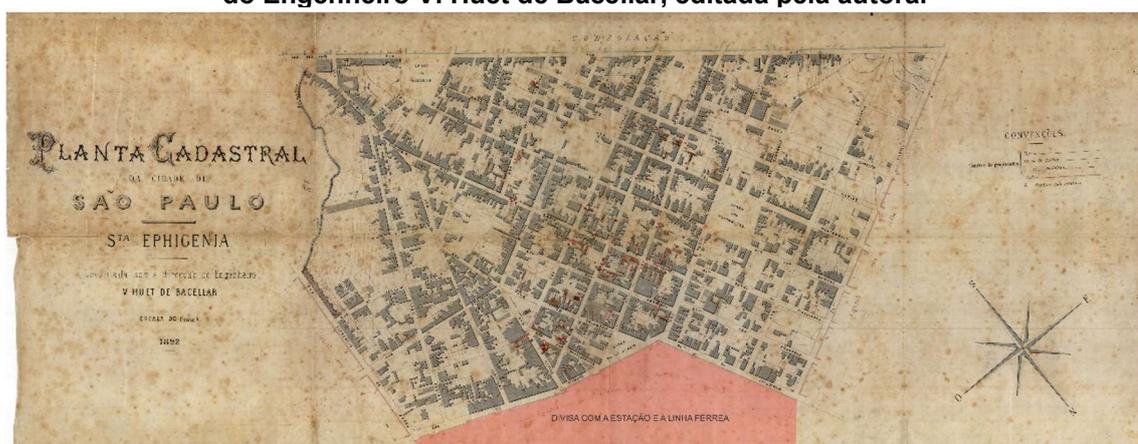
Acesso em: 01/11/2022.

das ruas dos Bambus (atual avenida Rio Branco), Aurora, Triunfo e Duque de Caxias, vítimas constantes de enchentes, assim como boa parte do Bairro do Bom Retiro, e onde se localizavam a maioria dos edifícios transformados em cortiços (BASTOS; SALLES; BUENO, 2008, p. 2).

A implantação da São Paulo Railway Company (1867) e da Estrada de Ferro Sorocabana (1871) se tornou um vetor de fluxo de pessoas e cargas na região, apresentando relação direta com a designação dada ao bairro de Santa Ifigênia como o mais populoso da cidade (figura 18). Dois são os fatores que explicam essa condição: o primeiro deles é o significativo número de imigrantes, principalmente italianos, que, devido aos incentivos governamentais, chegam ao Brasil e se instalam na região; outro fator foi a abolição da escravatura em 1888, que permitiu a desassociação dos escravos dos seus antigos donos e o movimento de busca por emprego na capital.

Porém todo esse contingente popular acabaria por se instalar em habitações precárias, incentivados pelo baixo valor de aluguel. Por volta de 1893, como resultado da péssima condição de habitação, viu-se eclodir uma epidemia de febre amarela em Santa Ifigênia que, aliada ao pensamento sanitarista da época, foi responsável pelo levantamento dos cortiços presentes na região com fichas pormenorizadas das condições e particularidades das habitações.

**Figura 18 – Planta Cadastral da Cidade de São Paulo – Sta. Ephigenia, levantada sob a direção do Engenheiro V. Huet de Bacellar, editada pela autora.**



**Fonte: Arquivo Histórico de São Paulo, 1892.<sup>19</sup>**

<sup>19</sup> Disponível em:

<[http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/cartografico/mapa\\_sta\\_ephigenia](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/cartografico/mapa_sta_ephigenia)>. Acesso em: 24/11/2021.

A composição espacial da planta nos revela um espaço formado por um quadrilátero no qual a ocupação dos bairros centrais por casebres, que compunham os cortiços que abrigam imigrantes de várias nacionalidades, pode ser identificada pelas marcas avermelhadas que vão do meio da Rua da Consolação até o final da Rua do Bom Retiro. O quarteirão ao final da Rua Santa Ephigenia, tanto ao sul quanto a oeste possui uma maior concentração de cortiços. Havia 16 cortiços na Rua Santa Iphigenia (MELLO, 2015, p. 160).

As obras de melhoramento que ocorriam na cidade de São Paulo no início do século XX permitiram a expansão do chamado Centro Novo, bem como a sua conexão com o Centro Antigo, o que, no caso de Santa Ifigênia, ocorreu através do Viaduto de Santa Ifigênia (1930). A ferrovia, que levou o desenvolvimento ao bairro, acabou por afugentar as classes mais abastadas, que rumaram para novas áreas mais valorizadas. As causas dessa migração foram variadas, como o ruído e a grande movimentação de pessoas e cargas na região; porém a questão do ideário acerca do espaço foi decisiva.

Em Santa Ifigênia, os fazendeiros desembarcados na rua da Estação jamais procurariam acomodar-se em hotéis. Para suas vindas do Interior preferiam alugar-se no recesso familiar de amigos ou de parentes. Também, montavam residências na vizinhança ferroviária que, por parte do ano, ficavam fechadas ou cuidadas por serviçais de confiança. Hotéis era coisa para forasteiros, viajantes e mulheres de suspeita conduta (JORGE, 1999, p. 132).

O tempo, dito áureo, do bairro transmutou-se em degradação. A evasão das classes mais abastadas levou, também, o investimento urbano local; Santa Ifigênia, que já possuía um caráter proscrito, como diziam, visto que, em meados de 1800, a região já era conhecida como cisqueiro pelo descarte de resíduos junto à ponte do Acu, vinculou-se cada vez mais a esse ideário pejorativo.

Afastada do centro pela dificuldade do acesso, a Freguesia de Santa Ifigênia contava-se entre a mais perigosa, quer pela presença de desocupados, homens e mulheres, quer pelo elevado número de registro policiais. Conceitual determinismo que enveredaria pelos caminhos do tempo (JORGE, 1999, p. 114).

O êxodo urbano não se restringiu apenas às classes mais abastadas; uma camada da população pobre presente na região partiu em direção à periferia, em busca de terras mais baratas e de locais sem fiscalização de obras. O bairro presenciaria, então, um vazio populacional, que seria preenchido pelo estrato social mais pobre, que encontrava nos edifícios desabitados locais de moradia barata, devido ao valor baixo dos aluguéis, e espaços para a ocupação dos movimentos de luta por moradia.

Durante o período chamado de milagre econômico, entre os anos de 1968 e 1973, houve um afluxo de migrantes de diversas localidades do país, em especial do Nordeste, que se fixaram no bairro em busca de emprego e melhores condições de vida. Vale ressaltar que, durante esse período, mais precisamente entre 1961 e 1982, a rodoviária da cidade de São Paulo se situava na rua Duque de Caxias, dentro do perímetro de Santa Ifigênia.

O bairro, que já era estigmatizado, em meados da década de 1990 passou a ser conhecido por abrigar a Cracolândia, ganhando os holofotes da mídia pela significativa concentração de pessoas em condição de vulnerabilidade social e associadas ao uso de drogas.

#### 1.5.1.1 Cortiços

Os cortiços, presentes em São Paulo desde o final do século XIX em decorrência da economia cafeeira e do advento da ferrovia, segundo Aragão e Souza (2018), se diferenciam das vilas operárias pela precariedade. Apesar de deteriorados, podem se situar em áreas valorizadas, como o Centro, e se caracterizam, segundo Vêras (2016), pela coexistência de pessoas de diferentes idades e de ambos os sexos que dividem o mesmo cômodo e desempenham funções inerentes à condição humana em espaços reduzidos e insalubres.

Aragão e Souza (2018), tratando sobre a proliferação dos cortiços na capital paulista, explicam que eles surgiram como resposta ao aumento significativo de habitantes na cidade, em especial, dos imigrantes, que chegavam para trabalhar no comércio e nas indústrias e os escravos abolidos em 1888, resultando em uma demanda habitacional sem precedentes. Com o alto valor dos aluguéis de casas individuais e da terra, o que impedia a construção da casa própria, o aluguel de cômodos tornou-se uma alternativa para os pobres e um investimento lucrativo para os proprietários de imóveis.

De acordo com Aragão e Souza (2018), os cortiços geravam um alto rendimento, visto que, além do intenso aproveitamento de terreno, havia economia na construção, já que as paredes eram compartilhadas, os materiais de construção eram

de péssima qualidade e não havia manutenção (figura 19). Em geral, as edificações não contavam com luz e ventilação nas acomodações, nem saneamento e higiene, contando com tanque e sanitários compartilhados.

**Figura 19 – Casarão transformado em cortiço no bairro de Santa Ifigênia, em São Paulo. Aproximadamente década de 1930.**



**Fonte: Cordeiro (2005, p. 6).**

Em 1892, documentou-se na Planta Cadastral da Cidade de São Paulo — Santa Ephigenia, levantada pelo Engenheiro V.Huet de Bacellar (figura 16), os esforços para a regularização da moradia popular perante as crescentes epidemias ocasionadas pela insalubridade a qual os moradores eram expostos. O relatório obtido a partir do levantamento cartográfico apresenta dados referentes aos inquilinos, locatários e às condições de moradia, constatando uma concentração significativa de cortiços nas imediações da estação ferroviária.

O estigma da doença se vinculou à população que morava nos cortiços, que, marcadas pelo preconceito, eram percebidas como perigosas e nocivas. Vêras (2016) afirma que as aglomerações urbanas, mesmo com as transformações, continuam a reeditar suas graves questões sociais, visto que ainda se preservam práticas precárias de habitação e exploração da pobreza.

Kohara (2016) evidencia que os aluguéis dos cortiços da Luz são mais caros por metro quadrado se comparados a outras áreas, ampliando o percentual de rendimento em proporção a sua precariedade. Os encortiçados, por não se enquadrarem nas exigências do mercado formal, se submetem a circunstâncias degradantes em compensação da proximidade ao trabalho, aos equipamentos públicos, ao comércio, ao transporte e à segurança.

Villaça (2011), em *São Paulo: segregação urbana e desigualdade*, destaca a produção do espaço urbano através dos atores sociais, evidenciando nesse estrato os fatores de dominação e conflito de classes, resultando no maior problema brasileiro: a desigualdade. O autor afirma que os “vínculos específicos”, como a economia, a política e a ideologia, articulam o espaço urbano, dominando certas camadas sociais.

Esse controle hegemônico estabelecido sobre os hegemonzados se dá por meio do domínio sobre o espaço — pela segregação e localização de empregos dispersos, afastados dos assentamentos populares — e o tempo — priorizando o deslocamento da classe dominante em detrimento dos demais. Embora precárias, as moradias em cortiço surgiram como alternativas de habitação próximas ao centro, dotado de boa infraestrutura urbana e de fácil mobilidade.

De acordo com Kowarick (2016), estimou-se, em 2015, que cerca de um milhão de habitantes residiam em cortiços em São Paulo, demonstrando quão atual é essa modalidade de habitação na capital paulista. O autor evidencia, ainda, o processo de culpabilização da miséria projetado nos moradores desses espaços precários. A culpa passa a ser individual, atribuída ao azar pelo nascimento em famílias tidas como erradas — pobres — e à “falta de esforço”, pela sensação de fracasso devido à baixa escolaridade.

O bairro de Santa Ifigênia não ficou apenas caracterizado pelo encortiçamento. Outro aspecto de conteúdo negativo suscitaria a narrativa da degradação que sobrepujou a região, que ficou conhecida como a “Boca do Lixo”.

#### 1.5.1.2 Boca do Lixo

Historicamente, o bairro de Santa Ifigênia se tornou conhecido como “Boca do Lixo”. Isso se deu por vários motivos, que podem ser analisados com camadas de significado que foram sendo acrescentadas no decorrer da formação do bairro. Por medidas de higiene, em 1893, deu-se a canalização do ribeiro Anhangabaú, suspendendo a prática de descarte de resíduos em suas margens, porém nem mesmo esse fato desvencilhou a identidade do bairro do atributo negativo ligado à sujeira (JORGE, 1999).

No decorrer do século passado, o bairro se consolidou como a “Boca do Lixo”, tal apelido se deve ao fato de que todo o lixo produzido pela cidade chegava até Santa Ifigênia e, de lá, era transportado por meio ferroviário até o destino de descarte (MIRANDA,2021).

Porém, como evidencia a matéria jornalística da Folha de São Paulo (figura 20), o termo Boca do Lixo passou a ser utilizado para denominar o espaço ocupado pelos indesejados, visto que, de acordo com Rizzo (2017), as mesmas atividades — tráfico e prostituição — ocorriam na Boca do Luxo, área vizinha frequentada pela parcela abastada da sociedade paulistana, porém sem o mesmo tratamento por parte da polícia e dos jornais.

Figura 20 – Documento jornalístico abordando a história da região conhecida como Boca do Lixo.

**Boca do lixo**  
 A ocupação das ruas próximas à estação da Luz pelos dependentes de crack não ocorreu por acaso. Um dos principais motivos para a escolha da região é sua tradição de bandidagem. Conhecida como boca do lixo, desde os anos 40 a Luz abriga prostitutas, ladrões e traficantes de drogas.  
 Outra razão é a facilidade de se conseguir dinheiro no local, em razão da intensa circulação de pessoas. Cerca de 2 milhões transitam pelo centro diariamente. Segundo o SOS Criança, os menores faturam em torno de R\$ 60 por dia pedindo esmola, R\$ 200 colaborando com o tráfico e R\$ 250 se prostituindo.

Fonte: Folha de São Paulo, 2000.<sup>20</sup>

#### 1.5.1.2.1 Baixo Meretrício

Talvez pelo seu caráter desvalorizado para ocupação nobre, o local tenha se tornado propício à atividade de prostituição, adquirindo outra camada de significado. Ocorrendo desde o século XIX, a atividade marcou a região como uma das zonas de prostituição da cidade, caracterizando-se pelo baixo meretrício.

De acordo com Jorge (1999), o recesso econômico pelo qual São Paulo passou antes do *boom* cafeeiro foi responsável pelo aumento do contingente de mulheres abandonadas ou sós, que, assoladas pelo empobrecimento, para sobreviver, trabalhavam lavando roupa no tanque do Zuniga e na ponte do Acu — ambos situados no bairro de Santa Ifigênia —, comercializando quitandas pelas ruas da cidade e até mesmo recorriam à prostituição para sobreviver.

O Seminário de Educandas, que esteve situado em Santa Ifigênia em meados do século XIX, também apresenta menções à prática do meretrício. De acordo com

<sup>20</sup> Disponível em:

<<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=14727&keyword=%22boca+do+lixo%22&anchor=709092&origem=busca&originURL=&pd=5219d4c375e37402d6efb9066ac2aeb2>>. Acesso em: 05/03/2021.

Jorge (1999), as meninas, ao completarem 18 anos, poderiam sair do estabelecimento — menos as órfãs, que deveriam, então, arranjar um casamento.

Porém as dificuldades que elas encontravam não eram poucas; como solução, o Governo decidiu “dar” as meninas para qualquer família honesta que promettesse protegê-las, assumindo, então, o título de criadas, em troca de alguma gratificação. Entretanto, era comum que as meninas fugissem.

Com muita frequência, entretanto, as meninas fugiram das casas que as tutelavam e perambulavam pelas ruas, indefesas e expostas aos perigos da prostituição. Além disso, a crônica policial, vez por outra, anotava ações que envolviam meninas fugidas. A 6 de outubro de 1841, o juiz de Paz de Santa Ifigênia informava ter aprisionado “uma africana de menor de idade que estava pelas ruas sem destino e que fora arrematada por João Sertório.” [...] a 19 de dezembro de 1840, ocasião em que se deram ordens para se “mandar capturar a menina Francisca Maria que fugira do Recolhimento”, ou o caso da muito rebelde Martinha, devolvida a mãe a 14 de maio de 1846.[...] Também, as escravas que prestavam serviço no Seminário, não raro, escapavam, como aquela chamada Jacinta, fugida a 8 de junho de 1846 e que, após vagar e esconder-se, seria presa em janeiro de 1847 (JORGE, 1999, p. 109).

O historiador relata que, apesar do preconceito contra uniões tidas como desiguais, tendo em vista a sociedade escravagista da época, eram comuns, no século XIX, contos sobre raptos de “princesas” — denominação dada às moças pobres que almejavam ser rainhas, como a Gata Borralheira — por tropeiros prósperos, tornando o ato um meio para o casamento. Posto isso, não era incomum a presença de mulheres solitárias dispersas na freguesia de Santa Ifigênia (JORGE, 1999).

Durante o século XX, com a evasão de parte da população do bairro, o índice de casas de tolerância e da prática do lenocínio aumentou na localidade. Jorge (1999) destaca que as diversões noturnas, como *dancings* e cabarés, tiveram papel fundamental na manutenção do meretrício, onde até mesmo o “*Zwig Magdal*”, organização internacional do tráfico de “escravas brancas” esteve presente.

Além dessas ocorrências, outro fato teve importante papel na caracterização do bairro como lugar do meretrício: o encerramento da atividade no bairro do Bom Retiro na década de 1950. O Governador Nogueira Garcez, juntamente ao Serviço

Social do Estado de São Paulo, buscou, por meio de campanha moralizadora, acabar com a atividade; para tanto, ele utilizou decretos governamentais e repressão policial.

As mulheres que habitavam e trabalhavam com o meretrício no Bom Retiro se dirigiram para os bairros da Luz, Campos Elíseos e Santa Ifigênia. O meretrício pobre passou a se situar, então, nas ruas Timbiras, Ipiranga e Amador Bueno. Essa mudança de *lôcus* caracterizou o submundo, composto por “prostitutas, cafetinas, rufiões, malandros, punguistas, traficantes, jogadores, policiais e boêmios”, que ocuparam a área circunscrita pela “rua dos Timbiras, Avenida São João, Avenida Duque de Caxias, Largo General Osório e rua dos Protestantes, transformando um gigantesco quadrilátero no maior território do baixo meretrício já existente na cidade” (RIZZO, 2017, p. 97).

Como demonstra o material jornalístico na ilustração “A geografia da noite” (figura 21), no final da década de 1970, o Centro podia ser entendido como a base dessa atividade, disputando entre baixo e alto meretrício: “Boca do Lixo” e “Boca do Luxo”.

Figura 21 – Ilustração em material jornalístico com título de “A geografia da noite”.



Fonte: Acervo Jornal da República, 1979.<sup>21</sup>

Rizzo (2017) esclarece que a mudança das classes alta e média — visto que já não se encontravam na localidade para serem incomodadas — e o grande lucro gerado pela prostituição na Boca do Lixo foram os principais motivos para a falta de reação por parte do poder público e, até mesmo, por parte dos donos dos imóveis locados para a prática na região, uma vez que a ilegalidade era altamente rentável. O lucro gerado pela prostituição chegava às mãos dos proprietários de imóveis, transformando-se em uma renda honesta como qualquer outra. Portanto, era de interesse dos donos dos imóveis a manutenção do meretrício.

Em um primeiro momento, os prostíbulos possuíam aparência residencial, porém, com a proibição do lenocínio na cidade, as casas se adaptaram como hotéis, que portavam licença da prefeitura e letreiros pendurados na porta. Com a atividade

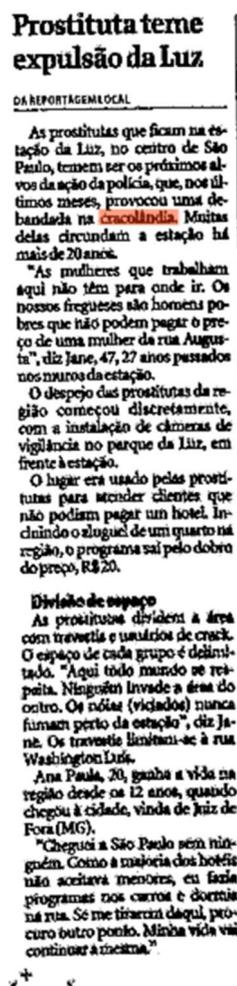
<sup>21</sup> Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=194018&pesq=boca+do+lixo&pagfis=1678>>. Acesso em: 26/10/2021.

sendo desempenhada em hotéis, as estadias e as diárias passaram a ser substituídas pelo pagamento por hora.

A atividade que marcou a região como uma das zonas de prostituição da cidade, caracterizando-se pelo baixo meretrício, perpetua esse costume até a contemporaneidade, tornando o Jardim da Luz o território dessa prática (figura 22).

Figura 22 – Documento jornalístico sobre o meretrício na região da Luz.



Fonte: Folha de São Paulo, 2000.<sup>22</sup>

<sup>22</sup> Disponível em:

<<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=14727&keyword=%22Prostituta+teme+expulsao+da+Luz%22&anchor=709083&origem=busca&originURL=&pd=768378156bfae712c41b842a65ee7ded>>.

Acesso em: 05/03/2021.

#### 1.5.1.2.2 O cinema marginal

Milton Santos (2001), em *Por uma outra globalização*, aborda o mundo contemporâneo e a ideologia hegemônica nociva sobre as classes populares, que, por sua vez, se apropriam da cultura de massa globalizada para, de forma singular, criar uma cultura local. Esse movimento se deu em Santa Ifigênia no “quadrilátero do pecado”, entre as décadas de 1960 e 1980, pelo cinema da Boca do Lixo, o qual, segundo documentário *Boca do Lixo: a Bollywood brasileira* (2011), foi responsável por mais de 80% da produção e distribuição do cinema brasileiro.

Por volta da década de 1920, as produtoras internacionais Paramount, Fox e Columbia se estabeleceram no bairro da Luz, em razão da sua localização estratégica pela proximidade das ferrovias, meio pelo qual os filmes eram transportados. Devido ao expressivo número de casas exibidoras presentes no bairro, a região passou a desenvolver o comércio de materiais e máquinas destinados à projeção. Em função disso, escritórios de empresas exibidoras e de aluguel de filmes se instalaram ao redor dos cinemas. Por consequência, Santa Ifigênia se tornou zona preferencial dessa atividade comercial, que se consolidaria nas ruas Triunfo e dos Andradas (Jorge, 1999).

Paralelamente, faliam as maiores produtoras cinematográficas atuantes do Brasil — Maristela e Vera Cruz —, o que ocasionou o desemprego de profissionais do campo audiovisual. Esse precedente foi decisivo para o surgimento da Boca do Lixo, local que já possuía fama de perigoso e era mal falado por abrigar prostitutas e bandidos. Apesar da má reputação, o documentário sobre a Boca do Lixo evidencia que não havia conflitos devido ao código de honra estabelecido — ninguém mexia com ninguém —, sendo creditado a essas figuras tidas como marginais o ensinamento de solidariedade e comunidade que se perpetuava pela “boca”; a falta de recursos era o vetor principal da interação. A vida boêmia que pulsava na região era o plano de fundo da cultura que ali florescia (BOCA..., 2011).

O cinema marginal (figura 23), formado majoritariamente por pessoas humildes que aprendiam o ofício na prática, empregava como atrizes as prostitutas da região. Os encontros e interações, como acordos de filmes e contratações, aconteciam nos

bares, destacando-se o antigo bar Soberano, que atualmente abriga uma loja de objetos eletrônicos. Como os orçamentos dessas produções era reduzido, o cinema independente era classificado como de baixa qualidade (BOCA..., 2011).

**Figura 23 – Registro do cineasta Ozualdo Candeias filmando “Festa na Boca” em 1976.**



**Fonte: Folha de São Paulo, 2013.<sup>23</sup>**

Para as produções que saíam da “boca”, dava-se predominantemente o nome de “porno-chanchadas”. Qualquer gênero de filme produzido recebia essa denominação, mas os produtores, de forma perspicaz, inspirando-se no cinema italiano, utilizaram a nomeação pejorativa e adicionaram cenas de sexo implícito e nomes sugestivos para atrair o público (BOCA..., 2011).

Assim como com os filmes, existia um preconceito com os trabalhadores da Boca do Lixo. A mídia teve um papel fundamental na propagação de críticas aos filmes e na depreciação das obras, principalmente a mídia paulista; poucos eram os jornais que o faziam com seriedade (BOCA..., 2011).

O auge do cinema marginal ocorreu durante a ditadura; os filmes produzidos eram analisados e, por vezes, censurados, obrigando os produtores a editarem os materiais que seriam exibidos no cinema. Ody Fraga, teólogo e intelectual, atuou como diretor e roteirista na região; ele estava na “boca” por opção, chegou a trabalhar

<sup>23</sup> Disponível em: <<https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/20983-boca-do-lixo>>. Acesso em: 18/10/2021.

na televisão, mas retornou à região da Luz. Nos seus filmes, tudo era proposital e sempre havia uma crítica subentendida nas cenas. Em o *Reformatório das depravadas*, a cena da morte por enforcamento foi uma crítica direta às torturas que aconteciam nos porões do DOI-CODI (BOCA..., 2011).

O que era somente sugestivo passou a ser mais evidente nas produções; nos últimos anos desse polo, o apelo causado pelos corpos femininos expostos se tornou o foco principal, já que era um atrativo para o público. O sexo explícito chegou em uma fase em que o cinema marginal enfrentava crises; de acordo com o documentário, “o cenário era de uma inflação galopante”. Os exibidores de cinema que, anteriormente, investiam 40 mil dólares em produções, lucrando com os filmes paulistas de sexo explícito, passaram a comprar 200 filmes por 2 mil dólares, e o mercado ficou tomado pela pornografia estrangeira, paralisando as produções da “boca” (BOCA..., 2011).

Apesar do seu fim, nota-se a perpetuação da denominação e suas marcas de reconhecimento e identidade, podendo ser facilmente encontrado em inscrições pictóricas na região (figura 24).

**Figura 24 – Imagem de pintura presente na Rua do Triunfo em referência ao cinema da Boca do Lixo capturada pelo Google Earth.**

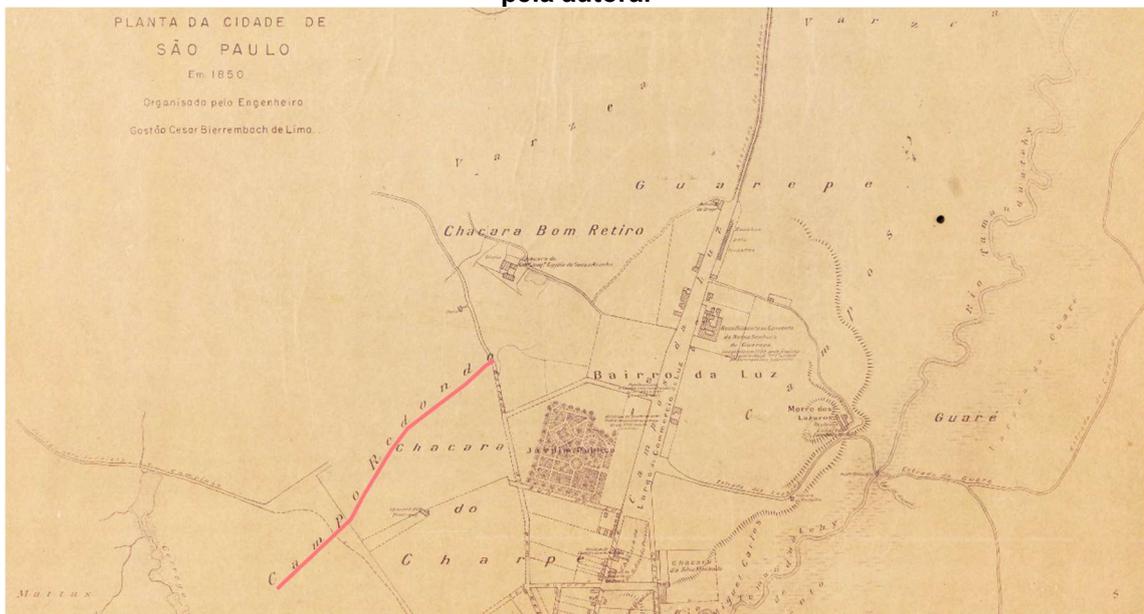


Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

### 1.5.2 A elite: Campos Elíseos

No final da década de 1870, Frederico Glette e Victor Nothman, objetivando construir o primeiro bairro nobre da cidade, compraram a região de chácaras próxima ao centro, denominada Campo Redondo. É possível detectar, no documento cartográfico “Planta da cidade de São Paulo”, datada de 1850 (figura 25), a menção a essa área (evidenciada pelo traçado vermelho), porém essa menção é feita de forma imprecisa, sem delimitação. Observa-se que ela se dá próxima à Chácara do Bom Retiro e nas adjacências do Jardim Botânico da Luz.

**Figura 25 – Fragmento do mapa “Planta da cidade de São Paulo”, evidenciando a região do Campo Redondo, elaborado pelo engenheiro Gastão Cesar Bierrembach de Lima e editado pela autora.**



**Fonte: Arquivo Histórico de São Paulo, 1850.<sup>24</sup>**

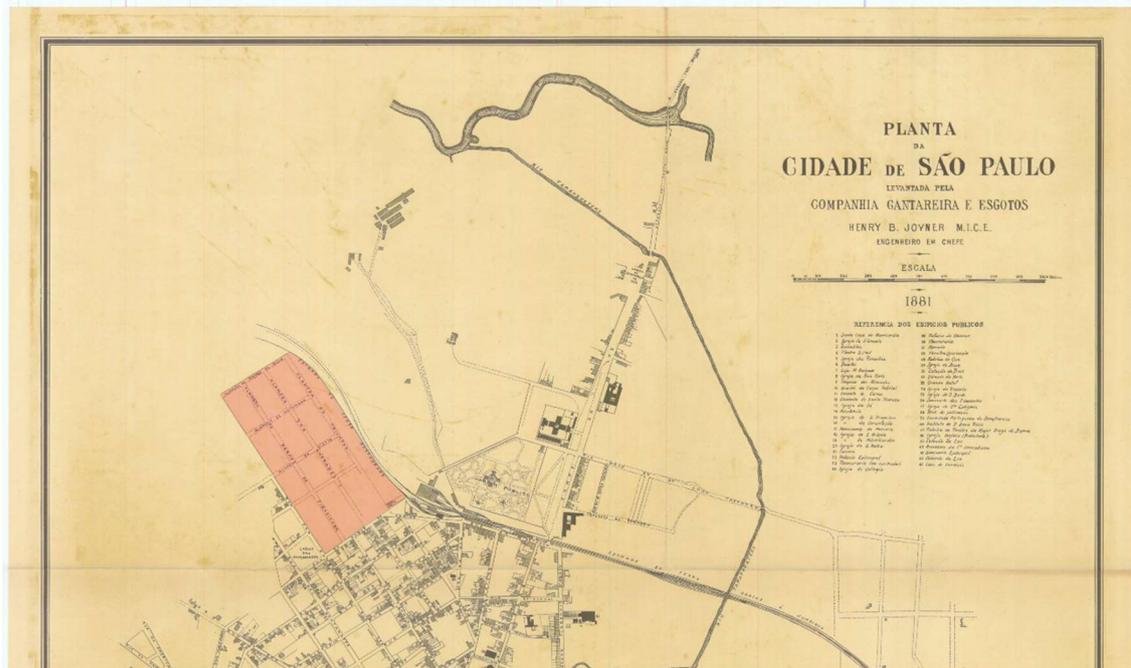
Com fundação datada de 1879, Campos Elíseos torna-se o primeiro bairro paulista planejado, com características de bairro aristocrático e exclusivamente residencial, voltado à elite da época. Possuía traçado geométrico quase retangular, com casas recuadas do alinhamento e jardins laterais e frontais, incorporando o estilo eclético da época. A “Planta da cidade de São Paulo” de 1881 (figura 26) demonstra

<sup>24</sup> Disponível em:

<[http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/cartografico/documentos\\_cartograficos/mapas/B\\_R\\_APESP\\_IGC\\_IGG\\_CAR\\_I\\_S\\_0245\\_001\\_001.JPG](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/cartografico/documentos_cartograficos/mapas/B_R_APESP_IGC_IGG_CAR_I_S_0245_001_001.JPG)>. Acesso em: 24/11/2021.

o planejamento do bairro, que aparece tracejado no mapa delimitado pela mancha vermelha (CAMPOS..., 2006; FOGAÇA, 2016).

**Figura 26 – Fragmento do mapa “Planta da cidade de São Paulo” levantada pela Companhia Cantareira e esgotos, elaborada pelo engenheiro Henry B. Joyner M.I.C.E e editado pela autora.**



**Fonte: Reprodução a partir da versão original pertencente ao Museu Paulista – USP, publicada pela comissão do IV Centenário em 1954, disponível pelo acervo online do Arquivo Histórico Municipal, 1881.<sup>25</sup>**

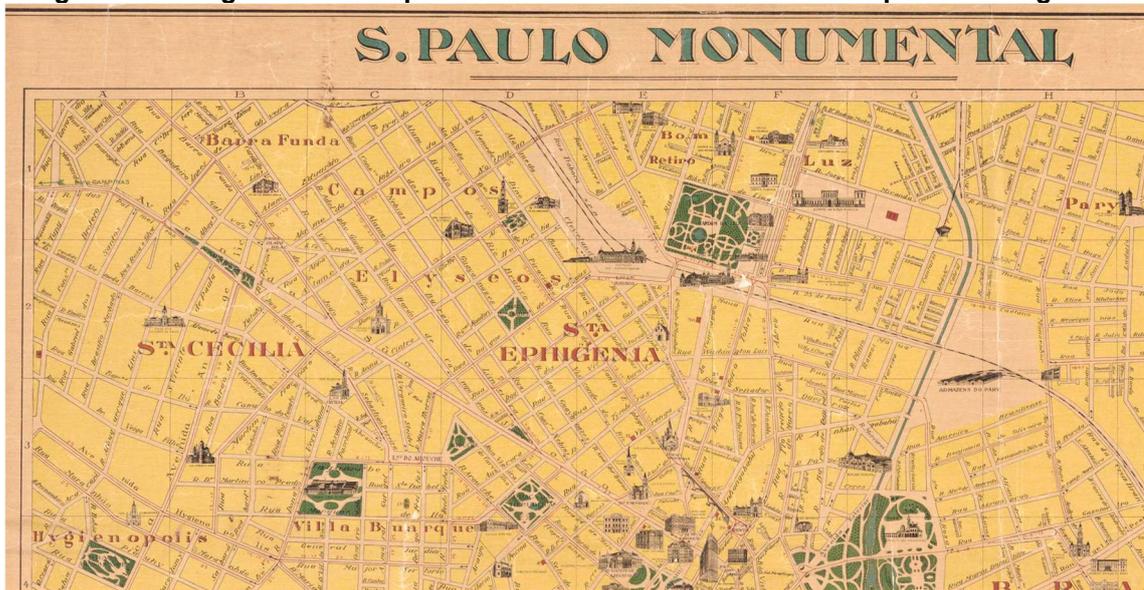
O nome Campos Elíseos advém não só da alusão aos *Les Champs-Élysées*, bairro nobre de Paris e nome da avenida francesa mais simbólica e aristocrata, como também da mitologia grega, segundo a qual se tratava de uma espécie de paraíso onde descansavam os espíritos dos heróis e dos homens virtuosos após a morte. Portanto, o local oferecia, além da confluência aristocrática de Paris, um paraíso em terra (CAMPOS..., 2006; FOGAÇA, 2016).

De acordo com Fogaça (2016), o contexto no qual se deu a origem do bairro remonta à expansão econômica da indústria cafeeira e à implantação das ferrovias da Estrada de Ferro São Paulo Railway e Sorocabana. Pela proximidade com o centro da cidade, a localidade em que se deu os Campos Elíseos contou com equipamentos modernos e extremamente úteis para o seu desenvolvimento, destacando-se o

<sup>25</sup> Disponível em: <<http://www.arquiamicos.org.br/info/info20/i-1881.htm>>. Acesso em: 24/11/2021.

transporte elétrico e as estações ferroviárias. O mapa “S. Paulo Monumental” (figura 27) demonstra o bairro já consolidado, próximo às estações, e a linha dos bondes traçadas em vermelho.

**Figura 27 – Fragmento do mapa “S. Paulo Monumental” elaborado por G. Castiglione.**



**Fonte: Arquivo Histórico de São Paulo, s.d.<sup>26</sup>**

O empreendimento, que foi a morada da elite paulistana e, em especial, dos barões do café, devido à proximidade com as estações, foi durante um tempo símbolo de status e luxo, com a construção de imponentes palacetes, tornando-se modelo copiado em outras regiões de São Paulo (Casa Verde, a Freguesia do Ó, o Anastácio e a Freguesia da Penha).

Outro aspecto marcante do bairro é seu vínculo com as áreas educacional e administrativa, visto que a Igreja Católica fundou no local, em 1885, o Santuário do Sagrado Coração de Jesus e o Liceu de Comércio, Artes e Ofícios (FOGAÇA, 2016).

Fogaça (2016) explica que o período entre 1900 e 1930 marcou profundamente a realidade das cidades brasileiras devido ao êxodo rural, fruto das transformações no modo de produção, mercadorias e no mundo do trabalho. Isso levou ao declínio da vida camponesa e à ascensão dos centros urbanos, que aumentaram

<sup>26</sup> Disponível em:

<[http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/cartografico/mapa\\_carto/BR\\_APESP\\_IGC\\_IGG\\_CAR\\_I\\_S\\_0288\\_001\\_001](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/cartografico/mapa_carto/BR_APESP_IGC_IGG_CAR_I_S_0288_001_001)>. Acesso em: 24/11/2021.

vertiginosamente pela população que começou a chegar em busca de melhores condições de vida.

Soma-se a esse contingente a massa imigrante que chegava à cidade de São Paulo. Nesse cenário, a elite que se fixou no bairro até, aproximadamente, os anos de 1930, começaria o movimento de evasão da localidade, que encontrou concorrência nos bairros altos, como Higienópolis.

Um dos fatores que contribuíram para essa evasão foi o aumento da circulação de pessoas, táxis e cargas, por causa da estação ferroviária Júlio Prestes, que também contribuiu com a aglutinação de bairros operários e a fixação de indústrias próximas de si. Outro fator foi a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque em 1929, que impactou o preço do café no mercado internacional.

A queda no preço afetou a economia cafeeira do Brasil e refletiu no bairro dos Campos Elíseos, visto que, por causa da crise, parte dos casarões foi vendida ou transformada em hotéis, hospedarias e moradias coletivas: os cortiços. A partir desse momento, começou o ciclo de desvalorização e degradação do lugar que, devido às brechas urbanas, se tornou atrativo para as classes populares, pela proximidade ao trabalho (CAMPOS..., 2006; FOGAÇA, 2016).

## 2 VESTÍGIOS

Bernardo Secchi (2012), ao ponderar a respeito da sua análise acerca dos vestígios nos remanescentes das transformações na cidade e no território, os quais incidem no domínio da experiência sensível — que segundo o autor é aquilo que vejo, toco ou escuto —, percebe a influência do fluxo de discursos mobilizados em produzir, legitimar e justificar determinadas narrativas.

[...] os vestígios sensíveis de uma prática, e os discursos que a apoiaram aparecem como duas camadas entre as quais se situam os movimentos da sociedade; uma dimensão opaca de acontecimentos e de processos que interligam vestígios e discursos de maneira nem sempre clara e previsível (SECCHI, 2012, p. 19).

Secchi (2012) chega à conclusão de que “cidade e território pertencem inevitavelmente à experiência cotidiana de cada um” (SECCHI, 2012, p. 19). Logo, a cidade torna-se cenário das dinâmicas sociais, frente as narrativas e os vestígios, produzindo discursos ambíguos dos quais, em suma, prevalecem as retóricas hegemônicas. Portanto, ao identificar o caráter de ambivalência presente na cidade, faz-se de grande importância olhar a construção do sentido de lugar sob outra perspectiva, para além daquele assumido como a narrativa oficial.

## 2.1 O direito de permanência e o direito à cidade

A cidade, considerada por muitos como a maior invenção da humanidade, é cenário dos fenômenos sociais. Esta, que pode ser classificada pelos seus espaços públicos e privados, dá a tônica ao que é coletivo e particular. Convencionada como um bem comum, ou seja, como pertencente a todos, a cidade abriga as diversas realidades existentes, desde os mais abastados aos mais desprovidos, evidenciando as desigualdades presentes na sociedade.

O filósofo e sociólogo Henri Lefebvre (2011) aponta que “devido à pressão das massas, o individual não morre e se afirma”, ou seja, é no coletivo que exerço a minha individualidade, colocando-me de modo equitativo ao lado desse “outro”, ao buscar reconhecimento como sujeito de direito. Esse é o cenário da ascensão aos direitos que são permitidos por costumes ou prescrições, abarcando tanto questões de caráter concreto quanto abstrato (LEFEBVRE, 2011, p. 116).

Lefebvre foi precursor ao tratar sobre o direito à cidade, palco de eventos cotidianos marcado pelo encontro, troca e embate. O autor declara que “o direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada” (LEFEBVRE, 2011, pp. 117 e 118).

Ao estabelecer que a reflexão teórica deve redefinir as formas, funções, estruturas da cidade e as necessidades sociais inerentes à sociedade urbana, Lefebvre (2011) aponta que, ultimamente, na cidade, o cidadão tem se pautado por questões individuais, fruto de uma sociedade de consumo. Portanto, deve-se atentar a essas necessidades sociais que, de acordo com o autor, possuem caráter antropológico pautado em bipolaridades opostas e complementares, tais como: o isolamento e o encontro, o trabalho e o lazer, a previsibilidade e o imprevisto, entre outros.

Destaca-se, também, a necessidade de apreender e experienciar esse “mundo”, que se mostra à disposição pelo ouvir, ver, tocar e degustar. Essas necessidades antropológicas também carecem de necessidades específicas, as quais, segundo

Lefebvre (2011), não são satisfeitas por equipamentos comerciais e culturais, pois se tratam de atividades criadoras, em que produtos e bens não estão enquadrados; elas estão no campo do sensível, são o carecimento “de informação, de simbolismo, de imaginário, de atividades lúdicas” (LEFEBVRE, 2011, p. 105).

Enfim, o direito à cidade, digno de todo cidadão, significa poder usufruir, de modo irrestrito e equitativamente, dos espaços e da vida na cidade. Porém o processo de urbanização recente e intenso foi e é vetor de desigualdades socioespaciais, produzindo cidades fragmentadas e excludentes. Segundo Lefebvre (2011), a classe operária seria “a única capaz de pôr fim a uma segregação dirigida essencialmente contra ela” (LEFEBVRE, 2011, p. 113). Ou seja, o direito à cidade só pode de fato existir por meio de uma cidade pensada pelas pessoas e para as pessoas em seu maior contingente, para a massa popular que fornece a mão de obra, não para o capital ou pelo grupo dominante.

Suscitar seus direitos é essencial, posto que no sistema de produção capitalista não há garantias, mas o descarte do supérfluo. Ao passo que o título de consumidor está vinculado ao de cidadão, a incapacidade de sustentar essa posição pressupõe, simultaneamente, a supressão dos direitos que deveriam se estender a todos, mas de modo díspar e conforme uma hierarquização, abrange uma parcela da sociedade: os que podem pagar.

No V Fórum Social Mundial, realizado em 2005, foi elaborada a Carta Mundial do Direito à Cidade, resultado do esforço coletivo de âmbito internacional ao longo dos anos para o entendimento sobre a questão, reunindo diversas normas sobre direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Conforme as Disposições Gerais presentes na Carta, conceitua-se cidade como todo “povoado organizado institucionalmente como uma unidade local de governo de caráter municipal ou metropolitano”, abarcando regiões urbanas, rurais ou semirurais. O direito à cidade deve se estender a todas as pessoas, sem discriminação ou exceções, independentemente da forma de habitação: permanente ou transitória (V FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, 2005, p. 3).

Segundo a definição determinada no artigo I, item 2:

O Direito a Cidade é definido como o usufruto eqüitativo das cidades dentro dos princípios de sustentabilidade, democracia e justiça social; é um direito que confere legitimidade à ação e organização, baseado em seus usos e costumes, com o objetivo de alcançar o pleno exercício do direito a um padrão de vida adequado. O Direito à Cidade é interdependente a todos os direitos humanos internacionalmente reconhecidos, concebidos integralmente e inclui os direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais. Inclui também o direito a liberdade de reunião e organização, o respeito às minorias e à pluralidade étnica, racial, sexual e cultural; o respeito aos imigrantes e a garantia da preservação e herança histórica e cultural (V FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, 2005, p. 2).

Portanto, é dever do Poder Público assegurar o direito à cidade — que se aplica a todos e fundamenta outros direitos basilares —, dando assistência e manutenção por meio do planejamento urbano. Também é responsabilidade do Estado garantir condições de sobrevivência a todos e, principalmente, aos que se encontram em situação de vulnerabilidade. Entretanto observamos no cotidiano a imposição de obstáculos para a efetivação de direitos fundamentais e da cidadania.

Tratando sobre a cidadania, Milton Santos (2007) entende que esta não é algo dado, mas conquistada, tornando-se objeto de luta. A cidade pensada para ser de todos torna-se campo de batalha para alcançar esse objetivo.

A cidadania, sem dúvida, se aprende. É assim que ela se torna um estado de espírito, enraizado na cultura. É talvez nesse sentido, que se costuma dizer que a liberdade não é uma dádiva, mas uma conquista, uma conquista a manter. Ameaçada por um cotidiano implacável, não basta à cidadania ser um estado de espírito ou uma declaração de intenções (SANTOS, 2007, p. 20).

Nesse caso em particular, o que está em disputa é o Centro da maior metrópole brasileira, um espaço singular e simbólico para muitas pessoas, dotado de uma infraestrutura ímpar se comparado aos espaços de moradia popular em locais distantes das áreas de trabalho e lazer. A dinâmica de valorização e desvalorização que impacta o território pela especulação imobiliária induz à gentrificação. Os projetos ditos de requalificação urbana promovem uma assepsia urbana, retirando do Centro o seu conteúdo popular. A cidade torna-se objeto de luta, assim como a vida. Luta-se pelo espaço de permanência e pertencimento, suscitando o debate ao direito à cidade.

## 2.2 A busca de um lugar no mundo

Mais do que nunca, a cidade se transforma em mercadoria e esta, que foi pensada para as pessoas, torna-se espaço para o consumidor. Aqueles destituídos dessa qualidade perdem seu posto de cidadão e de sujeito de direito, o que promove a elitização do espaço e uma hierarquização na sociedade, em que uns valem mais, outros menos, e outros sequer existem diante dessa lógica. Despontando assim, os “excluídos”.

A condição de rua, resultado da organização política e social do mundo do trabalho, reflete o mais profundo grau de miséria, exclusão e desigualdade. Esses grupos, que se encontram nas cidades e utilizam o espaço público para fins de moradia, são descritos segundo o Decreto Federal nº 7.053, instituído pela Política Nacional e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento para a População em Situação de Rua, em Parágrafo Único do artigo 1º, como:

[...] considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009).

Apesar de ser um grupo comum nas cidades, nota-se que, tanto aos olhos do poder público quanto aos dos civis, é um grupo dotado de certa “invisibilidade”. Sobre o segundo grupo, Jorge Broide (2020), doutor em psicologia social, oferece uma pista sobre essa condição que acomete os moradores de rua, os quais ele conceitua como porta-voz do “sinistro” em sociedade. O psicólogo explica que o “sinistro” instituído por Sigmund Freud é algo completamente familiar, mas que, ao mesmo tempo, causa estranheza. Trata-se de uma condição em que se pode vir a estar um dia e que é produto das relações sociais das quais faz parte. Torna-se doloroso, portanto, perceber a situação de rua como uma possibilidade para si e como produto da sociedade em nível de exclusão. Isso conduz à invisibilidade da condição.

Sobre as circunstâncias que levam uma pessoa a morar na rua, Silva, Lopes e Vieira (2021, p. 74) explicam que a sua convergência é “permeada de razões sociais,

sendo marcado constantemente por um processo de perda, estando as causas, muitas das vezes, inter-relacionadas”. Portanto, seria função do poder público trabalhar de forma a minorar a miséria, a exclusão e a desigualdade social; porém nota-se o esforço, através de diversas estratégias, de invisibilizar propositalmente esse fenômeno.

Utilizando a definição de Goffman (2008) sobre o processo opressor do estigma, podemos nos aproximar da explicação sobre a visão subversiva e depreciativa que enquadra a pessoa em vulnerabilidade social como um ser indesejável, “ruim” e desacreditado aos olhos da sociedade, por frustrar a expectativa de normalidade social.

Goffman (2008) esclarece que o estigma se torna uma marca que encobre a real identidade do sujeito, colocando-o como perigoso e/ou inferior aos demais e servindo como justificativa para práticas estigmatizantes. Por fim, essas pessoas marcadas pelo estigma recebem da sociedade não somente denominações pejorativas, como também um tratamento discriminatório, o qual suscita a luta aos direitos humanos e, em particular, o direito à cidade e a uma vida nesta.

A vulnerabilidade inflamada pelo estigma não ocasiona a empatia e a sensibilidade da população que ali se reconhece pela sua condição de instabilidade, mas produz o desrespeito aos direitos fundamentais e a violência. A pandemia da COVID-19 exemplifica a instabilidade da condição social, visto que inúmeras famílias se viram desabrigadas devido à sua situação econômica. Como consequência, houve a fragilização do grupo social menos abastado perante os dominantes.

Segundo Nonato e Raiol (2016), essa contradição da falta de empatia posiciona a população em situação de vulnerabilidade social não como um segmento que se encontra em risco, mas como um grupo que expressa o próprio risco à sociedade. A narrativa que os aponta como o problema esconde a verdadeira questão: o regime econômico e político que fomenta cada vez mais a desigualdade social. Conscientizar a sociedade para olhar, por uma nova lente, tanto a cidade quanto esses indivíduos seria a resposta para essa divergência. De risco à sociedade, essas pessoas se

tornariam vítimas dela, bem como portadoras de direito à semelhança de qualquer cidadão.

A ideia sustentada de que essa população leva uma “vida fácil” vai contra a realidade. Eles sofrem com preconceitos, violências diversas, maus-tratos, desprezo e abandono. Nonato e Raiol (2016) relatam que o cenário de exclusão e invisibilidade, que impossibilita a partilha de uma vida pessoal e profissional formal, favorece a alienação psicológica, despersonalizando essa população da sua condição de indivíduos. Ou seja, quando acometido por esse entendimento, tem-se a percepção de si como inferior ao outro e, portanto, com menos direitos, ocorrendo a “expulsão da humanidade”, privados de conviver em sociedade e enfrentando obstáculos para a efetivação dos seus direitos; como declaram Nonato e Raiol (2016), a luta em questão é ter direito a ter direito: o direito a pertencer, a decidir e existir politicamente.

A relação entre o “eu” e o “outro” parte de uma comparação em que se elege a figura do “diferente” e do “estranho”. Essa comparação surge quando se contrapõe uma pessoa ou um grupo ao dito “ideal” enraizado na sociedade, estabelecido pelo grupo dominante. Nonato e Raiol (2016) explicam que é pela manutenção do estigma que se legitima a exclusão e o não pertencimento, ocorrendo uma dinâmica de identificação, na qual essas pessoas se vinculam à ideia da violência, da vadiagem e da ilegalidade. Toma-se e generaliza-se o suposto pejorativo como real.

Nonato e Raiol (2016) destacam que a contraposição entre o discurso da “vida fácil” e o mundo do trabalho personifica esses indivíduos como “incapazes”, “fracassados”, “vagabundos”, “indivíduos supérfluos e desnecessários ao mundo de produção”, criando a ideia de que houve uma escolha em razão ao “menor esforço”. Essa ideia produz, no grupo, uma autorresponsabilização por suas escolhas e pelas consequências advindas delas. A alienação coletiva os posiciona como os únicos responsáveis pela condição em que vivem.

Sendo assim, a identidade social do indivíduo em situação de vulnerabilidade social se corrompe, tornando-se negativa, com finalidade de diminuir o seu valor perante o outro, dito “normal”. A redução da humanidade perante si próprio e os

demais faz surgir um ser “não-humano”, concebido pela culpa, vergonha e diminuição social.

Quando associamos a problemática do direito à cidade e a questão das pessoas em vulnerabilidade social, entende-se que os direitos à produção, à fruição, à coletividade e, até mesmo, aos direitos básicos que estão vinculados ao direito à cidade — como os direitos à vida, à liberdade, à igualdade, à moradia, à alimentação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à segurança, entre outros — são subtraídos desses personagens urbanos.

As violências que acometem essa população, como explicam Nonato e Raiol (2016), vai desde a violência simbólica, com os tratamentos de indiferença e invisibilidade, culminando em agressões físicas que, por vezes, terminam em homicídios. Melo (2014 apud NONATO e RAIOL, 2016) exemplifica os casos de violência cotidianamente vivenciados por essa população, que advêm dos agentes de segurança pública, do Poder Público e da sociedade civil:

A violência a que estão submetidos vem de todos os lados, dos agentes de segurança pública, como a polícia e as guardas municipais; por parte do Poder Público, por omissão, em muitos casos, pela insuficiência e ineficiência das políticas públicas adotadas, e, por mais contraditório que possa parecer, até mesmo pela ação direta de violação de direitos como o recolhimento dos pertences dessas pessoas; e da própria sociedade civil, que, respaldada por um sistema de exclusão protagoniza casos absurdos, agredindo verbalmente e fisicamente, e, no extremo, buscando exterminá-los, como nos relatos de homicídios e tentativas de homicídios – envenenamento, atear fogos, dentre outros (MELO, 2014, p. 52 apud NONATO e RAIOL, 2016, p. 95).

Nonato e Raiol (2016) esclarecem que a criminalização da miséria é o motivo pelo qual parte das políticas públicas voltadas à população em situação de rua são ineficientes e insuficientes. O entendimento deste problema como uma questão de segurança pública reproduz o pensamento hegemônico que, por meio da força policial e da repressão, intenciona a higienização e a segregação social. Com isso, um problema que deveria ser tratado em âmbito social, voltado à proteção dessa população, passa a ser encarado do ponto de vista criminal, penalizando a população pela sua própria pobreza. Portanto, atos de violência institucionalizados servem de suporte aos interesses estéticos de uma cidade voltada aos grupos hegemônicos.

[...] não raro pode-se presenciar diversas abordagens e ações de caráter antidemocrático, com perfil higienista-segregacionista, postas, em verdade, com o objetivo de limpar os espaços públicos da população em situação de rua; invisibilizá-la do cotidiano das cidades (NONATO e RAIOL, 2016, p. 97).

Nonato e Raiol (2016) explicam que só o fato de ter como estratégia de sobrevivência o morar nas ruas, ficando suscetíveis à fome, às intempéries climáticas e à falta de privacidade já é uma subtração do direito à cidade. Do mesmo modo, a falta de acesso aos bens e serviços públicos voltados às necessidades básicas dos cidadãos por falta de comprovante de moradia ou de documentos de identificação também configura a violação desse direito. Soma-se a isso a discriminação, que impede o acesso a estabelecimentos comerciais, ao transporte coletivo e a regiões elitizadas da cidade.

Segundo Silva, Lopes e Vieira (2021), a privação dos direitos fundamentais à parcela estigmatizada da sociedade demonstra que se deve atentar aos fatores estruturais da sociedade, cuja privação não só de bens materiais, mas também de questões simbólicas, demonstram a exclusão social voltada, principalmente, às pessoas em situação de vulnerabilidade.

Seu modo de vida visto como “anormal” carrega signos do abandono e do descaso que sofrem, seja na estética — por suas vestes sujas ou gastas, ou pelo odor característico decorrente da impossibilidade de manter hábitos de higiene pessoal — , seja simbólico, através de pré-julgamentos — vícios, preguiça, perigo.

Por não estarem integrados ao mundo do trabalho formal, vivem em situação de miséria, estabelecendo uma relação de solidariedade com a sociedade e sobrevivendo de reciclagem, com as chamadas “carrocinhas”. Os movimentos de adaptação e improvisação são necessários para a apropriação social do espaço, em que se tenta dar forma a um lar, mesmo que precário e provisório.

A própria designação “pessoa em situação de rua”, como expresso por Nonato e Raiol (2016), indica a fragilidade e a provisoriedade dessa condição. O indivíduo em sua existência tende ao enraizamento, à afirmação de uma identidade que se pauta no lugar e no papel social que ali é assumido, constituindo o pertencimento ao lugar.

Jorge Broide (2020) aponta que há uma questão específica que unifica esses grupos: a ruptura dos laços fundamentais da vida. Esses laços rompidos se refazem na rua, de modo que sair dessa condição implicaria no reestabelecimento desses laços em uma outra dinâmica. Com isso, o indivíduo se torna dependente da rua, pois aquele local e aquelas pessoas se tornam partes fundamentais da sua vida cotidiana.

Portanto, as políticas públicas devem pensar a questão singular do sujeito, pois é considerando as singularidades, resgatando histórias de vida e escutando os desejos que se promove uma política que verdadeiramente atenda às necessidades dos cidadãos. Enquanto houver a homogeneização do perfil “pessoa em situação de rua”, as políticas públicas não vão atender às necessidades desse grupo heterogêneo.

A pessoa em situação de rua pela sua condição de existência, ao requerer o que é seu por direito, ou seja, o seu reconhecimento como cidadão e o seu espaço na cidade, conquista esta, que não é dada sem luta. Muito mais do que por uma vida digna, essas pessoas lutam para serem reconhecidas como cidadãos para e existirem perante a sociedade.

### 2.2.1 O problema da população negra

O processo de urbanização da cidade de São Paulo se torna um fator simbólico para a compreensão da problemática do direito à cidade e do estigma atribuído à população negra no cenário atual. Assunção (2006) expõe que, durante o século XIX, a cidade se configurava como uma teia; as ruas construídas de forma espontânea por um desajustado calçamento se interpelavam em suas irregularidades, ligando o Centro a outros logradouros. Porém gozava de sua principal função: ser palco da vida cotidiana, abrigando a diversidade dos atores paulistanos de distintas condições.

Buscando melhorar o aspecto das ruas, a gestão municipal se atentou não somente às questões estéticas, como de pavimentação, sujeira e o mato que crescia, como também implementou medidas de segurança e tranquilidade do percurso, adotando “a presença da polícia nos mercados e casas de negócio; o controle de vagabundos, embusteiros, pedintes, vendedores de rifas e mascates; e a preservação da moral e dos costumes nos locais públicos” (ASSUNÇÃO, 2006, p. 3).

A rua, que até então abrigava a espontaneidade da vida coletiva, foi submetida à ordenação pelo governo municipal. Surgia um novo urbanismo e, com ele, uma nova moralidade.

Os movimentos espontâneos nas ruas, as danças, as congadas, os batuques, a venda de alimentos, de forma desordenada, o vaivém de inúmeros personagens, pouco a pouco cede espaço para uma nova cidade que tende à organização e deseja mudar a vida de todos a partir das inovações tecnológicas e urbanas (ASSUNÇÃO, 2006, p. 4).

No início do século XIX, São Paulo se limitava praticamente ao planalto fundacional, cujas ruas adensadas eram espaço de fruição de diferentes classes sociais, em função da segregação socioespacial ainda disforme. Mas assim como a cor da pele, a relação com a rua se tornou um modo de classificação.

Em meados do século XIX, com o princípio do que viria a ser a metrópole do café, a cidade começou a experimentar mudanças territoriais, principalmente no âmbito do que era público e o que era privado. De acordo com Rolnik (1997), o espaço doméstico ganhou evidência; a casa dos abastados se afastou da rua, essa que permitia a mistura dos grupos sociais, das origens e dos sexos. Criou-se, então, um espaço intermediário entre a rua e a casa, o espaço de seleção para as misturas permitidas: a sala de visitas.

Essa nova configuração reduziu, exclusivamente, a rua como espaço de circulação. O homem dito como “de bem” deveria estar a salvo das ruas, em locais privados e exclusivos. A rua se tornou o local dos escravos, da libertinagem e da devassidão e, conforme o pensamento da época, só permanecia ali quem se identificava com o seu caráter.

Esse imaginário popular pode ser vislumbrado na política de repressão à vadiagem que atuou em São Paulo, sendo os principais alvos, segundo Rolnik (1997), os negros e a “vida nas ruas”. Como plano de fundo, tinha-se a abolição da escravatura e a imigração massiva europeia, fatores que contribuíram com a escassez de trabalho para a mão de obra negra, o que, somado ao estigma já existente, resultou no desamparo de grande parcela desse grupo, que encontrou nas ruas uma tentativa de sobrevivência.

Indolência, nomadismo, desperdício, trabalho estritamente necessário para a sobrevivência, larga margem de ócio, falta de disciplina, muita dança, fumo, bebida: afirmação de um controle do próprio tempo pela vontade incompatível com a sujeição “voluntária” do trabalho assalariado. A figura do ex-escravo fica assim associada ao malandro/vadio/maloqueiro, figura que povoa até hoje nossa mitologia política (ROLNIK, 1997, p. 71).

Na vigência do regime escravista, os negros destituídos do posto de cidadãos, ou seja, desprovidos de direitos, eram meras propriedades de seus donos. A abolição levou grande parte dos ex-escravos às ruas e, punidos pela moral hegemônica, como afirma Cerqueira (2011), eles praticavam a mendicância e, por vezes, pequenos furtos para sobreviver a esse que pode ser entendido como o primeiro movimento de pessoas em direção às ruas.

O espaço antes renegado se tornou reivindicado no século XX. Os “homens de bem”, por meio de projetos de embelezamento e infraestrutura, se apropriavam da cidade, adequando os espaços públicos à elite. As epidemias deram força ao urbanismo higienista, que voltou o seu olhar para as habitações precárias, as quais, assim como os seus moradores, refletiam o estigma da doença. Esse estigma serviu de justificativa para as intervenções das políticas sanitaristas que tinham o intuito de afastar os pobres, negros e mendigos do Centro, assim como o seu estilo de vida, apagando da vista dos abastados — que tinham o direito à cidade — as evidências da extrema pobreza que assolava aqueles grupos.

Porém, em meados do século XX, com o movimento da saída da elite do Centro para novas áreas valorizadas, brechas foram abertas e, então, ocupadas pelas classes populares. Mais uma vez, o ideário da cidade, pautado por um discurso de degradação baseado na presença dos pobres em áreas valorizadas, seria pauta para a tentativa de retomada e monopolização do espaço mais simbólico da cidade.

Esse recorte sobre o processo de urbanização da cidade de São Paulo revela o estigma anteriormente tratado e a sua relação com o direito à cidade, o qual se vincula à problemática dos negros, pelo racismo estrutural ainda vigente. André Dias<sup>27</sup>, coordenador do Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População

---

<sup>27</sup> JORNAL HOJE. Pesquisa mostra que população de rua na cidade de SP é 30% maior do que indica censo municipal; número chega a 42 mil pessoas. **G1**, São Paulo, 9 jun. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/06/09/pesquisa-mostra-que-populacao-de-rua-na->

em Situação de Rua (POLOS/UFMG), em entrevista ao portal G1, expõe a relação do racismo estrutural, resultado de séculos de escravidão, com o fenômeno da população em situação de rua, ao afirmar que esta é, majoritariamente, negra. Segundo o último levantamento feito pelo Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua (POLOS/UFMG), veiculado em matéria jornalística do portal G1, 68% das pessoas em situação de rua são negras (JORNAL HOJE, 2022).

Essa condição de vulnerabilidade, presente se não em todas, na maioria das cidades, possui camadas e significados tão profundos e enraizados que tratar a questão com medidas paliativas e sem o devido aprofundamento é dar subsídio para a expansão do fenômeno. O estigma que aflige essa população marca não só o indivíduo em si, como também o seu modo de vida e, conseqüentemente, a sua produção. Produção essa não entendida somente pelo objeto concreto, mas sobretudo pela produção cultural que se dá no campo do simbólico, visto que é nesse âmbito que a essência entre o indivíduo e o coletivo se encontram, constituindo uma narrativa primordial.

### 2.3 Cultura de baixo

Lefebvre (2011) institui que a arte é necessária como a ciência, porém não suficiente, trazendo para a “realização da sociedade urbana sua longa meditação sobre a vida como drama e fruição” (LEFEBVRE, 2011, p. 116). Esse argumento expressa correspondência com as falas de Norberg-Schulz (1981) e Secchi (2012), que ressaltam a importância das questões de natureza simbólica e abstrata. Sendo assim, a arte urbana possui um papel fundamental na cidade. Os muros e as superfícies que se espalham, compõem e configuram a urbe, mais do que estruturas, são espaços de expressão.

O historiador Edward Palmer Thompson (1998), em um esforço para alcançar o atual sentido da expressão “cultura”, retoma o termo “costume” ao longo dos séculos. A investigação a classificou como sendo o saber da coletividade — uma herança constituída de comportamentos, crenças e conhecimentos — transferido através das gerações como remanescentes do passado.

O autor destaca, ainda, o cuidado quanto a generalizações como “cultura popular”, que podem levar ao entendimento equivocado de um consenso em torno de valores, atitudes, costumes, significados e formas simbólicas. A cultura abriga o conjunto de diferenças e trocas, em que coexistem “o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa [...] assume a forma de um ‘sistema’”. A cultura é justamente reveladora das “contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto” (THOMPSON, 1998, p. 17).

Somando à definição instituída por Thompson (1998), o geógrafo Paul Claval (2007) estabelece que, apesar da singularidade de cada cultura, estas possuem componentes essenciais que são comuns em todas elas: os códigos de comunicação. Cada cultura produz códigos próprios que se instauram pelo aprendizado ou pela intermediação através da tradução.

Para Claval (2007), a cultura tem o importante papel da apreensão do mundo e da inserção no plano social por meio da expressão coletiva, visto que “o indivíduo

vive numa sociedade e utiliza um vocábulo de formas e de cores que predeterminam o que sente; ele percebe o mundo através dos parâmetros de leitura que recebeu” (CLAVAL, 2007, p. 81).

Faria e Pitano (2011) trazem as visões mais profundas acerca da cultura, pontuando que, de acordo com a visão do filósofo Hebert Marcuse, a cultura se originaria nas verdades humanas expressas no íntimo, pelos “valores da alma, sua beleza interior, aflorando os sentidos, desejos, instintos e anseios do indivíduo, próprios então da essência humana” (FARIA e PITANO, 2011, p. 293). Os autores também esclarecem a visão do educador e pedagogo Paulo Freire, que abarca toda produção e reprodução humana como cultura, seja ela o que for. Desse modo, a existência humana já implica a criação de uma cultura através do seu modo de ser.

Milton Santos (2007), ao diagnosticar a parcialidade da cidadania, indica que o modelo cívico é constituído de dois componentes essenciais: a cultura e o território. Portanto, a gestão da cidade em consonância com os direitos dos cidadãos deve se dar de modo a respeitar as diferentes expressões culturais, promovendo a liberdade.

As dinâmicas de domínio e defesa presentes no território expõem uma certa classificação entre os legítimos — contemplados pelos “globalitarismos”, expressão cunhada por Santos<sup>28</sup> em alusão aos modelos de comportamentos impostos, ditadores de valor e utilidade — e os ilegítimos — que escapam a essas regras rígidas, supressoras da verdadeira liberdade, comprometendo a cidadania. (MILTON, 2001).

Os ilegítimos, por vezes indicados pelo teórico como os que produzem uma cultura “de baixo” (figuras 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35 e 36), intencionalmente ocultados nas dinâmicas sociais e urbanas, constituem territorialidades próprias, atribuem significados aos lugares e possuem uma consciência territorial particular provenientes das suas cargas identitárias.

---

<sup>28</sup> Em entrevista concedida no dia 4 de janeiro de 2001, apresentada no filme “Milton Santos, pensador do Brasil”.

A produção cultural desses “ilegítimos”, tida como “menor ou inexistente” por não se manifestar com a aura da cultura hegemônica concebida pela parcela privilegiada que se afirma como a única produtora de cultura, produz não só cultura, mas ao mesmo tempo política, ao (re)afirmar a existência de pessoas destituídas do seu posto de cidadãos, se tornando invisíveis. O produto desse grupo pode se apresentar como efêmero, no caso das pichações, mas apesar de camuflado na cidade ou simplesmente apagado, surge, aqui ou ali, de forma discreta em meio ao cotidiano, mostrando-se como signo e vestígio de sobrevivência.

**Figura 28 – Captura pelo Google Earth que mostra o emprego de carroças como opção econômica gerada pela cultura de baixo.**



**Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.**

**Figura 29 – Captura pelo Google Earth que mostra os modos de habitar na região de estudo.**



**Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.**

**Figura 30 – Captura pelo Google Earth que mostra os modos de habitar na região de estudo.**



**Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.**

**Figura 31 – Captura pelo Google Earth que mostra os modos de habitar na região de estudo.**



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

Figura 32 – Captura pelo Google Earth que mostra os modos de habitar na região de estudo.



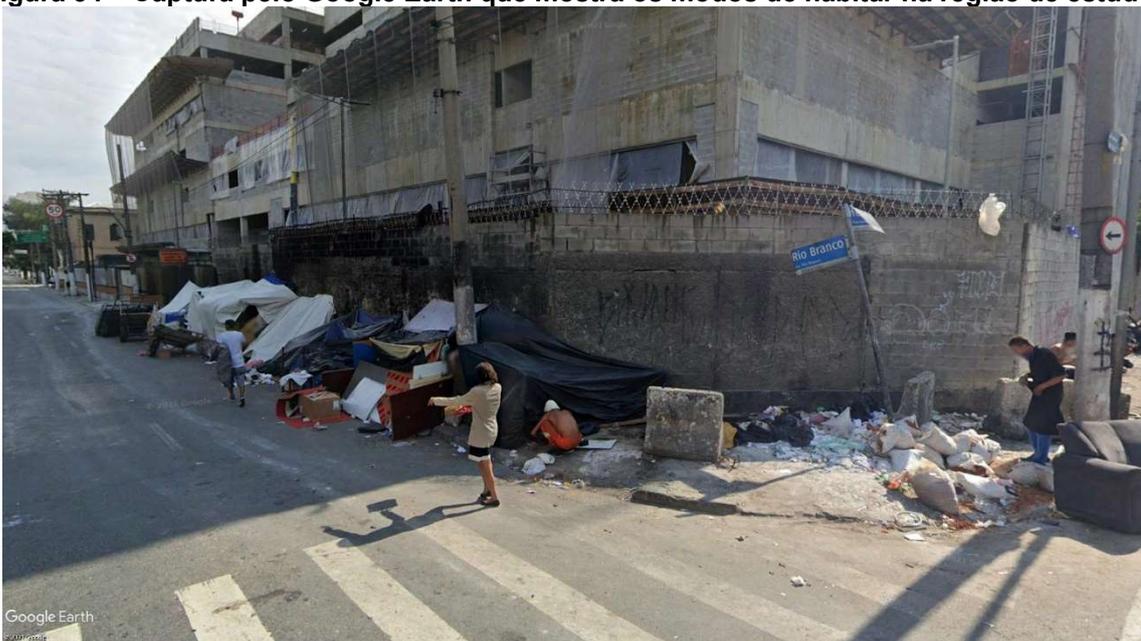
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

Figura 33 – Captura pelo Google Earth que mostra os modos de habitar na região de estudo.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

Figura 34 – Captura pelo Google Earth que mostra os modos de habitar na região de estudo.



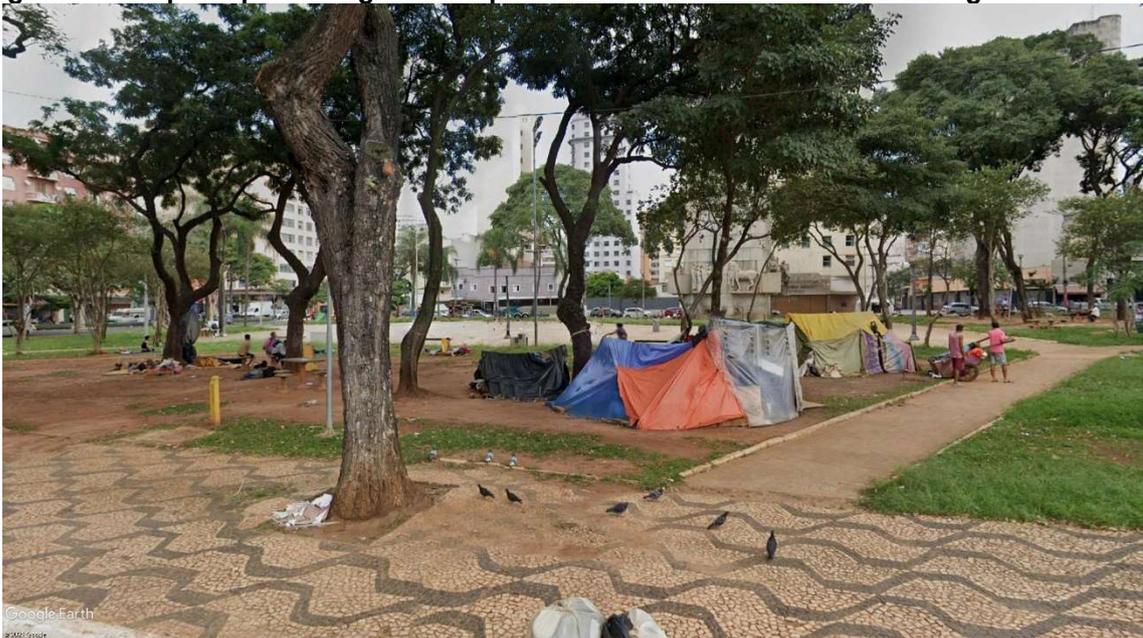
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

Figura 35 – Captura pelo Google Earth que mostra os modos de habitar na região de estudo.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

Figura 36 – Captura pelo Google Earth que mostra os modos de habitar na região de estudo.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

### 2.3.1 Manifestações Pictóricas

Norberg-Schulz (1981), na filosofia heideggeriana, reconhece que os assentamentos humanos possuem fronteiras, que se manifestam quando a presença de algo começa a se fazer perceptível em um espaço delimitado. No espaço construído, Schulz o reconhece como o chão, a parede e o teto. Caráter e Fronteira

passam, então, a ter uma relação direta entre si, e o autor nos coloca a seguinte indagação: como são as fronteiras que determinam o lugar? (MIRANDA, 2022).

Na cidade, frequentemente reconhecemos traços que indicam o início (fronteira) de uma nova ambiência, tipificando um caráter específico. Sabemos quando entramos em um lugar por ele manifestar o fenômeno da presença de modos de ser de determinados grupos humanos, ou seja, a existência que já implica uma cultura que se manifesta na cidade. Esse fenômeno produz feixes simbólicos que podem ser analisados pelo olhar atento.

O teórico norueguês alude ao fato de que o homem tem a necessidade de simbolizar, traduzindo para outro meio um significado experimentado, de forma a entender a natureza e a si próprio. Essa necessidade de autoconhecimento e de referência é traduzida para o espaço construído, formando territorialidades (MIRANDA, 2022).

Apesar das políticas públicas que, em suma, excluem e invisibilizam a população vulnerabilizada, essa população se manifesta na cidade, perpetuando nos espaços rastros e marcas de uma cultura própria. Esses vestígios, por vezes, remetem às épocas pregressas de identificação, retratam poeticamente a sua cultura no espaço ou apenas afirmam a sua existência (MIRANDA, 2022).

Tais formas de ação são praticadas, sem distinção, tanto por pessoas em situação de rua, transeuntes, moradores locais, enfim, uma gama de realidades que, de alguma forma, compõem a identidade do lugar. Pois, como afirma Secchi (2012), a superfície terrestre trata-se de “um imenso depósito de signos conscientemente deixados por quem nos precedeu”.

Esses vestígios apresentam a própria evidência da dinâmica do palimpsesto descrita pelo autor, como depósito de signos constantemente alterado por acréscimos, apagamentos ou correções, em que se estratificam intenções (SECCHI, 2012, p. 15). Quanto a isso, sabemos que Secchi se refere principalmente à ação do arquiteto e dos agentes transformadores do espaço urbano.

Na presente pesquisa, no entanto, desviamos o olhar para vestígios efêmeros, evidências que possuem um caráter fugaz, podendo ser facilmente apagadas ou substituídas (figuras 37 e 38). São marcas, inteligíveis ou não, que carregam um profundo significado daqueles que, do modo mais “primordial e simples”, encontraram um meio de (re)afirmar a sua existência num registro de passagem.

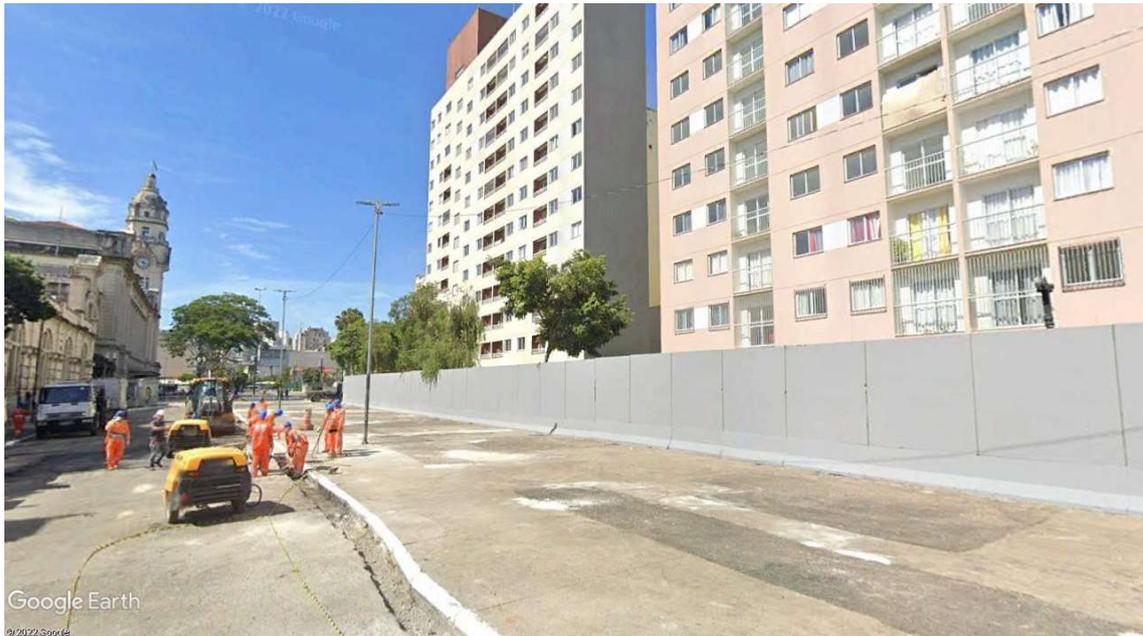
Nesse imenso arquivo de signos, podemos igualmente apreender um vasto conjunto de intenções, de projetos, bem como de ações concretas de pessoas, de pequenos grupos ou mesmo sociedades inteiras. Estratificando-se, sobrepondo-se, deformando-se e, às vezes, contradizendo-se (SECCHI, 2012, p. 15).

**Figura 37 – Captura pelo Google Earth do lugar em que a Cracolândia se assentou no ano de 2021.**



**Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.**

**Figura 38 – Captura pelo Google Earth da dinâmica de apagamento e limpeza que aconteceu na cidade ocultando as marcas desse território flutuante em 2022.**



**Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022.**

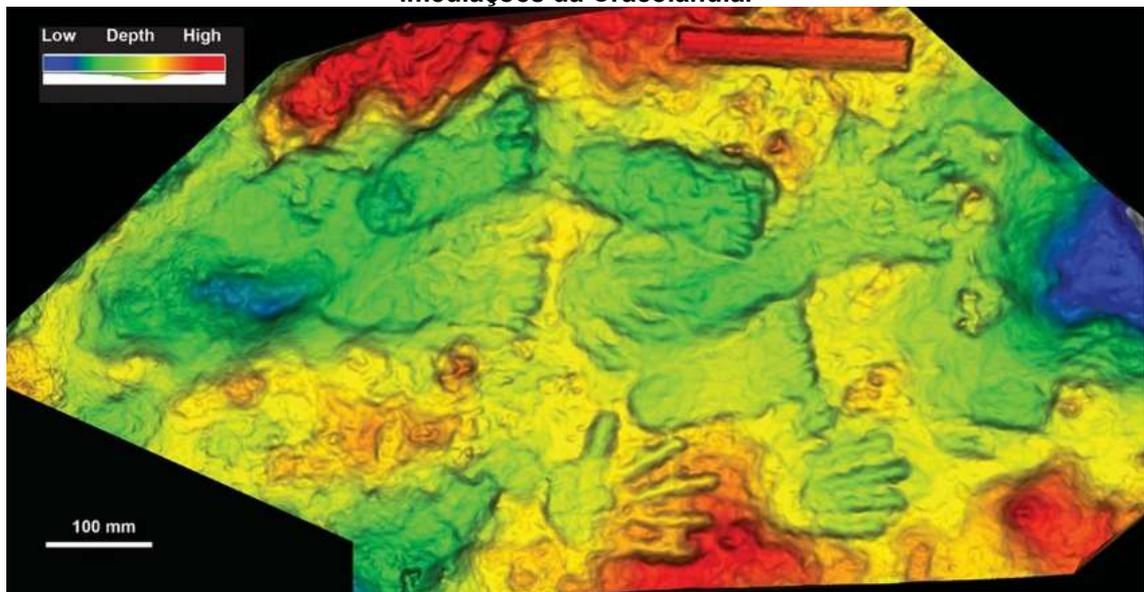
Gitahy (1999), ao tratar sobre o graffiti e a pichação, recorre às pinturas rupestres, um dos mais antigos vestígios humanos encontrados em paredes de cavernas, cujas representações possuem uma linguagem simbólica própria. As representações contemporâneas que expressam as dinâmicas urbanas, assim como as da antiguidade, tratam de ideias e signos. Essa característica de expressar posse ou afinidade por meio de inscrição em territórios é entendida pelo autor como uma necessidade humana de liberdade de expressão, já apresentada na infância, conscientemente ou não, de registrar fatos e situações (MIRANDA, 2022).

Em acordo com a ideia defendida pelo autor está a matéria veiculada pela Veja em 2021, que noticia a descoberta liderada por David Zhang, em colaboração com outros cientistas; a reportagem traz a possibilidade de que o achado possa ser considerado como a mais antiga obra de arte já catalogada. A obra em questão é oriunda de duas crianças, entre 7 e 12 anos, que depositaram marcas dos seus pés e das suas mãos em uma superfície de travertino inclinada e escorregadia, ato datado entre 169.000 e 226.000 anos atrás. Embora não apresente uma explicação utilitária, nota-se a intencionalidade, visto que a execução de tal ato não seria possível acidentalmente (GIANNINI, 2021).

Thomas Urban<sup>29</sup> explica que não se sabe o que motivou o gesto, mas se percebe a vontade de compor o meio por um comportamento instintivamente humano e artístico. Segundo o autor, “isso pode ser uma espécie de performance, um show ao vivo, como alguém que diz: ‘ei, olhe para mim, eu fiz minhas impressões de mãos sobre essas pegadas’” (GIANNINI, 2021).

Esse mesmo ato sutil de marcação, algo que parece demonstrar que “existo e estive aqui”, reaparece nas imediações de um dos locais de aglomeração da Cracolândia (figuras 39 e 40).

**Figura 39 – Captura pelo Google Earth que compara a varredura tridimensional da suposta “obra de arte” e de manifestação pictórica encontrada no bairro de Santa Ifigênia, nas imediações da Cracolândia.**



**Fonte: Revista Veja, 2021; acervo pessoal da autora, 2021.**

---

<sup>29</sup> Cientista pesquisador da Faculdade de Artes e Ciências da Universidade de Cornell, em Nova York.

**Figura 40 – Captura pelo Google Earth que compara a varredura tridimensional da suposta “obra de arte” e de manifestação pictórica encontrada no bairro de Santa Ifigênia, nas imediações da Cracolândia.**



**Fonte: Revista Veja, 2021; acervo pessoal da autora, 2021.**

Do mesmo modo que não é possível saber a motivação dos homens primitivos ao desenvolver essa prática, na atualidade, existe a dificuldade de entendimento de uma manifestação pictórica. Geralmente, somente os que estão introduzidos na cultura ali representada conseguem alcançar a mensagem transmitida. Porém há casos em que, intencionalmente, a mensagem é feita para todos compreenderem.

Gitahy (1999) faz menção ao pensamento de Mauricio Villaça<sup>30</sup>, que classifica como grafitti os rabiscos da infância, os que se faz enquanto se fala ao telefone e os desenhos nos bancos de praças e banheiros. Para ele, grafitar significa riscar, documentar, conscientemente ou não, fatos ao longo do tempo. A diferença entre o grafitti e a pichação é que, enquanto o primeiro privilegia a imagem, o outro se ocupa da palavra e/ou letra.

A pichação não é algo exclusivo da atualidade; aparece nas paredes de cidades antigas em número igual ou superior ao atual. As paredes de Pompeia, cidade vitimada pela erupção do vulcão Vesúvio em 79 d.C., são testemunhos disso. Mesmo

<sup>30</sup> Um dos precursores da arte do grafitti no Brasil.

considerada subversiva e ilegal, a prática se popularizou ao longo dos séculos e é facilmente encontrada na cidade, se refletindo em declarações de amor, piadas ou na assinatura em autoria do gesto (GITAHY, 1999).

Outro relato que Gitahy (1999) traz é o de Ivan Sudbreck<sup>31</sup>, que diz que “a arte sempre será o reflexo social de um povo” (GITAHY, 1999, p. 23). O autor, esclarecendo que tanto a pichação quanto o grafitti carregam em si a transgressão, a lembrança sobre a condição social dos oprimidos no Brasil, que sofrem com o desrespeito aos seus direitos humanos e acabam por responder, de forma consciente ou não, com atos por vezes violentos, mas que possuem potencial de interferência e modificação do sistema.

Mauricio Villaça, para Gitahy (1999), define os pichadores como a própria obra, de forma que as “suas assinaturas precedem essa obra como se, autoassinando, o pichador queira dizer ‘Eu existo’. Conseqüentemente, o pichador não se prende ao artístico; para ele existe só o próprio valor da existência” (GITAHY, 1999, p. 26). Outra história abordada pelo autor é a de um jovem pichador que, ao assinar os muros paulistanos com a frase “sou pipou”, referindo-se ao termo em inglês *people*, afirmava uma identidade e a existência além do Eu, mas de um Povo. Gitahy define a pichação como:

A pichação aparece como uma das formas mais suaves de dar vazão ao descontentamento e à falta de expectativas. [...] É uma guerra feita com tinta, todos se conhecem e se identificam pelo tipo de código pichado. Um grande abaixo-assinado para a posteridade, no qual cada um que participa deixa sua marca (GITAHY, 1999, p. 24).

Secchi (2012) entende que elementos como “livros, teorias e projetos são feitos da mesma matéria de que é feita uma lição, isto é, de palavras, eventualmente expressas na forma de desenhos ou imagens visuais”. Pois é na forma de um testemunho a céu aberto que esse território narra a cultura perpetuada e depositada nas paredes da região da Luz.

---

<sup>31</sup> Figurou-se como um dos principais artistas de ruas da década de 1980 em São Paulo.

### 2.3.1.1 Graffiti

É possível perceber a utilização, majoritariamente, da linguagem metafórica nos graffiti da região de estudo. Os temas são diversos, mas se destacam as questões políticas, com críticas ao governo (figura 41) e à sociedade (figura 42). Desenvolve-se o debate sobre os negros e as pessoas em situação de rua por meio, predominantemente, da representação de um Cristo negro em condições de vulnerabilidade social (figuras 43, 44, 45, 46 e 56).

O local apresenta, ainda, manifestações pictóricas em homenagem à socióloga e política brasileira Marielle Franco (figura 48) e à cultura indígena (figura 50). Aspectos da vulnerabilidade social, como a ocupação de prédios abandonados (figuras 54 e 55) ou a fome, são abordados na área, que ainda trata da expressão cultural por meio da arte abstrata (figuras 47 e 49, 51, 52, 53 e 57).

**Figura 41 – Captura pelo Google Earth de graffiti registrado na área de estudo expondo crítica ao auxílio dos governantes.**



**Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.**

**Figura 42 – Captura pelo Google Earth de graffiti registrado na área de estudo em alusão às atitudes coletivas equivocadas.**



**Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.**

**Figura 43 – Captura pelo Google Earth de graffiti registrado na área de estudo em que a imagem de Cristo é utilizada como metáfora para tratar a problemática de pessoas em situação de rua.**



**Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.**

Figura 44 – Captura pelo Google Earth de detalhe de graffiti registrado na área de estudo em que a imagem de Cristo é utilizada como metáfora para tratar a problemática de pessoas em situação de rua.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

Figura 45 – Captura pelo Google Earth de graffiti registrado na área de estudo com imagem de um Cristo Negro em manifestação de paz e igualdade.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

**Figura 46 – Captura pelo Google Earth de graffiti registrado na área de estudo com imagem de um Cristo Negro agora modificado tratando ainda sobre a condição das pessoas em situação de rua e a pandemia do Covid-19.**



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022.

**Figura 47 – Captura pelo Google Earth de graffiti encontrado na área de estudo em metáfora ao tempo.**



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

**Figura 48 – Captura pelo Google Earth de graffiti encontrado na área de estudo com teor político homenageando Marielle Franco.**



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

**Figura 49 – Captura pelo Google Earth de pichações e graffiti encontrados na área de estudo.**



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

**Figura 50 – Captura pelo Google Earth de graffiti encontrado na área de estudo com temática indígena.**



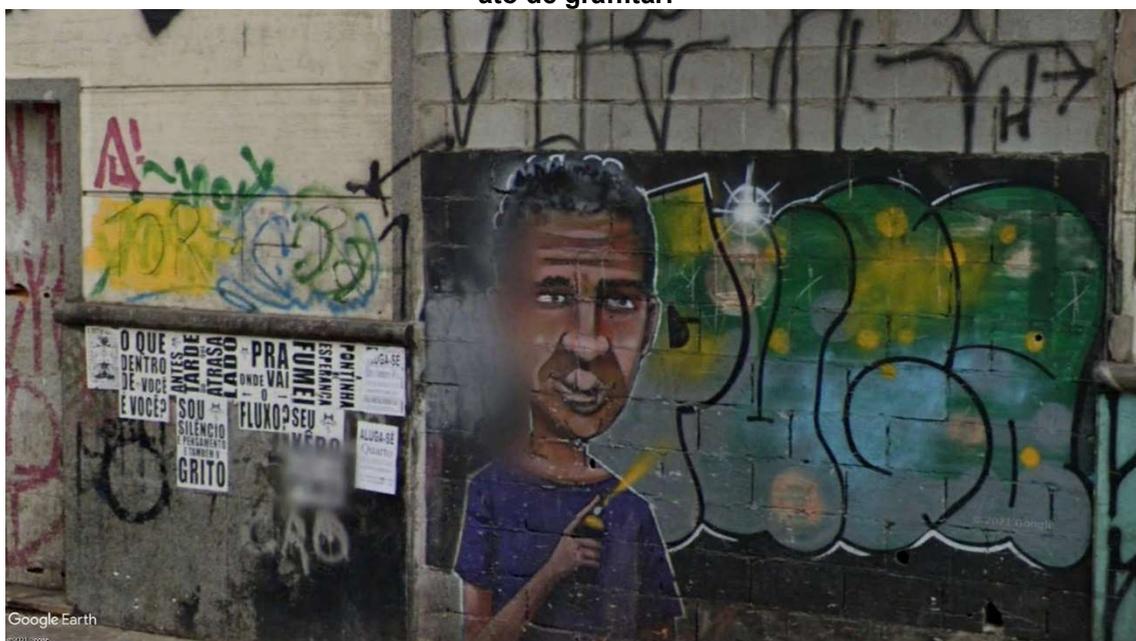
**Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.**

**Figura 51 – Captura pelo Google Earth de graffiti diversos encontrados na área de estudo.**



**Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.**

**Figura 52 – Captura pelo Google Earth de pichações diversas, folhetins e graffiti em alusão ao ato de graffitar.**



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

**Figura 53 – Captura pelo Google Earth de graffiti encontrados na área de estudo.**



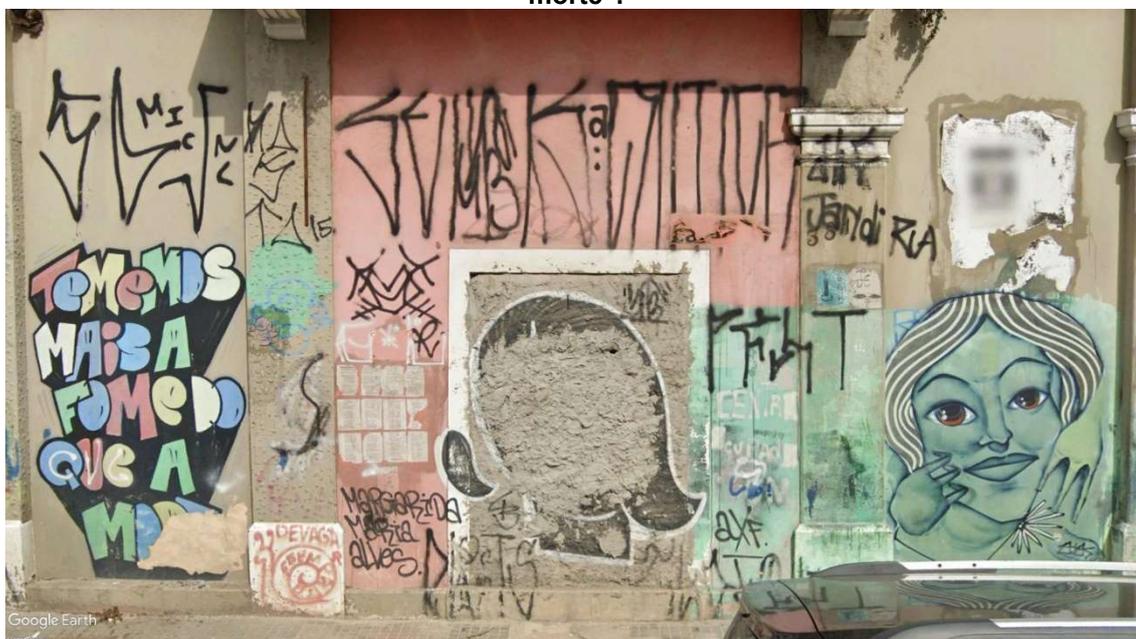
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

Figura 54 – Captura pelo Google Earth de pichações e graffiti encontrados na área de estudo, destacando-se o painel com os dizeres “Ocupar, resistir, construir juntos” em provável imóvel de ocupação.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

Figura 55 – Captura pelo Google Earth de pichações e graffiti encontrados na área de estudo, em possível cortiço no século XIX, destacando-se a inscrição “tememos mais a fome do que a morte”.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

**Figura 56 – Captura pelo Google Earth de graffiti encontrados na área de estudo, destaca-se a assinatura do artista Índio Badaróss.**



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

**Figura 57 – Captura pelo Google Earth de graffiti encontrado na área de estudo.**



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

### 2.3.1.2 Pichações

As pichações transmitem uma mensagem, ora direta, ora cifrada. Do conteúdo das mensagens explícitas se destacam críticas de cunho político, especialmente ao governo Bolsonaro (figura 58, 59 e 60) e ao ex-governador e prefeito de São Paulo,

João Dória. O lugar ainda é marcado por denúncias de violência, apelos e ameaças à polícia militar (figuras 61, 62 e 63).

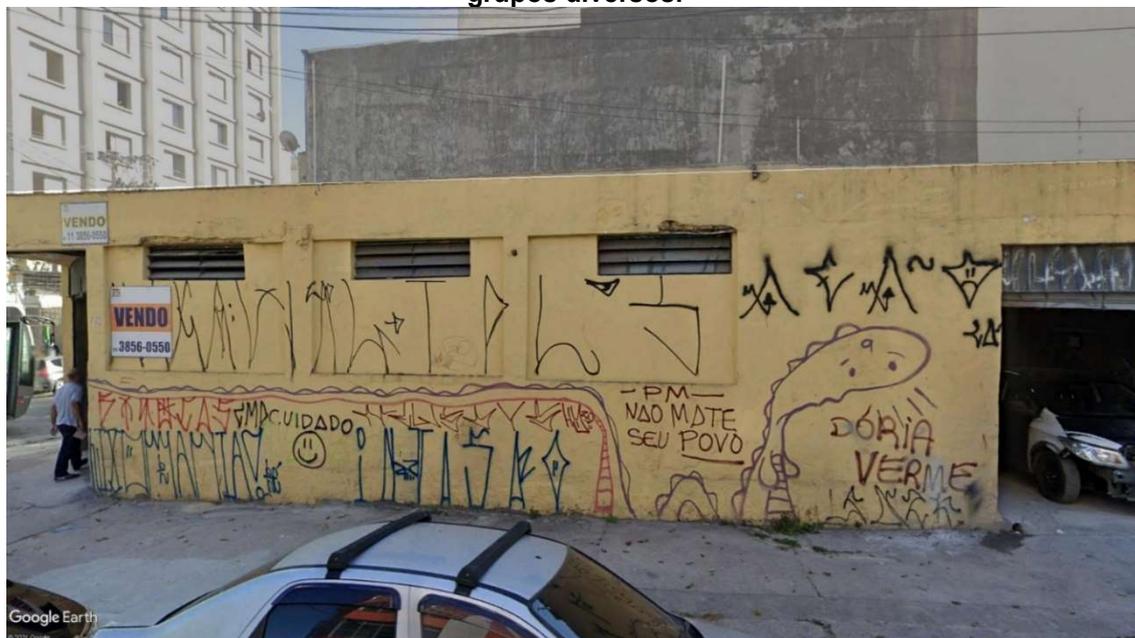
A maior quantidade de pichações, seja de caráter direto ou cifrado, é observada nas imediações do território da Cracolândia, e elas parecem refletir o frenesi do Fluxo. São símbolos, mensagens, reflexões, inscrições de conteúdos bíblico, xingamentos, declarações, assinaturas, datas, nomes, frases de efeito, denominações de lugar, identidade de grupos de pichadores, entre outras formas de expressão (figuras 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89).

**Figura 58 – Captura pelo Google Earth de pichação registrada na área de estudo em crítica ao governo Bolsonaro.**



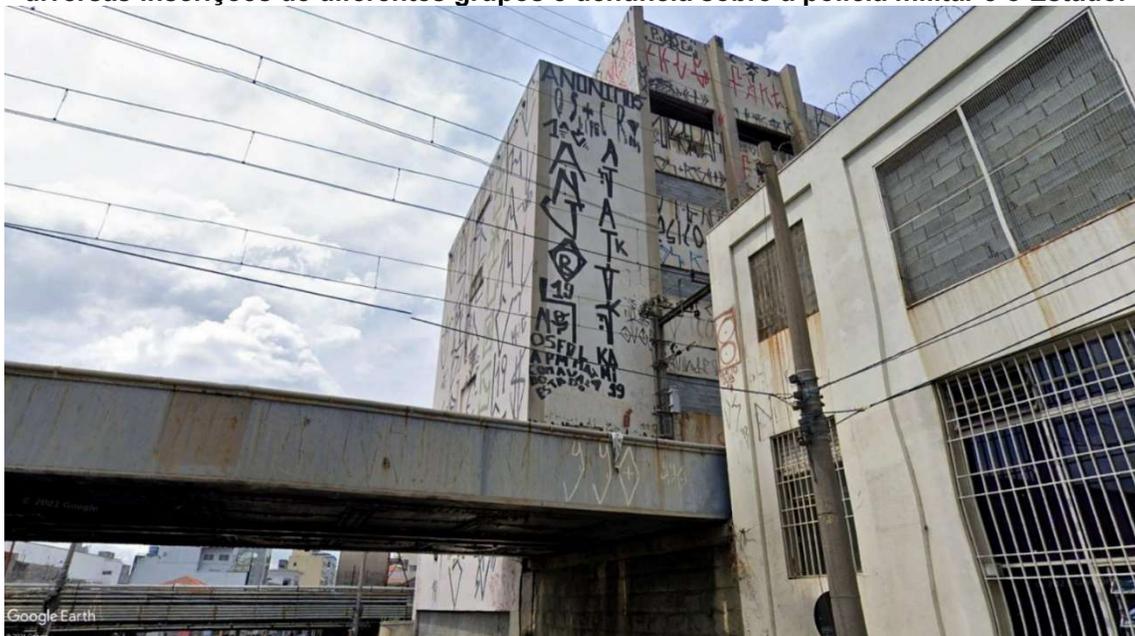
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

**Figura 59 – Captura pelo Google Earth de pichações registradas na área de estudo contendo manifestações contra o governo e apelo à polícia militar, bem como outras inscrições de grupos diversos.**



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

**Figura 60 – Captura pelo Google Earth de pichações registradas na área de estudo com diversas inscrições de diferentes grupos e denúncia sobre a polícia militar e o Estado.**



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

**Figura 61 – Captura pelo Google Earth de pichações nas proximidades da Cracolândia contendo diversas inscrições de diferentes grupos e intimidação à polícia militar.**



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

**Figura 62 – Captura pelo Google Earth de pichações em muro adjacente à Cracolândia com frases sobre o crack.**



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

**Figura 63 – Captura pelo Google Earth de pichações em muro em frente à Cracolândia com inscrições diversas, destacando-se o protesto de que a polícia militar mata.**



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

**Figura 64 – Captura pelo Google Earth de pichações em muro adjacente à Cracolândia com inscrições diversas com nomes de territorialidades como “Craco” e “Fluxo” e assinaturas de grupos.**



Fonte Acervo pessoal da autora, 2021.

**Figura 65 – Captura pelo Google Earth de pichações nas proximidades da Cracolândia contendo diversas inscrições.**



**Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.**

**Figura 66 – Captura pelo Google Earth de pichações nas proximidades da Cracolândia contendo diversas inscrições, destacando-se entre elas associações de identificação com o lugar com os dizeres “Sou Luz” e “Boca do Lixo”.**



**Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.**

**Figura 67 – Captura pelo Google Earth de pichações registradas na área de estudo contendo inscrições referentes a assinatura de nomes e identificação com o lugar pela expressão “100% Boca do Lixo”.**



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

**Figura 68 – Captura pelo Google Earth de pichações registradas na área de estudo contendo inscrições diversas, destacando-se as expressões de identificação com o lugar “Boca do Lixo” e “Direito p/ Craco”.**



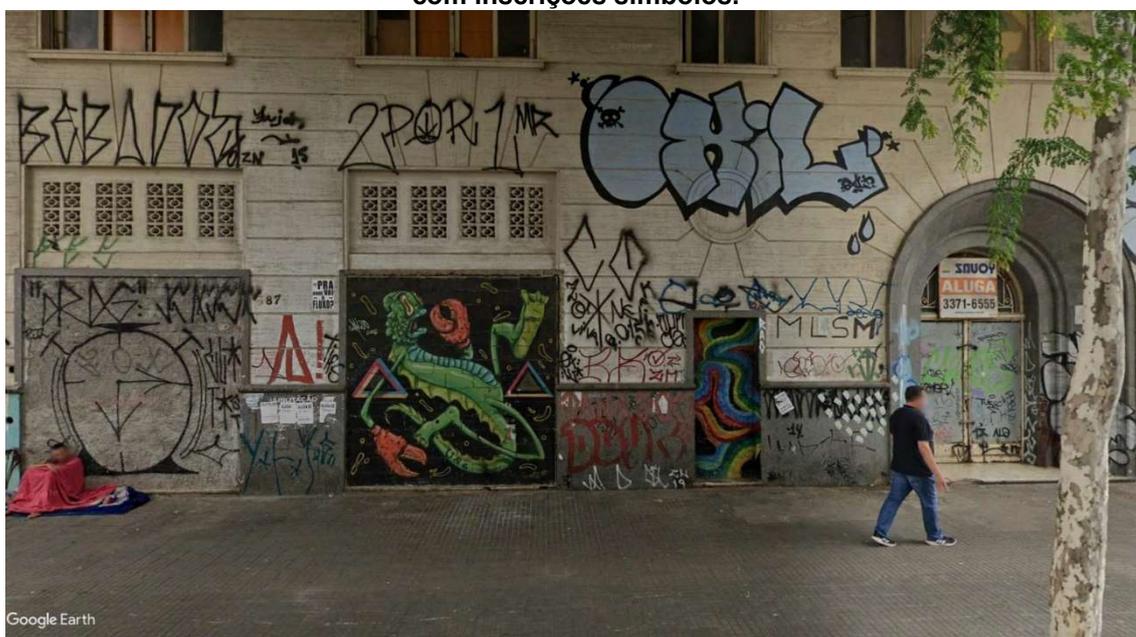
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

Figura 69 – Captura pelo Google Earth de pichações registradas na área de estudo com inscrições e símbolos como pentagrama e a sequência numérica “666”.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

Figura 70 – Captura pelo Google Earth de pichações e graffiti registrados na área de estudo com inscrições símbolos.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

**Figura 71 – Captura pelo Google Earth de pichações de mensagens e assinaturas encontradas na área de estudo.**



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

**Figura 72 – Captura pelo Google Earth de pichações e graffiti encontrados na área de estudo, dentre as inscrições se encontram mensagens, assinaturas e símbolos.**



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

**Figura 73 – Captura pelo Google Earth de pichações e folhetins encontrados na área de estudo, resalta-se o termo de identificação “Boca do Lixo”.**



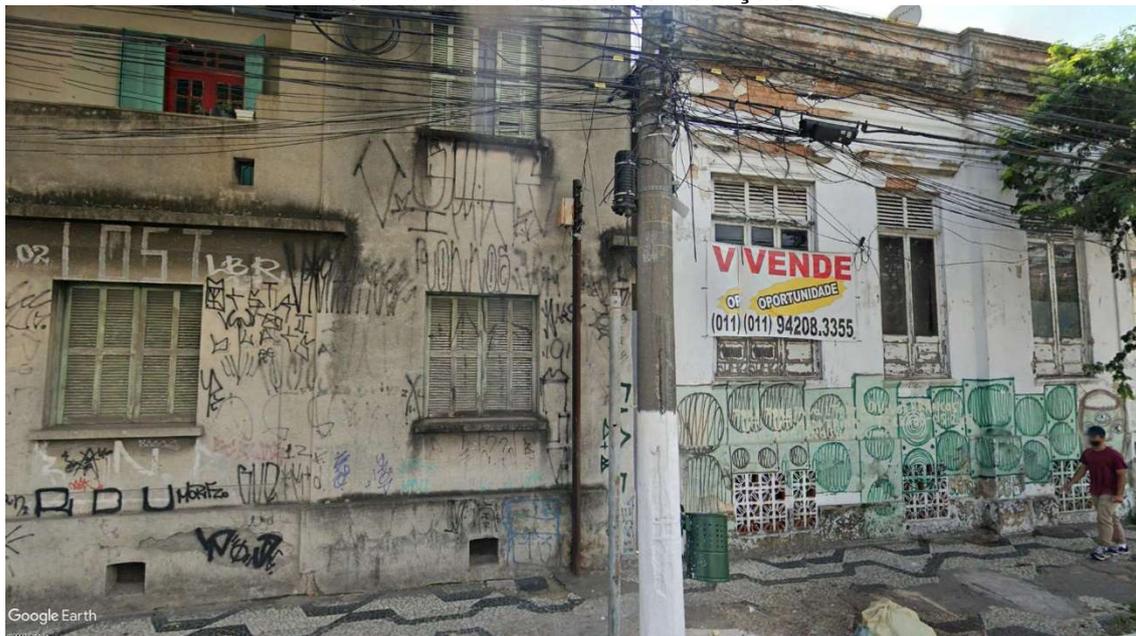
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

**Figura 74 – Captura pelo Google Earth de pichações e graffiti encontrados na área de estudo e aglomeração de pessoas em situação de rua.**



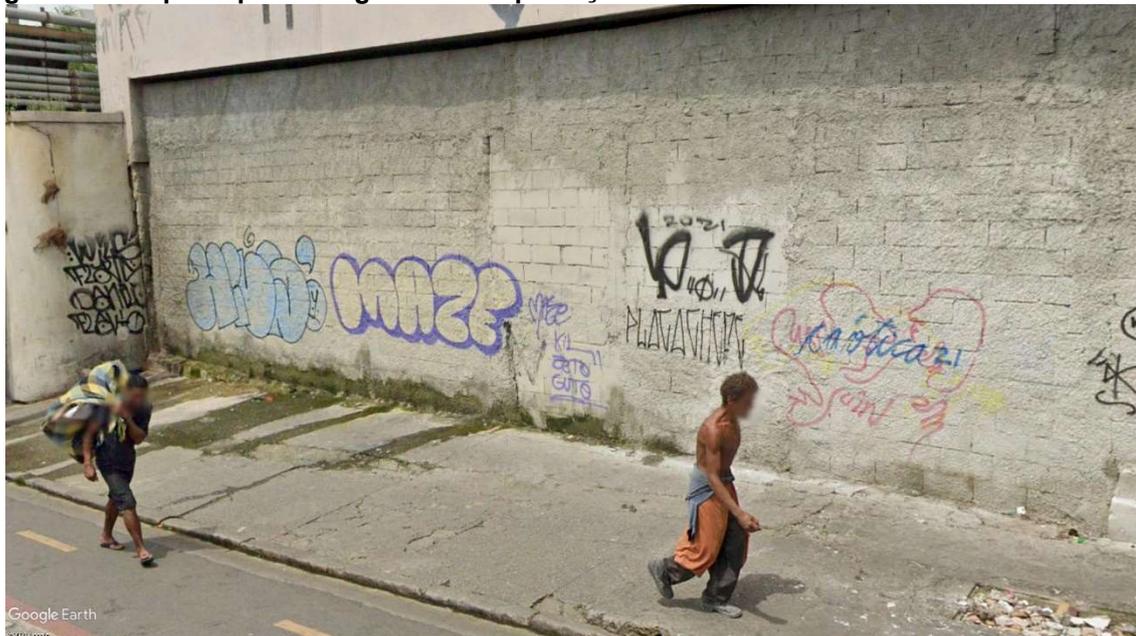
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

Figura 75 – Captura pelo Google Earth de pichações e graffiti encontrados na área de estudo com uma diversidade de inscrições.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

Figura 76 – Captura pelo Google Earth de pichações diversas encontradas na área de estudo.



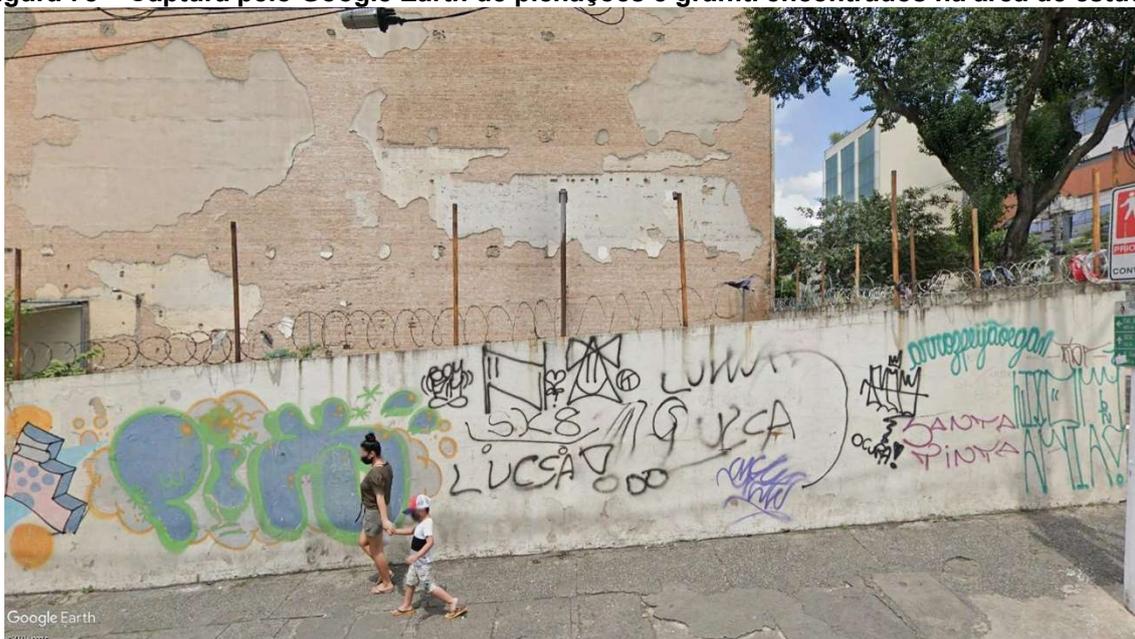
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

Figura 77 – Captura pelo Google Earth de pichações diversas encontradas na área de estudo.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

Figura 78 – Captura pelo Google Earth de pichações e graffiti encontrados na área de estudo.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

Figura 79 – Captura pelo Google Earth de pichações diversas encontradas na área de estudo, destaca-se a frase “A arte aberta!”.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

Figura 80 – Captura pelo Google Earth de pichações encontradas na área de estudo, as inscrições consistem em assinaturas de grupos e símbolos.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

Figura 81 – Captura pelo Google Earth de pichações diversas encontradas na área de estudo.



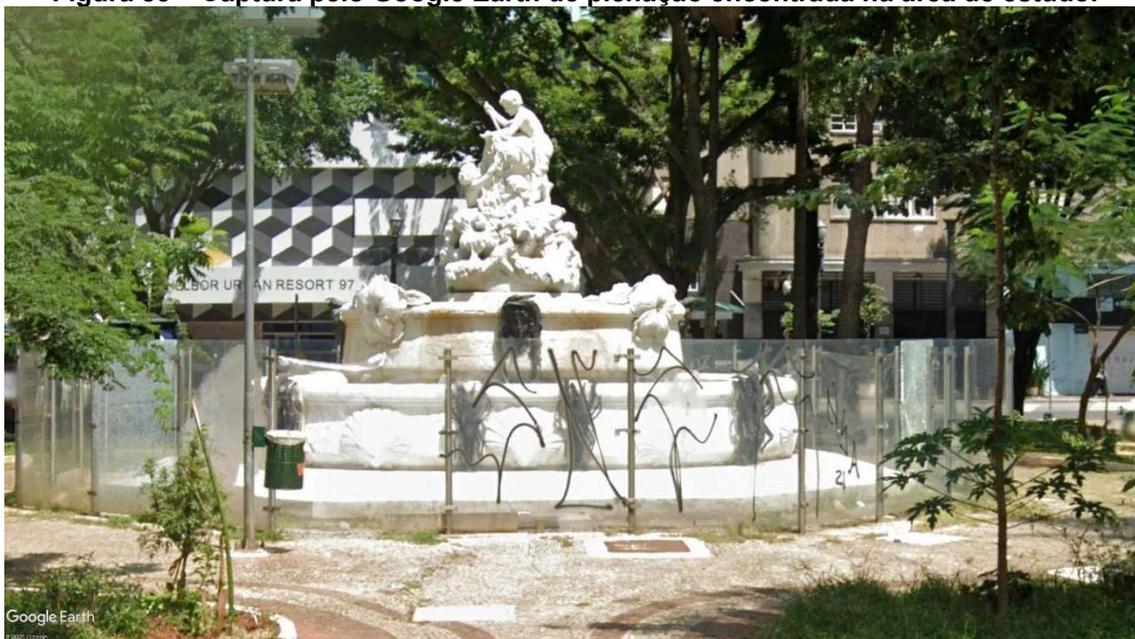
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

Figura 82 – Captura pelo Google Earth de pichações diversas encontradas na área de estudo destacando-se a simbologia do relógio.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

**Figura 83 – Captura pelo Google Earth de pichação encontrada na área de estudo.**



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

**Figura 84 – Captura pelo Google Earth de pichações encontradas na área de estudo, destacando-se a convocação de uma greve geral.**



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

Figura 85 – Captura pelo Google Earth de pichações de diversos grupos encontradas na área de estudo.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

Figura 86 – Captura pelo Google Earth de pichações de diversos grupos encontradas na área de estudo, destacando-se frase com teor religioso.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

**Figura 87 – Captura pelo Google Earth de pichações encontradas na área de estudo próxima a Cracolândia.**



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

**Figura 88 – Captura pelo Google Earth de pichação encontrada na área de estudo reivindicando a devolução de carroças utilizadas como instrumento de trabalho pela população de rua.**



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

**Figura 89 – Captura pelo Google Earth de pichações de diversos grupos encontradas na área de estudo.**

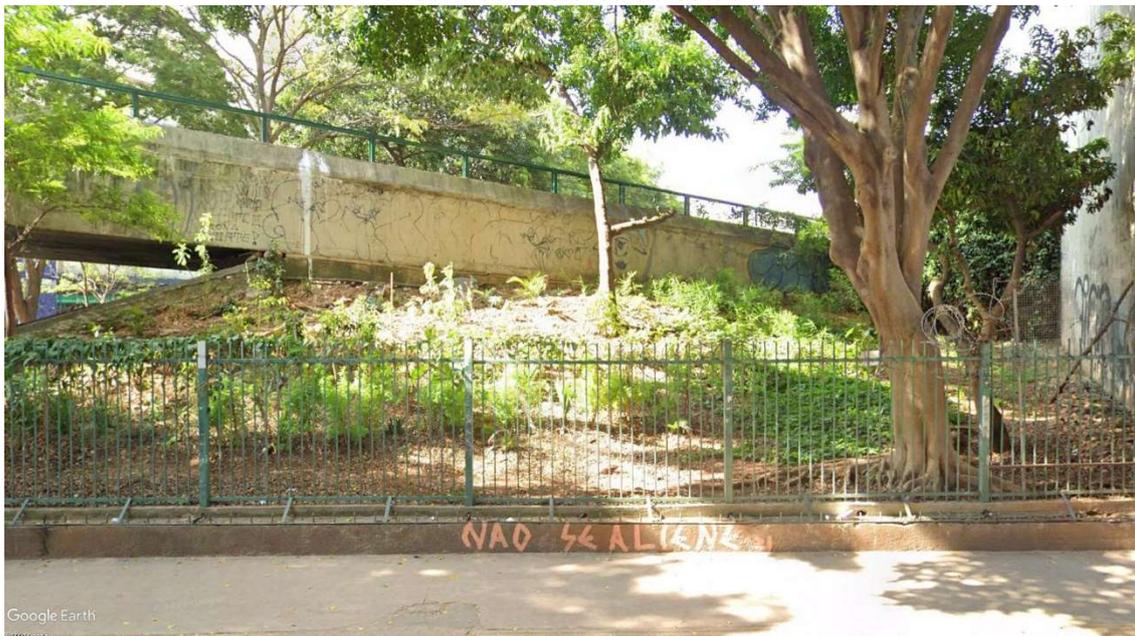


**Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.**

### 2.3.1.3 Frases de efeito

As frases de efeito que se espalham pela área, concentradas, na sua maioria, na Avenida São João, trazem reflexões sobre a sociedade, a cidade, a educação, a política, questões da transitoriedade do tempo e de conteúdos singulares do sujeito, como sentimentos, emoções e sensações (figuras 90, 91, 92, 93 e 94).

**Figura 90 – Captura pelo Google Earth de pichação com frase de efeito “Não se aliene” encontrada na área de estudo.**



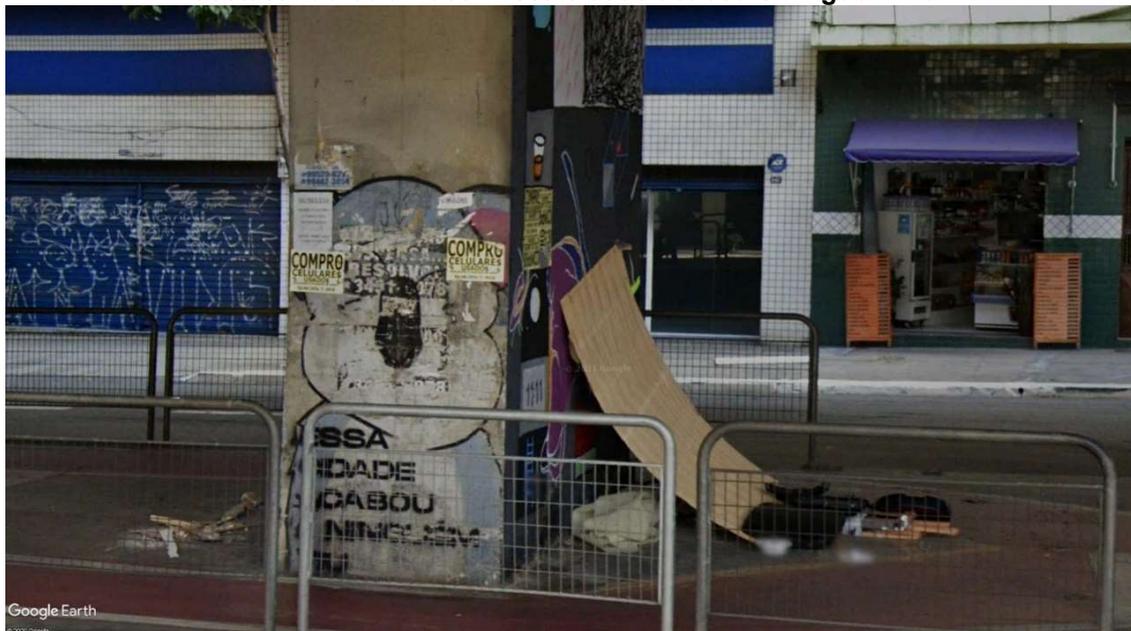
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

**Figura 91 – Captura pelo Google Earth de pichações registradas em proximidade com a Cracolândia, das inscrições destaca-se a frase “Uma pátria que não investe em educação é uma mãe que renega seus filhos”.**



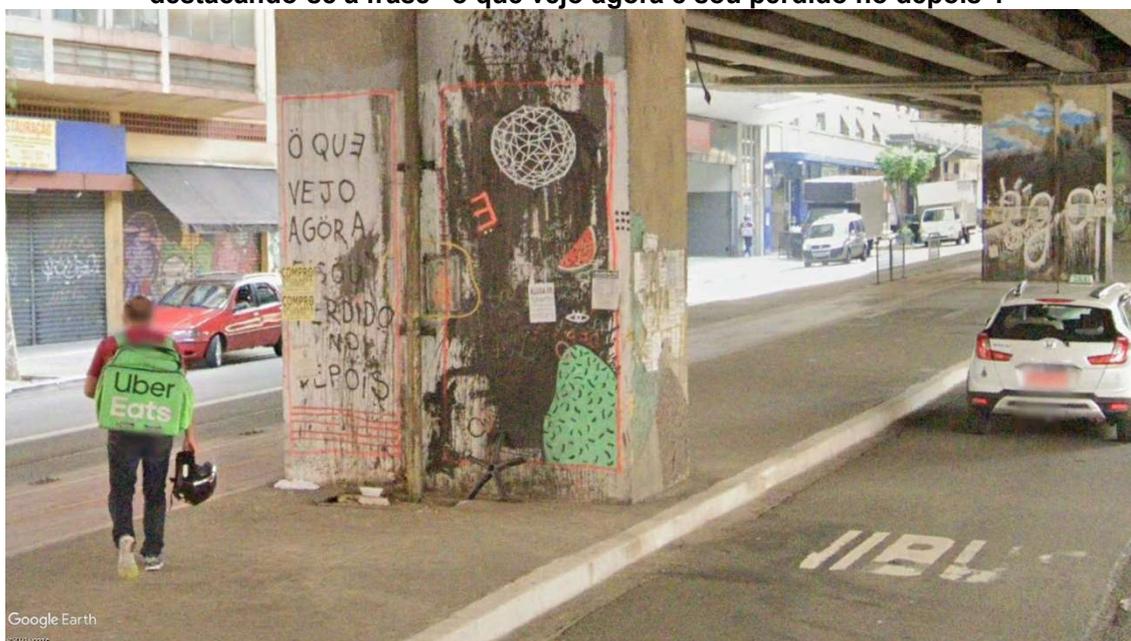
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

Figura 92 – Captura pelo Google Earth de graffiti e pichações registradas na área de estudo, destacando-se a frase “Essa cidade acabou e ninguém viu”.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

Figura 93 – Captura pelo Google Earth de pichações e graffiti encontrados na área de estudo, destacando-se a frase “o que vejo agora e sou perdido no depois”.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

**Figura 94 – Captura pelo Google Earth de pichações e grafitti encontrados na área de estudo com a frase de efeito “quando a dor se vai”.**



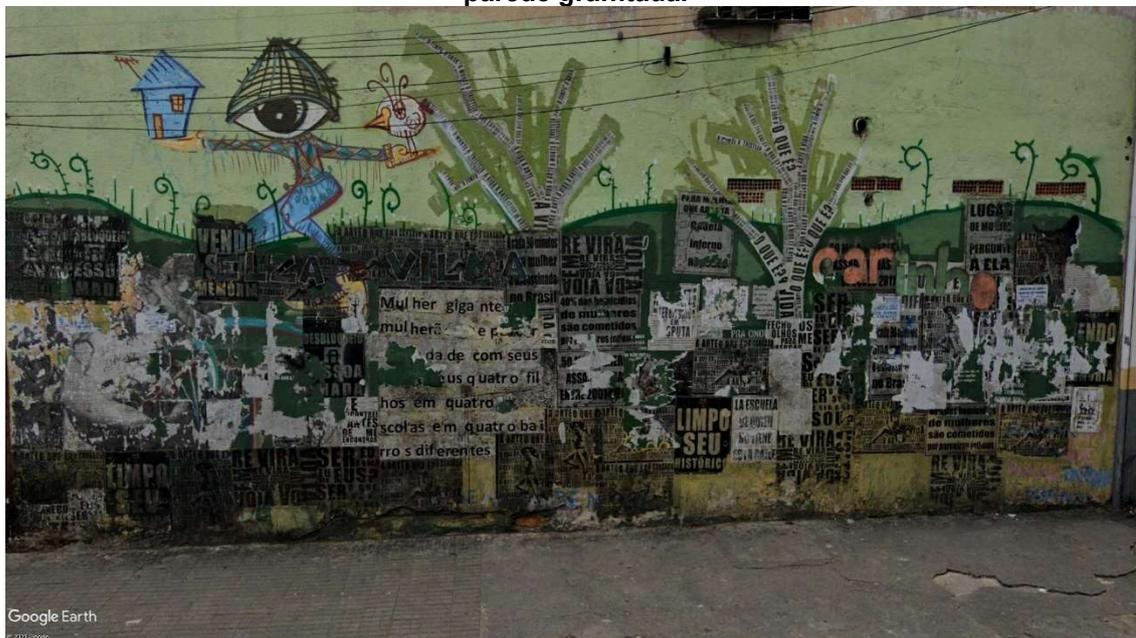
**Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.**

#### 2.3.1.4 Folhetins

O material impresso em papel que denominamos de “folhetins” (figuras 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103 e 104) possui duas vertentes: uma de natureza reflexiva, que retrata o cotidiano por meio de pensamentos poéticos, e uma em forma de manifesto, protestando contra o governo Bolsonaro. Os reflexivos, que são a maioria no perímetro de estudo, constroem a mensagem a ser passada por meio de um jogo de palavras.

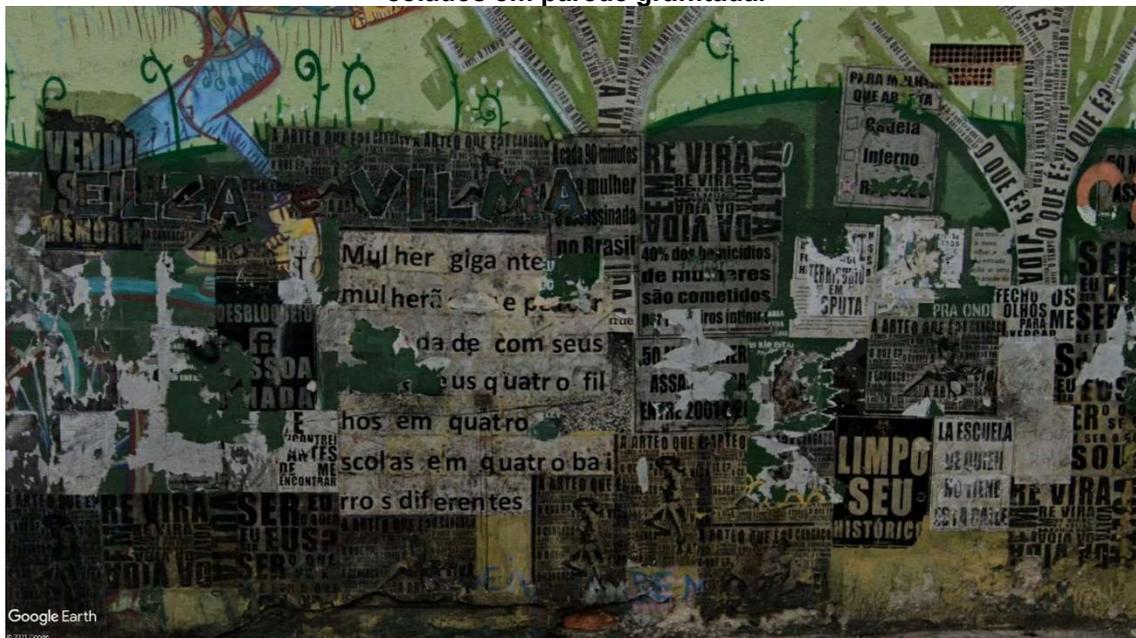
Alguns desses folhetins fazem alusão direta à Cracolândia; exemplos disso são as frases “Pra onde o Fluxo vai?”, “Seu xêro guardei num pino” e “A pontinha de esperança fumei”. Esse tipo de manifestação colada nos muros ainda trata de questões singulares do sujeito (sentimentos, emoções e sensações), o espaço da mulher na cidade, o que é arte, entre outros assuntos diversos.

Figura 95 – Captura pelo Google Earth de composição de folhetins reflexivos colados em parede grafitada.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

Figura 96 – Captura pelo Google Earth de detalhe da composição de folhetins reflexivos colados em parede grafitada.



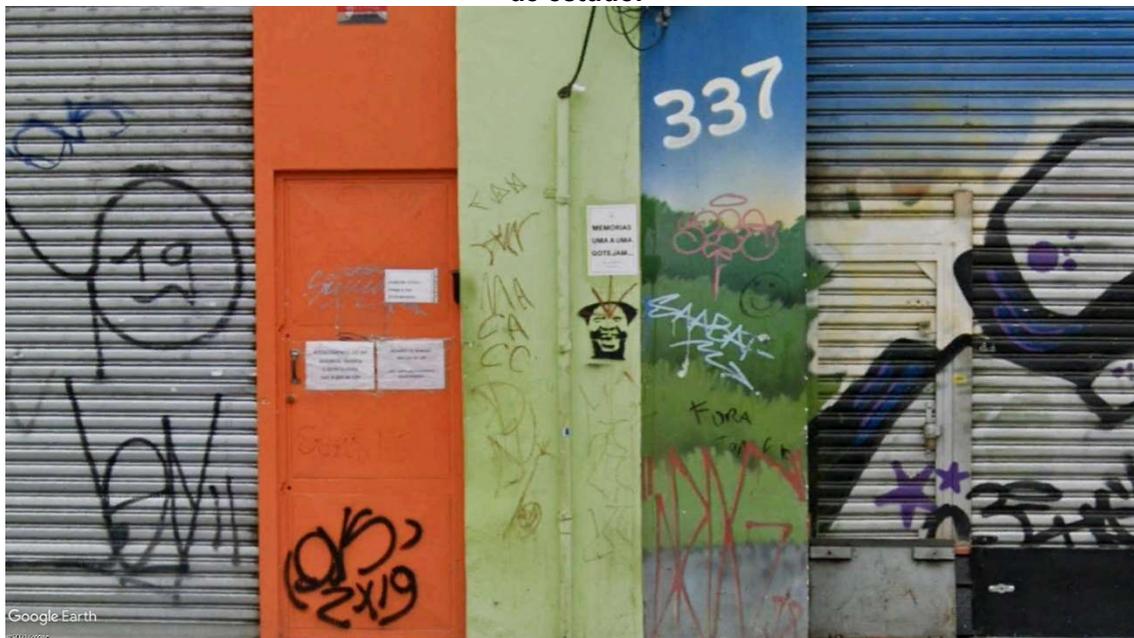
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

Figura 97 – Captura pelo Google Earth de pichações, grafittis e folhetins encontrados na área de estudo.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

Figura 98 – Captura pelo Google Earth de pichações diversas e folhetins encontrados na área de estudo.



Fonte Acervo pessoal da autora, 2021.

**Figura 99 – Captura pelo Google Earth de pichações diversas e folhetins que tratam metaforicamente sobre a Cracolândia encontrados na área de estudo.**



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

**Figura 100 – Captura pelo Google Earth de grafittis e folhetins encontrados na área de estudo.**



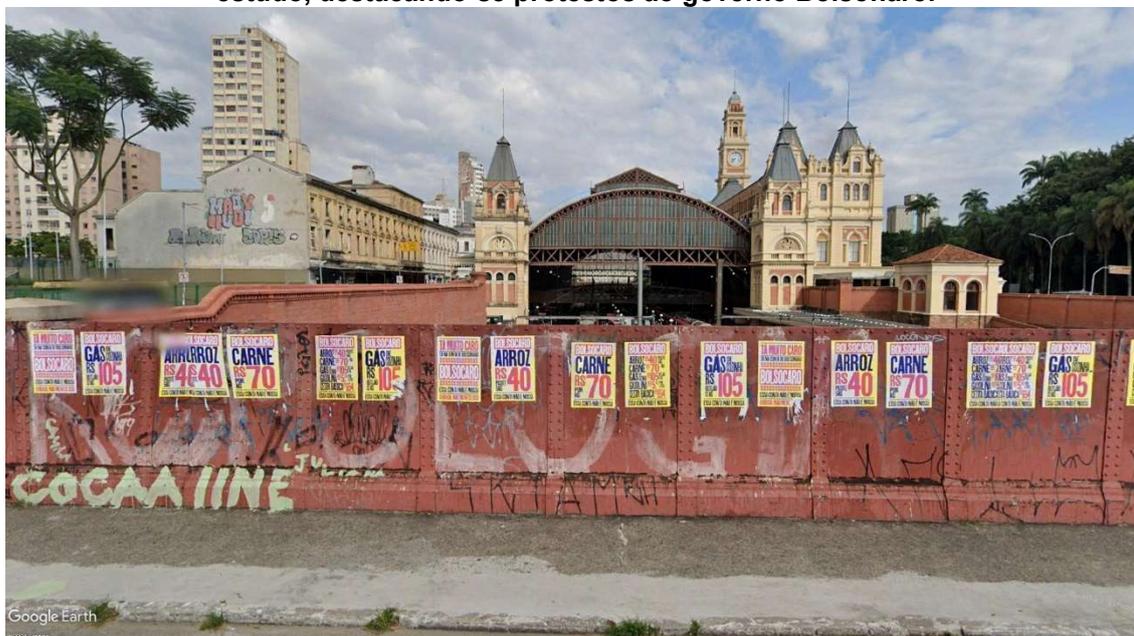
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

Figura 101 – Captura pelo Google Earth de grafittis e folhetins encontrados na área de estudo.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

Figura 102 – Captura pelo Google Earth de pichações e folhetins encontrados na área de estudo, destacando-se protestos ao governo Bolsonaro.



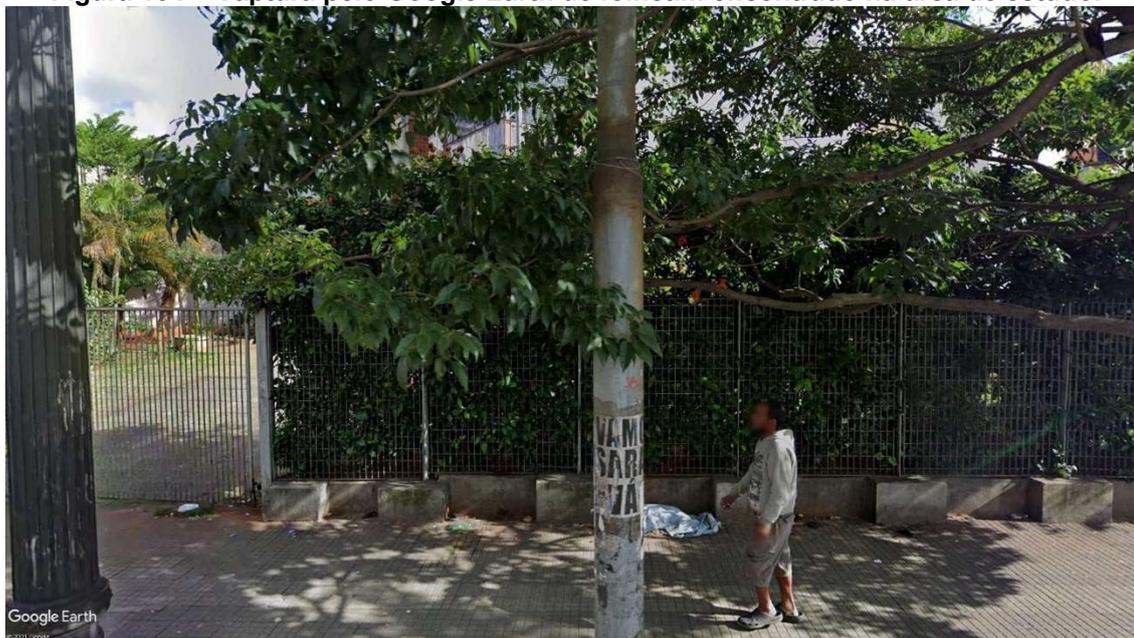
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

**Figura 103 – Captura pelo Google Earth de grafittis e folhetins encontrados na área de estudo com temáticas diversas.**



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

**Figura 104 – Captura pelo Google Earth de folhetim encontrado na área de estudo.**



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

### 2.3.1.5 Visita Circunstancial

A visita à área de estudo ocorreu no dia 14 de maio de 2022, durante o período matutino e diurno, em meio às operações policiais contra o tráfico de drogas. Mesmo com o caos provocado pela operação, que havia baleado e matado um homem dois

dias antes<sup>32</sup>, os integrantes do Fluxo que ainda transitavam pela região eram pacíficos com os transeuntes.

Foi possível notar uma espécie de setorização das funções entre áreas majoritariamente residenciais ou comerciais. O bairro do Campos Elíseos possuía um caráter mais residencial e institucional, com a presença notável de escolas pela região. Já no bairro de Santa Ifigênia, destacava-se o uso misto, com forte caráter comercial. Embora houvesse locais de comércio mais intenso, como no caso da rua Santa Ifigênia e suas adjacências, área famosa pelo comércio especializado em eletrônicos, era evidente a presença de pequenos comércios, como costureiras, salões de beleza, padarias, comércios de produtos nordestinos, entre outros. O bairro de Santa Ifigênia era visivelmente mais movimentado e voltado às trocas humanas que ocorriam por meio do comércio.

Edifícios históricos despontavam no bairro dos Campos Elíseos, demonstrando o esplendor da época dos barões do café. Já Santa Ifigênia, apesar de também apresentar edificações de cunho histórico, possuía uma atmosfera de abandono. Prédios em ruínas estavam nitidamente ocupados. As manifestações pictóricas eram mais abundantes, assim como o odor de urina.

Porém os dois lugares possuíam algo em comum: a apreensão. Durante o percurso, via-se moradores comentando sobre as operações, pessoas em situação de rua circulando pela área com olhar atento — alguns portavam objetos que, devido à situação, podia-se inferir serem uma espécie de “proteção” contra a polícia militar. Havia grupos de vigilância a postos em diferentes pontos dos bairros, perseguindo esses indivíduos em um modo implícito de expulsão. Em contrapartida, a sociedade civil se articulava em prol do grupo em situação de vulnerabilidade social, fornecendo marmitas nas ruas.

---

<sup>32</sup> Ver mais em: BARRETO FILHO, Herculano. Cracolândia: socorro a homem baleado levou 29 minutos. UOL, São Paulo, 14 maio 2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/05/14/demora-socorro-homem-baleado-confusao-cracolandia-sp.htm>>. Acesso em: 22/09/2022.

Devido à dissolução desse território efêmero, foi possível transitar pelo lugar onde se instalava o Fluxo. A parede externa da Sala São Paulo se assemelhava a uma obra mural abstrata e coletiva, realizada pelo depósito sucessivo de palavras sobrepostas (figuras 105, 106, 107, 108, 109 e 110). Como demonstram as imagens, alguns vestígios ainda denunciavam a presença da Cracolândia (figuras 111, 112, 113 e 114); outros, já estavam em processo de apagamento (figura 115).

Novos folhetins foram acrescentados ao lugar, empregando imagens que remetem ao conteúdo nordestino e africano, bem como debates sobre o espaço da mulher e, até mesmo, a questão do acesso à água em São Paulo.

**Figura 105 – Ponto de vigilância da operação policial contra o tráfico de drogas.**



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022.

Figura 106 – Folhetins poéticos presente na área de estudo com figura nordestina (cangaceiro) e africana (provável representação de um orixá).



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022.



Figura 109 – Folhetins poéticos presente na área de estudo colocando em destaque o papel da mulher na cidade.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022.

Figura 110 – Folhetins poéticos presente na área de estudo colocando em destaque o papel da mulher na cidade.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022.

**Figura 111 – Pichações encontradas na parede da Sala São Paulo.**



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022.

**Figura 112 – Pichações encontradas na parede da Sala São Paulo.**



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022.

Figura 113 – Pichações encontradas na parede da Sala São Paulo.



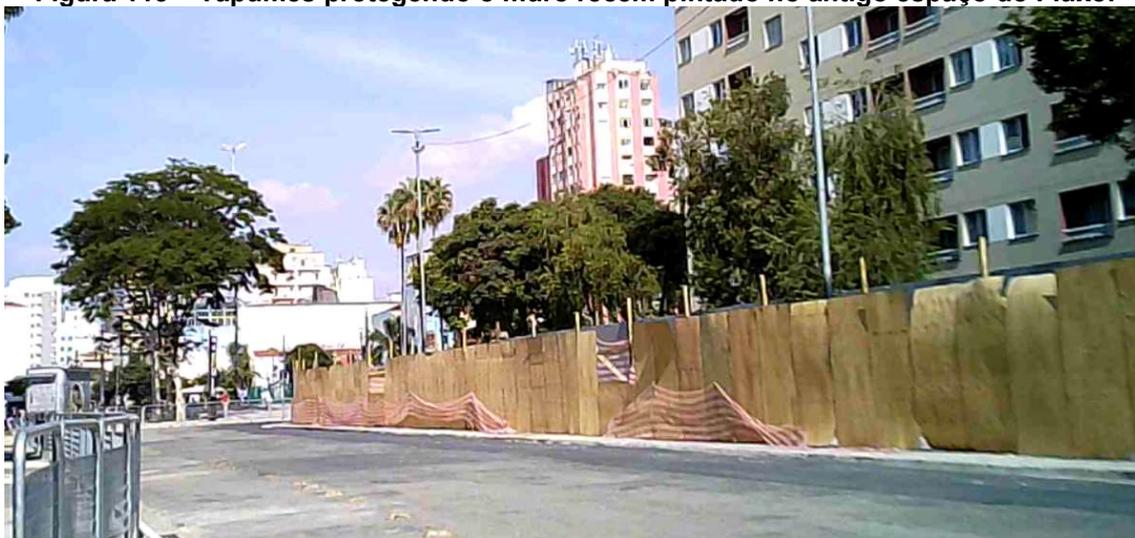
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022.

Figura 114 – Pichações encontradas na parede da Sala São Paulo.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022.

**Figura 115 – Tapumes protegendo o muro recém pintado no antigo espaço do Fluxo.**



**Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022.**

### 2.3.2 Arte/pintura

Cícero Rodrigues nasceu em Petrolina e quando criança já tinha o desejo de conhecer São Paulo, o que aconteceu primeiramente por meio de um sonho. Tornou-se andarilho e, aos 15 anos, fez a sua primeira viagem, levando 75 dias para cruzar de Pernambuco ao Rio de Janeiro. Segundo o próprio artista (ISTO..., 2017), em suas andanças, ele se sentia mais à vontade no “mato”, junto aos animais do que perto dos humanos; carregava em si a sua ancestralidade de neto de caboclo com índio.

Por sua natureza itinerante, aprendeu a ter fé, a ser corajoso, aceitar o que a vida traz de bom e se concentrar nisso para não perder o foco. Ao todo, foram seis viagens à cidade de São Paulo, perseguindo o sonho de conseguir um emprego com carteira registrada para ganhar dinheiro e voltar à sua terra.

Porém, dois meses após a sua chegada, acabou perdendo os seus documentos em um assalto e, com isso, a sua identidade como ser humano. Sem perspectivas e abatido pelo ocorrido, desenvolveu depressão e entrou no que ele chama de “mundo perdido”: o uso de drogas.

Tornou-se carroceiro; conheceu o crack através de um sujeito chamado Jesus; viveu, ou como ele mesmo diz, “vegetou” durante 10 anos em uma calçada, tempo que ele se refere como provocação:

Quem tem seu apartamento, sua caminha de luxo, não sabe o que é viver no relento, não sabe o que é comer o pão que o diabo amassou, ser humilhado dia e noite e ter que ser filho de Deus e não poder falar ao contrário, você não pode errar; mas com as minhas mãos calejadas, eu vivi do meu próprio suor; eu nunca precisei de matar ninguém, nunca precisei de roubar para comer meu pão e nem para ficar louco, porque eu nunca consegui, eu já nasci louco por natureza [Transcrição da autora]<sup>33</sup> (ISTO..., 2017).

Cícero relata o episódio que considerou como a mudança da sua vida: voltando de um ferro velho com a sua carroça, foi atropelado por um carro a 60 km/h. Com o acidente, ele se levantou com um corte profundo na cabeça, pegou a carroça e rumou para a sua “maloca”. Uma amiga, vendo a situação em que ele se encontrava, chamou o SAMU, que o levou para tratar do ferimento. Quando acordou depois dos procedimentos, perguntou se havia algo para comer e, recebendo como resposta que estava em observação, exclamou “a minha observação é comer”. Com isso, Cícero deixou o hospital e não voltou mais ao local.

Um mês depois do acidente, ele conheceu o Zezão — artista plástico que realizava a limpeza do lugar onde futuramente seria a sua galeria —, que o chamou para ajudar com a limpeza do espaço. Desse encontro, surgiu uma amizade, e Zezão passou a incentivar Cícero a pintar para trocar o vício em crack pela arte. O artista começou a perceber, então, uma similaridade do amigo com o artista Basquiat (figura 116), não só de trajetória de vida, como também nas obras do amigo, apelidado de “índio”.

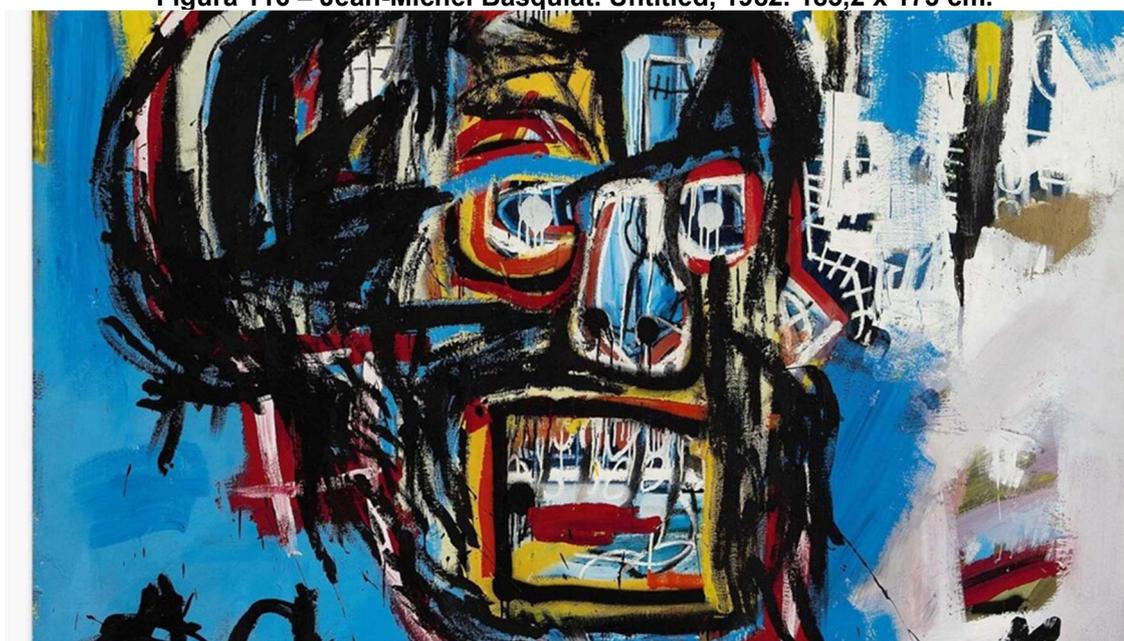
Jean-Michel Basquiat, influente artista estadunidense da década de 1980, possuía tendência neoexpressionista, interpretada como um “primitivismo intelectualizado”. Foi grafiteiro e teve as ruas como lar. Em suas obras, destacavam-se mensagens escritas, bem como a anatomia humana entre pinturas e colagens: “retratava rostos afundados em formato de caveira com olhos grandes e bocas abertas. Prédios, carros, policiais e outras cenas da vida urbana também faziam parte

---

<sup>33</sup> Transcrição literal da autora da fala de Cícero presente no documentário “Isto não é um cachimbo Vol.2”.

das composições, repletas de cores fortes, rabiscos e colagens” (AZEVEDO, 2021). As obras de Basquiat serviam como crítica à desigualdade social e racial dos Estados Unidos, retratando a luta de classes e a segregação. Ele morreu em 1988, de overdose de heroína.

**Figura 116 – Jean-Michel Basquiat. Untitled, 1982. 183,2 x 173 cm.**



**Fonte: RFI<sup>34</sup>, 2018.**

Surgiu, então, Badaróss, alcunha dada por uma prostituta e usuária de crack que, ao vê-lo pegar o lixo da rua e transformá-lo em arte, disse que ele fazia “badarós” e, assim, acabava por ele próprio virar um “Badarós”. Cícero relata que transformava o lixo em “coisa bonita” por instinto; pintava para aliviar a dor, mas não sabia o que estava fazendo, apenas jogava a tinta.

Eu pinto e nem sei o que eu pinto [...] porque se eu soubesse não queria fazer não, mas eu fiquei tão viciado que não tem um dia pra mim não fazer o Badaróss, já virou mania e aí eu não consigo me controlar mais, se me deixar em um lugar que tem bastante tinta, enquanto a tinta não acaba, eu não sossego [Transcrição da autora]<sup>35</sup> (BADARÓSS:..., 2014).

<sup>34</sup> Disponível em: <<https://www.rfi.fr/pt/mundo/20181031-basquiat-entre-vida-e-morte>>. Acesso em: 19/08/2022.

<sup>35</sup> Transcrição literal da autora da fala de Cícero no documentário Badaróss: Os traços e a história do 'Basquiat da Cracolândia'.

Seu trabalho consistia na reciclagem de objetos que estavam no lixo, transformando-os em arte. Sua pintura é caracterizada pela reprodução de uma espécie de “matrioskas de rostos”, que o artista descreve como seus pensamentos, as vozes em sua mente.

Transpõem visceralmente suas dores, frustrações e medos sob os sorrisos infantis de seus desenhos. Suas criações são sensações em forma de cabeças humanas, cabeças humanas desforme em sensações. Incessantemente Badaróss pinta com a urgência da vida que está sempre por um fio, do desespero em tentar ainda provar para o mundo que ele é um ser humano (e que nunca deixou de ser) (MARTINELLI, 2016).

Badaróss expôs, entre os dramas que viveu, o fato de ter constantemente que se reerguer devido às circunstâncias que passava nas ruas paulistanas. Por exemplo, ele costumava dormir no mesmo lugar em que expunha as suas obras, transformando o espaço em uma instalação onde também vendia as suas pinturas.

As ações promovidas pela prefeitura frequentemente destruíam o local, e as suas obras, os seus objetos pessoais e a sua carroça, que era o seu meio de sobrevivência, eram levados. O artista afirma que, apesar de não ter porta e janela ou meios de fechar a instalação, ele gostaria que a polícia respeitasse a sua moradia. Ele disse ouvir dos policiais que “ele era a imundice dessa rua”, mas, na visão dele, aquilo se tratava de um “lar de verdade”, onde havia comida, roupa e que era mobiliada pelas suas obras; não era um lixo, mas uma verdadeira galeria. Os animais, que ele chamava de amigos, também eram levados pela operação, sob a justificativa de que ele não poderia estar ao lado deles por ser usuário de crack e “drogado”.

O artista (figura 117) afirmou ter vendido cerca de 150 obras (figura 118) em São Paulo, 6 para os Estados Unidos, 3 para o Afeganistão e 2 para a Alemanha. O que lhe restava era resistir, se refazer e recomeçar do zero. Sem o pouco que tinha, ir renascendo através do ato político de sobreviver.

Figura 117 – Índio Badaróss e suas obras.



Fonte: Jornalistas Livres<sup>36</sup>.

<sup>36</sup> Foto de Sato do Brasil. Disponível em: <<https://jornalistaslivres.org/indio-badaross-cicero-renascido/>>. Acesso em: 19/08/2022.

Figura 118 – Obras de Índio Badaróss expostas em parede.



Fonte: Overground Art Studio Gallery<sup>37</sup>.

### 2.3.3 Poemas

O Fluxo não apenas floresce a cultura em si, mas o faz também quando permite ao outro, aquele que se vê como diferente, pensar e conhecer esse território, bem como os seus integrantes; e, nesse (re)conhecimento, enxergar a semelhança primordial entre o “outro” e o “eu”: a humanidade.

Encontrei de tudo na Cracolândia nesses últimos meses em que frequentei intensamente o fluxo da Luz, na região central de São Paulo. Conheci viajantes, ex-caminhoneiros e estrangeiros. Escutei samba surgido de galão de água, lata de tinta e palma seca. Estive com mães fortes, pais desaparecidos e órfãos de família inteira. Ganhei uma pintura de presente e ouvi histórias de rir, de chorar e de pensar. Só não encontrei o crack. Vi muita gente fumando pedra em cachimbo, mas a droga demoníaca que transforma pessoas em seres sem alma, posso assegurar que não existe (MELLO, 2019, p. 47).

<sup>37</sup> A imagem consta na rede social (Facebook) da página Overground Art Studio Gallery. Disponível em: <<https://www.facebook.com/OvergroundArtStudioGallery/photos/a.476021492516497/476021522516494/>>. Acesso em: 19/08/2022.

Assim é o “Fluxo” descrito por Daniel Mello, jornalista que se ocupa de temas como política, economia, sociedade e direitos humanos. O livro *Gargalhando Vitória: poemas da Cracolândia* é resultado da vivência do jornalista no território durante o mês de janeiro de 2017. Nele, o autor relata as suas experiências e registros da dinâmica desse território.

NOS PRIMEIROS PASSOS, acreditei que eu era o próprio poeta, guiado por Virgílio pelos círculos de tormento do submundo. A mente nublada pelas ilusões mefíticas que emergem do plasma em alta definição. Não demorei para lembrar que o inferno, se existe, é governado pelo Moloch de farda, siamês do Belzebu de Armani.

Ali, talvez, eu tivesse encontrado os imortais de Borges. Alienados do próprio corpo, imersos nas grandes meditações do mundo. Nada disso explicava, porém, o funk percorrendo as calçadas em uma caixa de som neon rosa. A transmutação da matéria ordinária em cachimbos únicos para dois dias, convertidos em cigarros, que voltavam ao estado original de embriaguez como cachaça.

Os livros podiam explicar a cidade inteira: os rios enterrados, as avenidas de velocidades mortífera liberada e os espelhos escondendo torres de dinheiro. Aquelas quatro ruas, no entanto, não cabiam nas minhas abstrações literárias (MELLO, 2019, p. 9).

Em 2016, Mello participou das articulações que deram origem ao coletivo A Craco Resiste, responsável pela luta contra a violência policial e institucional na Cracolândia em São Paulo. Essa circunstância opressiva presente no território aparece relatada de forma poética em vários trechos do livro, descrevendo acontecimentos e o embate maniqueísta que transforma as pessoas em algo a ser combatido.

MORRERAM DUAS PESSOAS no fluxo ontem. Nenhum corpo chegou ao IML. Ando pelas ruas, com o asfalto coberto por cartuchos perdidos em meio a resto de dias úteis. Piso sem perceber no sangue dos feridos. As famílias não vêm reclamar os desaparecidos. Mesmo assim, a história é repetida como se tivesse sido vivida por muitas. O homem caído no chão, cercado por fardados armados, nunca mais foi visto. Não se sabe quem era ou de onde veio, perdido. Poderia ser um outro qualquer desses que ainda dormem pelas calçadas. Aqui, é possível morrer completamente, como sonhou Manuel. Um sentimento que compõe todos os pesadelos que começam ao som de bombas e tiros (MELLO, 2019, p. 27).

Esse relato expõe não só a violência física, mas a agressão à percepção de si como indivíduo; um exemplo disso é a história do artista Índio Badaróss que, após perder os seus documentos, se submeteu ao que chama de “mundo perdido”. Essas pessoas, fragilizadas por inúmeros motivos que não são maiores do que a sua condição como humanos, acabam destituídas dessa quando não conseguem

comprovar quem são. Sem nome, documento ou registro, elas se perdem das suas famílias, que não têm como as localizar, impossibilitando o reencontro.

Dia após dia, esses “sem identidade” se repetem, se avolumam, se condensam na desesperança de viver sem “existir” em um completo esquecimento. Possivelmente, os caminhos de Daniel e Índio Badaróss se cruzaram, dada a semelhança da história contada pelo artista em seu documentário e o relato abaixo:

1996, A PRIMEIRA PAULADA no crack  
 Foi Jesus que me deu  
 Tinha um Gol 1.8, dirigia muito louco  
 Hoje é velhinho, cabelo branco  
 Naquele dia o treme-treme tremeu  
 Minha vó dizia: “Neto, você não precisa andar pelo mundo”  
 A minha estrada, eu ainda não vi o fim  
 Quando estive lá, falei dos outros filhos  
 Cachorros de apartamento dormindo em cama de casal  
 Eu lá preciso de casa?  
 Badarós dorme em qualquer calçada. (MELLO, 2019, p.21)

A “crença” que foi depositada nesses indivíduos, segundo o jornalista, é uma mistura de “mistificação e desonestidade intelectual, de que existem pessoas possuídas vagando pelas ruas, e capazes de cometer qualquer barbaridade” (MELLO, 2019, p. 48). Nessa afirmação, observa-se que a opinião pública sobre quem são e como vivem essas pessoas torna-se o maior obstáculo da luta pela dignidade desse grupo vulnerabilizado e da percepção da semelhança do outro como um “igual” pela sua humanidade.

A mídia foi a grande responsável da propagação dessa caracterização da pessoa em situação de rua. Construiu-se, por meio do sensacionalismo, a narrativa de um território impiedoso, porém, como nos lembra o jornalista, toda a cidade é palco do tráfico de drogas, de furtos e da miséria. Entretanto, naquele local, essa parte mascarada se demonstra como um fenômeno urbano que reflete a desigualdade social.

QUANDO CHEGUEI, não sabia dar um nó de caçamba. Alguém com mais tempo de estrada fez por mim. Não tinha fome, mas mesmo assim acenderam o fogo e me deram carne no espeto. Neguei muitas vezes dinheiro, numas poucas abri a mão. Não fez diferença para que me oferecessem bebida, arte e maconha. Desconhecia o nome de objetos básicos e cotidianos, expressões das mais simples e costumeiras. Isso não impediu que conversassem comigo para contar passagens duras e doces. Nos momentos

de perigo, houve quem me defendesse, ainda que eu não fosse dali. Ainda que eu pudesse ser o perigo. Perdi também, verdade. Sumiram amigos, guarda-chuva e uma lembrancinha da namorada. Espinhos da caminhada. De início, só não pensava que dava pra andar tanto caminho sem sair do lugar (MELLO, 2019, p. 40).

Protestos contra o governo, especialmente o de João Dória, que se materializaram nas pichações pela Luz são reflexo de uma política opressora. Mello (2019) relata a intensificação da violência por parte da polícia militar e da guarda civil após a nomeação de Dória para prefeito. Embora a violência já seja algo recorrente, a declaração dessa forma de lidar com a situação como projeto da gestão municipal tornou os episódios mais frequente e extremos, envolvendo armas letais ou não, bem como agressões às pessoas em situação de vulnerabilidade social e/ou seus apoiadores, como é relatado nesse trecho do livro: *NO DIA EM QUE ALICE apontou a câmera para o guarda, eu tive medo. Antevi a arma, o ódio. Mas não houve nada* (MELLO, 2019, p. 20):

A NOVA CANUDOS foi construída com pedra em combustão constante. A matéria feita fumaça sangrava a ferida a bala, enquanto permanecia desafiante, nunca intacta. As expedições assassinas se tornaram uma rotina de duas vezes por dia. Soldados para espancar e saquear. O cerco era evidentemente inútil. Não é possível esgotar os que se unem por estarem exaustos, nem matar de fome os que já não mais comem. É questão de tempo para que os exércitos se assumam derrotados pelos desde muito vencidos (MELLO, 2019, p. 33).

O jornalista descreve a sua vivência durante a temporada em que esteve presente no Fluxo, destacando as formas de organização e moradia e a música que, através de caixas de som, tocavam do funk ao clarinete de Chais.

NA PRAÇA, o fluxo se refez sob a vigilância do carniceiro montado. Com barracos espaçados, amarrado às árvores. Perdia, porém, a possibilidade de infinito. A vertigem dos corredores formados pelas malocas, onde não se conseguia ver poucos metros à frente. A sensação de que poderíamos vagar eternamente. O que, talvez, justificasse as perambulações de todos aqueles que pareciam continuamente perdidos. Ou uma reflexão pós-kafkiana de que era possível que se passasse uma existência feliz antes de chegar a algum lugar. Uma metáfora. Quando se andava por ali, não se percorria um espaço, mas as vidas embaralhadas pelo caminho. Ainda porque tenho a crença de que para algumas daquelas existências toda felicidade não era maior do que dois biricos de crack. Um tempo de prazer que não se pode medir por um calendário de bar ou relógio de estação (MELLO, 2019, p. 28).

O autor parece apreender uma espécie de temporalidade particular sobre o território. É um modo de vida totalmente diferente, que tem as suas particularidades, seja vigilando à noite pelo uso do crack, seja vagando a esmo pela Luz.

AO VIRAR A ESQUINA, o tempo  
faz uma curva imperfeita, passa a  
fluir nas pulsações do êxtase.  
Os graves sacudindo o peito. Tragos  
atingindo a mente. A consciência  
alterada de quem chegava de  
fora experimentando a sensação  
de perigo eminente. Adrenalina  
também é sexo. Para alguns, as  
horas mudavam de duração. Em  
outras perspectivas, os dias se  
tornavam apenas períodos de  
sol, intercalados por vigílias sob a  
penumbra amarelada do vapor  
de sódio. O calendário se dissolve  
em um pesadelo sonâmbulo. (MELLO, 2019, p.39).

Mello diagnostica, ainda, a atuação do urbanismo higienista na região, que visava limpar não só as pessoas vulnerabilizadas das ruas, mas da Luz: “começamos a entender por que a pressa em demolir os casarões da Alameda Dino Bueno. Nem se importaram de conferir se ainda havia pessoas dentro” (MELLO, 2019, p. 52).

A questão apresentada pelo jornalista trata-se do processo de gentrificação do Centro de São Paulo. Quando “limpam” esses espaços de uma população de baixo poder aquisitivo, dão lugar a uma urbanidade elitista. A cidade se torna exclusiva, e o espaço público, um local para quem pode consumir. Então, a cidade deixa de ser para as pessoas e se volta para o capital.

O ATIRADOR DE ELITE mira  
precisamente o caos que precede  
o nada  
Gritos de noite amanhecida  
respingam nos escudos  
O rei momo, herói do Ipiranga,  
chora as lágrimas de 27 carnavais  
Esperneia contra a marcha  
condutora desse massacre  
Enterro indigente que mistura  
corpos a geladeiras enferrujadas  
O sol não nasce nunca  
Nega-se a cumprimentar a mão  
exterminadora da assepsia urbana (MELLO, 2019, p.32)

#### 2.3.4. Música

A música é outra manifestação que demonstra o entendimento sobre o lugar e o vínculo da população com as suas raízes, a sua cultura e a sua história. Não só a música escutada nesse lugar, visto que, em seu relato, Mello (2019) cita

constantemente a presença de caixas de som espalhadas pela Luz tocando todos os tipos de música, ou até mesmo a melodia que surge pelas condições que o ambiente fornece: o samba pelo batuque do “galão de água, lata de tinta e palma seca” (MELLO, 2019, p. 47).

Criado em 2012, com temática sobre as heranças da ditadura, o bloco carnavalesco de intervenção estética *O Cordão da Mentira*, composto por coletivos políticos, culturais e artísticos — grupos de teatro, sambistas de diversas escolas de samba paulistas, militantes e movimentos sociais — trata de temas que visam uma transformação coletiva (DESFILE..., 2017).

O bloco, que se propôs a desfilar anualmente, sempre no dia 1º de abril — dia da mentira e do golpe de 1964 —, tenta, por meio desse ato, promover a discussão sobre a violência do Estado e a opressão contra as classes populares brasileiras. Em 2013, com o tema “Quando irá acabar o Genocídio Popular?”, músicos e compositores escreveram o samba “Santa Ifigênia e seus pecados”. A letra da música em questão expressa a atmosfera do bairro de forma poética, demonstrando os seus sinais de autenticidade e identidade.

“Santa Ifigênia e seus pecados” por Thiago B. Mendonça e Selito SD

Nascida com nome de santa e tantos pecados  
Vem carregando desde sempre uma pesada cruz  
Lugar da boemia, do samba e o pranto musicado  
O choro que é d’alma e que acalma diante da Luz

Faz parte da sina o Triunfo, o cinema de outrora  
Com suas ingênuas meninas cheias de ilusões  
Ouvindo, ao darem-se à tela ou num quarto d’Aurora  
O velho Adonirã cantando a Rua dos Gusmões

Disseram e dizem que ela não é mais a mesma  
Mas, penso que em sua essência mudou nada não  
Querem não o passado, a história da Santa Ifigênia

Disseram e dizem que ela não é mais a mesma  
Mas, penso que querem, de vez, é a desocupação  
Pôr fora a gente, as irmandades da Santa Ifigênia (MENTIRA..., 2014).

Essas quatro estrofes versam sobre a história do bairro e a sua essência. Tido como o lócus da transgressão e do vício, foi palco da boemia e do cinema, que transformou o apelido pejorativo “a boca do lixo” em uma marca de identidade coletiva e orgulho. Até mesmo a questão do meretrício é representada na letra, porém não de

forma depreciativa, mas de um ponto de vista humano. O saudosismo empregado aos ídolos que ali viveram, como Adoniran Barbosa, reflete a memória viva de cada pedaço desse bairro.

A melodia ainda destaca a tentativa de preterir o sentido e o significado do lugar por meio da desocupação compulsória, também revelada por Mello (2019) em seus relatos. Esse esforço para a retirada do conteúdo particular local que se dá através da força popular dos que ali habitam demonstra a problemática do direito à cidade e da preservação do sentido dessa, que se deteriora pelo poder dado ao capital.

### 3 O SENTIDO DE LUGAR

De acordo com Silva (2019), os processos históricos fazem parte da construção das características mais marcantes que fazem o espaço se tornar lugar, ou então, deixar de ser. Portanto, é de suma importância entender o lugar para planejar políticas que vão ao encontro da valorização do espaço, não no sentido monetário, mas no sentido da melhoria da qualidade de vida dos habitantes e do reforço da identidade local.

Sobre as obras do geógrafo Yi-Fu Tuan, Silva (2019) destaca que o lugar é objeto de construção, que se dá por meio da sobreposição dos sentidos humanos, formando, assim, as noções espaciais. Logo, o corpo humano é a ponte do processo de construção do vínculo entre o sujeito e o lugar. Consequentemente, não há homogeneidade no modo de o perceber, visto que a experiência que se tem nele parte da vivência individual, o que pressupõe limitações como aquelas causadas por deficiências físicas ou por modos de ser.

Entretanto, a individualidade da experiência é crucial e inevitável, pois constrói um sentido maior da percepção e da representação. Sendo assim, os impactos sensoriais, sejam eles positivos ou negativos, rompem com a rigidez da desatenção imposta pelo cotidiano, acionando a memória humana aos estímulos das formas de expressão que sobressaem à rotina.

No caso dessa pesquisa, esse impacto sensorial é o ocasionado pelas manifestações pictóricas no espaço que revelam outros modos de ser, ou até mesmo pelo Fluxo, devido à aglomeração de pessoas em situação de rua, visto que, normalmente, são vistos indivíduos solitariamente dispersos pela cidade ou em formação de pequenos grupos, demonstrando como fato a tamanha vulnerabilidade social, bem como o tamanho do seu contingente.

Tuan (2013 apud SILVA, 2019) relaciona o lugar ao caráter temporal, onde a permanência é um fator decisivo da perspectiva experiencial, visto que se trata de uma forma de fixação de valores por meio das experiências. O autor ressalta que a

permanência é algo intrínseco ao convívio humano, sendo responsável pela afetividade com o meio. Consequentemente, sem sentimento, representação e estabilidade — que são resultantes da permanência —, o lugar passa a ser mera localidade. Assim, os lugares têm uma evolução constante de significados, tanto em escala individual quanto coletiva, acompanhando as nuances do imaginário popular.

Hoff e Oliveira (2019), em consonância com Secchi (2012), instituem a cidade como o epicentro das aspirações e inspirações humanas, sendo necessário olhar para os discursos e para a produção do sentido sobre a cidade, para além da sua modulação pelo desenho e pelo projeto. Os autores entendem que é no uso dos espaços que se organizam comportamentos e percursos que marcam os modos de apropriação dos lugares.

Porém estes acabam sendo remodelados pela morfologia urbana ou descaracterizados, seja por ações de políticas públicas, seja por ações do mercado imobiliário que acabam transformando os espaços da cidade em mercadoria. Essas operações urbanas que, habitualmente, objetivam a valorização de determinada área, seja abrindo ou fechando ruas, demolindo imóveis e bairros inteiros, impedindo e determinando usos, acabam por impactar de modo significativo na sociabilidade, visto que essa dinâmica resulta em desigualdade social pela valorização da terra, o que causa o deslocamento — expulsão — dos moradores da região e, consequentemente, altera o sentido de lugar.

### 3.1 Projetos Urbanos e a obliteração do sentido de lugar

As novas tecnologias e formas de circulação de fluxos — pessoas, mercadorias, capital e informações — causam a redefinição do sentido de lugar, seja de modo positivo, com o reforço do caráter local, seja de modo negativo, fragilizando-o, podendo ocorrer até a aniquilação de sua essência. Quando há a obliteração do sentido de lugar, o seu caráter passa a ser, predominantemente, recriado por capitalistas e chefes de Estado que possuem maior capacidade de influência no espaço, levando em consideração as exigências hegemônicas baseadas nas influências da dinâmica global.

Portanto, é importante reforçar o olhar sobre as formas de pensar dos sujeitos em relação ao lugar e à sua herança histórica, visto que cada indivíduo observa o lugar por uma lente, dotando-o de diferentes sentidos, funções e usos. De acordo com a narrativa escolhida para o local, este pode perder a sua posição de lugar e se tornar mera reprodução de investimentos financeiros e espaço de consumo, dando início à segregação socioespacial, posto que nem todos estão em posição de consumidor.

Essa dinâmica de recriação do espaço pela obliteração do lugar vem acompanhada de projetos injustificáveis que não se encaixam com o caráter local ou com as necessidades da área, como demonstra a matéria jornalística (figura 119) que expõe a proposta de construir o prédio mais alto do mundo na região da Cracolândia (SILVA, 2019).

Figura 119 – Matéria detectada no jornal Folha de São Paulo que expõe projeto para prédio mais alto do mundo na região da Cracolândia.

ARQUITETURA Projeto prevê edifício de 494 metros e 103 andares no centro de São Paulo

## Prédio mais alto do mundo assusta arquiteto brasileiro

ALESSANDRA BLANCO  
do Reportagem Local

Uma altura de 494 metros, 103 andares, 1,5 milhão de m<sup>2</sup> ou o equivalente a 70 quarteirões. US\$ 1,65 bilhão de investimentos.

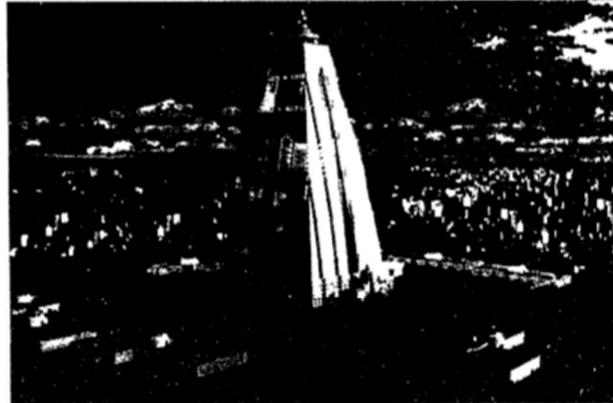
Se as proporções do prédio mais alto do mundo — um projeto conjunto da Brasinvest com o Marmarch Global Development Fund (MGDF), fundo internacional de investimentos imobiliários de Nova York — já assustam, muito mais assustados estão os arquitetos brasileiros com o impacto urbano que isso pode causar sobre o centro de São Paulo, área escolhida para receber o empreendimento.

Os investidores já informaram que estão interessados na área que envolve a "cracolândia" para também "cumprir um projeto social", que é de revitalizar o centro da cidade. Anunciaram que têm interesse na região da rua Conselheiro Lataste, rua dos Trilhos, avenida do Estado, avenida Dom Pedro 19, rua da Cantareira, entre outras, área que envolve do parque Dom Pedro II até o Brás e a Mooca.

Para liberar, entretanto, 70 quarteirões nessa região, "só contando com a desapropriação em parceria com a prefeitura", segundo Celso de Sampaio Amaral, diretor comercial do Amaral D'Ávila Engenharia de Avaliação. Ou enfrentando a especulação imobiliária que já começou na região.

Esse é só o primeiro problema da São Paulo Tower, que o diretor superintendente do Grupo Brasinvest, Luiz César de Macedo Soares, espera resolver em três meses. A construção deve começar no ano 2006 e estar pronta em 2008.

Quando isso acontecer, 30 mil pessoas vão circular por dia entre os quatro andares em que funcionará um shopping center, os dez andares que comportarão uma universidade, os 10 mil m<sup>2</sup> de es-



Projeto do edifício de 103 andares de empreendimento previsto para ser construído no centro de São Paulo

paço para exposições, os 73 mil m<sup>2</sup> para convenções, os quatro hotéis e todo o restante para flats, escritórios e apartamentos.

Para compensar tudo isso, os investidores também planejam garagens com 40 mil vagas para veículos, uma estação de metrô e um ponto de ônibus.

"Imagine o impacto que isso terá sobre a cidade. Todos os melhores projetos da arquitetura têm que o empreendimento e que deve ser adequado ao local em que ficará. Aqui é o contrário, a cidade terá de se adaptar a este prédio, um projeto já está pronto, e quase do tamanho de uma cidade e se vem com uma cara que não tem nada a ver com a arquitetura brasileira", diz o arquiteto Paulo Roberto. Para a arquiteta Isabela M...

altura do prédio é o menos importante. "Será um objeto desorganizador do centro, porque ele não olha em volta, e essa espécie de negação do resto da cidade. Isso sem falar no impacto sobre o sistema viário e sem entrar na questão da aparência, que é horrenda", disse.

Mais favorável ao projeto, os arquitetos Cândido Malta, Zsigbert Zanettini e Nadia Semekh colocam a importância de ter em São Paulo uma torre que sirva de marco para a cidade.

"É claro que é importante estar junto de um grande sistema de transporte coletivo. Mas sem fazer a grande torre em São Paulo. É algo urbanisticamente e fica bonito", disse o arquiteto Malta.

Sua a favor da revitalização do centro são os outros que têm bo-

dos os equipamentos, toda a infraestrutura. Seria saudável ter essa revitalização", afirma Nadia.

Oscar Vilhena, coordenador do Ilumid, órgão da ONU em São Paulo que trata da violência, não tem tanta certeza se a instalação desse prédio na "região da cracolândia" provocará uma revitalização.

"É preciso saber se haverá uma integração das pessoas que vivem nessa região ou se elas serão simplesmente deslocadas do local," disse.

Henry Guthrie, vice-presidente do escritório Minoru Yamasaki, de Nova York, que desenvolve o projeto, disse, por telefone, que "há um interesse em colaborar com a prefeitura para mudar moradores de rua", mas eles não estão integrados aos empreendimentos.

Fonte: Folha de São Paulo, 1999.<sup>38</sup>

De acordo com Hoff e Oliveira (2019), a imagem de uma cidade global — centros de influência internacional — desponta como objeto de desejo em diversos projetos arquitetônicos e urbanísticos. No caso do centro da cidade de São Paulo, desde 1980, o poder público, os especialistas, o mercado imobiliário e a sociedade civil se mobilizam em torno de propostas de reurbanização, tornando este espaço alvo de intensa especulação.

As tentativas de reurbanização até o início do século XXI eram pautadas em projetos culturais e na valorização do espaço público por meio de investimentos em

<sup>38</sup> Disponível em:

<[https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=14265&anchor=700180&origem=busca&originURL=&p\\_d=cf83de859821100f56ed2f796698e6fe](https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=14265&anchor=700180&origem=busca&originURL=&p_d=cf83de859821100f56ed2f796698e6fe)>. Acesso em: 05/03/2021.

restauro do patrimônio histórico e cultural e em espaços públicos significativos (HOFF e OLIVEIRA, 2019).

Nasser (2016) cita alguns desses projetos, entre eles o Pólo Luz, implantado em 1998. Com a parceria dos governos estadual e federal, o Pólo Luz foi responsável pelo restauro da Pinacoteca do Estado, da estação Júlio Prestes e da estação da Luz. Antes do projeto Nova Luz, em 2005, o modelo utilizado para atrair o capital privado para a região se alicerçava na introdução de equipamentos culturais, como a Sala São Paulo e o Museu da Língua Portuguesa, objetivando atrair novos grupos sociais para a área e, portanto, incentivando os investimentos na região. A intenção era tornar a Luz um epicentro do processo de requalificação da centralidade paulista por meio de equipamentos culturais restaurados, de modo que um novo público, bem como o capital privado, contribuiria com o processo de revalorização do centro.

Após esse período, os projetos começaram a se ancorar em discursos de sustentabilidade, inovação e tecnologia. O projeto Monumenta, implementado em 2000 e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, é um exemplo disso, porque se pautava no modelo de gestão da cidade global. Como estratégia, utilizava-se esteticamente da narrativa histórica de um tempo passado tido como referência de esplendor para gerar investimento na produção imobiliária e em um dito “futuro” que se apresentava como realidade planejada. (HOFF e OLIVEIRA, 2019).

Esses projetos passaram, gradualmente, a apontar para a revalorização imobiliária, tendo como base o investimento do capital privado, que inauguraria esse processo por meio do restauro de edifícios históricos e de investimento na infraestrutura, qualificando o ambiente que se encontrava “degradado”. Porém esses projetos foram realizados ignorando o contexto social e o sentido de lugar produzido pelos habitantes da área. (NASSER, 2016)

A matéria jornalística da Folha de São Paulo (figura 120) demonstra isso ao evidenciar os estudos por parte do poder público na área levando em conta o interesse da iniciativa privada na região que estava em vias de receber o projeto Nova Luz

**Figura 120 – Matéria detectada no jornal Folha de São Paulo evidenciando o empenho do poder público em favor do interesse do capital privado.**

## Estudo é o primeiro que o governo vai fazer para saber se terceirização da área vai interessar à iniciativa privada

**Administração vai exigir contrapartidas da empresa que vencer a licitação, como praças, escolas e centros culturais, por exemplo**

**EVANDRO SPINELLI**  
DA REPORTAGEM LOCAL

O plano urbanístico da Nova Luz, bairro que será construído na atual região da Cracolândia, no centro de SP, conterà também o primeiro estudo de viabilidade econômica do projeto.

A exigência constará do edital da licitação do plano urbanístico, que deverá ser lançado no mês que vem. Até hoje, cinco anos após o lançamento de um programa de revitalização da área, e mesmo após a Câmara Municipal ter aprovado a autorização para a prefeitura fazer a concessão urbanística da região para a iniciativa privada, a prefeitura nunca fez um estudo que apontasse que o projeto é viável economicamente.

O que a gestão do prefeito Gilberto Kassab (DEM) pretende é transferir para a iniciativa privada o direito de explorar a área pelo modelo de concessão urbanística, ainda inédito no Brasil. Por este modelo, a empresa que vencer a licitação terá o direito de desapropriar os terrenos pelo preço de hoje e lucrar com a revenda dos imóveis depois que a região estiver

valorizada. As obras da revitalização também serão bancadas, ao menos parcialmente, pela empresa.

Apesar de a prefeitura ter a convicção de que o projeto interessa à iniciativa privada, só o estudo de viabilidade econômica poderá confirmar isso.

O secretário de Desenvolvimento Urbano, Miguel Bucalem, disse que a prefeitura exigirá contrapartidas da empresa que vencer a licitação, em forma de melhorias para a área —novas praças, escolas e centros culturais, por exemplo.

Bucalem esclareceu que ainda não estão definidas quais contrapartidas serão exigidas. Isso só será estabelecido no plano urbanístico, próxima eta-



**A ideia é garantir que a prefeitura tenha alguém com competência e que o processo seja competitivo. Não imagino proibir escritório internacional. A ideia não é limitar, mas ampliar a concorrência**

**MIGUEL BUCALEM**  
secretário de Desenvolvimento Urbano

pa do processo.

Atualmente, a equipe de Bucalem trabalha na elaboração do termo de referência do plano, uma espécie de carta de intenções da prefeitura para a área. O documento descreverá as obras que o governo quer que sejam feitas na área, quais imóveis terão de ser preservados, que tipo de equipamento público (escola, posto de saúde, delegacia) a região terá, etc.

Concluído o termo de referência, a prefeitura abrirá uma concorrência pública para escolher o escritório de arquitetura que fará o plano urbanístico, que terá de contemplar, se possível, tudo o que for listado no termo de referência.

Só quando o plano urbanístico ficar pronto —dentro de aproximadamente um ano— é que finalmente será divulgado exatamente o que a prefeitura pretende para aquela região, a mais degradada do centro, e que se terá ideia exata da viabilidade econômica do projeto. E aí será aberta a licitação da concessão urbanística.

Oficialmente ninguém fala em prazos no governo, mas a expectativa é que as desapropriações de imóveis e as obras de revitalização só comecem efetivamente em 2011. Antes disso, no entanto, a prefeitura fará a reforma de calçadas em algumas ruas da região, como a Santa Ifigênia.

**Fonte: Folha de São Paulo, 2009.<sup>39</sup>**

Em vista disso, abordaremos três propostas de “revitalização” — termo erroneamente empregado pelos projetos —, a primeira na gestão de Jânio Quadros (1986-1988); a segunda intitulada “Viva o Centro”, na década de 1990; e, por fim, o projeto Nova Luz, nas gestões de José Serra (2005 - 2006) e Gilberto Kassab (2006 - 2012).

Geralmente, esses projetos se pautam em tábulas rasas — demolições em massa — que, de forma arbitrária, acabam por expulsar os moradores da região e aniquilar o sentido de lugar por meio de uma política higienista que desconsidera o fator social. Hoff e Oliveira (2019) atestam que esses projetos impostos para o centro

<sup>39</sup> Disponível em:

<<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=17926&anchor=5831189&origem=busca&originURL=&pd=051c45d5b6ebc3e630afed7c0ff98ae>>. Acesso em: 05/03/2021.

possuem uma visão preconcebida de que não há vida nesse lugar e que, por isso, ele necessita de uma “revitalização”. Ou seja, essa concepção do centro nega a vida já existente, agindo de modo a obliterar o aspecto popular da área, incorporando empreendimentos imobiliários de grandes incorporadoras para atrair novamente a classe média e alta para o local. Sendo assim, os termos reurbanização, revitalização e requalificação suscitam uma representação negativa do lugar com finalidade de passar uma imagem de local desurbanizado, desvitalizado e desqualificado, que precisa de algo novo e melhor.

De acordo com Nasser (2016), o discurso de “degradação” que paira sobre a região da Luz varia conforme programas e governos; entretanto, alguns aspectos reaparecem como justificativa, entre eles a precariedade no modo de habitar dos cortiços, pensões, barracos e ocupações presentes na região, a venda e o consumo de drogas, a prostituição, o comércio informal e as lojas populares.

As propostas de requalificação se tornam arbitrárias ao pretender alterar os sentidos e a forma de apropriação do lugar, deslocando e coibindo toda a massa popular da região, em especial os moradores de rua, o que pode ser verificado em matéria jornalística detectada na Folha de São Paulo (figura 121), que revela o modo “sutil”, porém impiedoso, utilizado para afastar essa população vulnerabilizada, retirando o seu principal meio de sustento: a reciclagem.



Fonte: Folha de São Paulo, 2009.<sup>40</sup>

<sup>40</sup> Disponível em:

<<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=18082&anchor=5769732&origem=busca&originURL=&pd=d7ac0edcbd20140c8de87751420062fd>>. Acesso em: 17/03/2021.

As requalificações em detrimento das classes populares, de modo hegemônico e higienista, promovem intervenções que resultam no apagamento dessas populações que historicamente se encontram na região. O que tem se apresentado nos planos urbanísticos para a região central de São Paulo, especialmente nas últimas décadas, é a tentativa de supressão total do conteúdo originário do lugar, muitas vezes com base em medidas tecnocráticas ou uma visão puramente científica, que ignora as dinâmicas locais e promove a obliteração de aspectos simbólicos próprios da região.

### 3.1.1 Jânio Quadros

Durante a década de 1980, já havia indícios de tentativas da retomada do centro que, cada vez mais, se popularizava. De acordo com Coppola (2017), no primeiro ano de gestão do então prefeito de São Paulo, Jânio Quadros (1986 – 1988), filiado ao PTB, a região de Santa Ifigênia e Campos Elíseos recebeu um audacioso projeto de tábula rasa. Pautados no discurso da degradação, antigos prédios da região foram avaliados pela prefeitura e os que se enquadrassem dentro de um critério considerado “pernicioso” seriam demolidos.

Seto e Amâncio (2019) expõem que, com a proposta, pretendia-se que a iniciativa privada custeasse as desapropriações dos edifícios a serem demolidos, os quais, em suma, se tratavam de cortiços. Em troca, receberiam a permissão do poder público para construir escritórios e apartamentos para a classe média em um coeficiente de aproveitamento acima do permitido para a área.

O projeto, de cunho higienista visto a obliteração da camada social local em favor da classe média, foi frustrado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, que, embora tenha sido escolhido pelo prefeito, não se interessou pelo projeto. Semelhantemente, o projeto foi impedido pelo governo estadual, sob gestão de Franco Montoro (PMDB) que, como medida de contenção, abriu o processo de tombamento dos bairros que a reurbanização visava atingir, inviabilizando a renovação urbana e suscitando a revolta do prefeito, que ameaçou recorrer à justiça. Classificando o processo aberto pelo Condephaat como “inacreditável”, Jânio Quadros criticou a ação, afirmando não saber “como pardieiros e cortiços com vários andares possuam interesse histórico” em matéria jornalística veiculada pelo O Estado de São Paulo:

Trace os planos de reurbanização e conserve os imóveis ocupados, por prostitutas, em muitos casos, ou homossexuais, como ilhas nas avenidas que devem ser rasgadas.” E pede que os projetos de reurbanização dos rios Tietê, Pinheiros e Tamanduateí sejam apressados “antes que as margens sórdidas sejam tombadas também.” [...] “Não sei por que — conclui — as autoridades que defendem a história não viajam até Londres, Paris ou Nova York. Que graça existiria em Oxford e Regent Street, Quinta Avenida ou no bulevar, se os pardieiros dos séculos II até o XIX permanecessem de pé? (PREFEITURA..., 1986, p. 50).

A postura de Jânio Quadros deixa claro que a reurbanização se pautava em uma questão higienista que pretendia remover as camadas populares, especialmente certos setores estigmatizados que foram se estabelecendo na centralidade de uma das maiores metrópoles da América Latina. Apesar de frustrado o projeto, a vontade da retomada do centro pelas classes de dominação continuou a existir na década subsequente.

### 3.1.2 Viva o Centro

O cenário que despontava no centro de São Paulo durante a década de 1990, como evidenciado por Frúgoli Jr. (2000), foi decorrente do êxodo e da implantação de importantes instituições dos setores do capital financeiro em outras localidades da cidade, bem como da evasão de moradores de classe média, que causou a substituição dos tipos de serviços e comércios por outro, mais popular que, segundo Jule Barreto<sup>41</sup>, se caracterizava como um “tipo de comércio menos qualificado, um tipo de atividade mais predatória”, com a instalação de comércios de rua e/ou clandestinos, sem perder, no entanto, a vitalidade da região. Enquanto isso, a sociedade civil se organizava para dar apoio a certas ações do setor público, fazendo pressão para que os seus interesses fossem atendidos.

Uma das respostas à problemática que vinha se agravando desde 1960 foi a “revitalização” da região da Luz por parte da Secretaria de Cultura do Estado, com o projeto Luz Cultural, ancorado na reabilitação e na integração de diversas instituições culturais existentes na área. Emerge nessas circunstâncias, em 1991, como medida de requalificação da centralidade paulistana, a Associação Viva o Centro — Sociedade Pró-Revalorização do Centro de São Paulo —, uma organização que

---

<sup>41</sup> Entrevista do então editor executivo do Informe Viva o Centro e editor especial da Urbs, concedida à Frúgoli Jr. (2000, p.70).

buscou vincular os donos de imóveis localizados em regiões degradadas ou em processo de degradação, com os interesses mais amplos para a área, de modo que situações de declínio, abandono e ameaça urbana fossem revertidas, atuando como interlocutor entre o poder público e demais instituições da sociedade, em prol de projetos de revalorização do Centro (FRÚGOLI JR., 2000).

Por meio de estudos do corpo técnico, que buscava estabelecer um diagnóstico das problemáticas presentes no Centro a fim de saná-las, foram elencadas as principais motivações da organização. O discurso de uma requalificação para essa zona que, segundo os relatórios, encontrava-se em estado de deterioração, mas que ainda gozava de boa infraestrutura, era constantemente divulgado em seu aspecto negativo pela mídia, questão que a Viva o Centro procurou reverter. Boletins semanais eram elaborados, a fim de levantar os novos temas da associação e da requalificação.

No entanto Frúgoli Jr. (2000) evidencia que é necessário compreender o tipo de conhecimento produzido e a ação promovida a partir dele, pois esse conhecimento é o que pode realmente vir a contribuir para a melhoria do Centro, mas que, contraditoriamente, também é capaz de se tornar argumento de um discurso ideológico. A associação defendia as habitações voltadas para as classes populares, mas ditava uma espécie de usufruidor “ideal” da centralidade, como declara Regina Meyer<sup>42</sup>. A arquiteta, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e assessora da Viva o Centro relata que “o Centro poderá ser um bairro popular, não de pobre, mas popular”.

Durante a sua atuação, a associação teve outras posturas questionáveis sobre a presença da população pobre no centro, propondo a reorganização dos fluxos e a circulação de tráfego de modo que a permanência de certos extratos sociais na centralidade paulistana fosse reduzida, ocupando somente espaços residuais e restringindo a forma voluntária de ocupação da cidade. Um entrevistado por Frúgoli Jr., expressando a sua opinião contrária à presença de população de passagem no centro, deu o seguinte depoimento:

---

<sup>42</sup> Entrevista concedida a Frúgoli Jr. (2000, p. 85).

O Centro não tem a população que se imagina. [...] é uma servidão de passagem para sistemas de transportes idiotas, no qual virou ponto final de todos os sistemas de ônibus. Então, aquela gente que passa no Centro, para ir de um lado para o outro pegar condução, aquela massa popular que até é geradora de camelôs e interesses, não tem nada a ver com o Centro. O popular do Centro é o que está prejudicado por isso aí, que é o bancário, o comerciário, que é o funcionário público. Esse sim temos que respeitar... (FRÚGOLI JR., 2000, p. 86).

Como é possível notar, por mais bem-intencionadas que pudessem parecer as atividades do Viva o Centro, por trás dos seus propósitos, existia ainda uma tentativa de limpeza da localidade, muito presente, inclusive, nos discursos de moradores locais:

O que deve acontecer no nosso Centro aqui em São Paulo, na minha opinião, é faxina, é limpeza, depois sim, para vir algum construtor que tenha o maior interesse em construir aqui uma grande torre, um grande prédio, um grande shopping no Centro, mas como é que a gente vai trazer um convidado pra cá, se a gente tem vergonha de trazer um convidado dentro do nosso escritório? Eu tenho vergonha! (palmas) (FRÚGOLI JR., 2000, p. 93).

Em matérias jornalísticas contemporâneas sobre as ações do Viva o Centro (figura 122), em consonância com o discurso dos moradores locais, é possível detectar a dinâmica de limpeza que ocorria na região.

Figura 122 – Matéria jornalística veiculada pela Folha de São Paulo tratando sobre o projeto de “limpeza” do Centro.

## ‘Limpeza’ é parte de projeto para o centro

DA REPORTAGEM LOCAL

A repressão policial na cracolândia, território no centro de São Paulo que já foi dominado por traficantes e usuários de crack, não é só uma questão de vontade política do secretário de Estado da Segurança Pública, Marco Vinício Petrelluzzi, como informou o delegado Ubiracy Pires da Silva, do Denarc (Departamento de Investigações sobre Narcóticos).

Do seu gabinete, no primeiro andar do Complexo Cultural Júlio Prestes — resultado da reforma integral da antiga estação Júlio Prestes, construída em 1938 —, o secretário de Estado da Cultura, Marcos Mendonça, idealiza uma nova caça para a região central. Pelo projeto, não haveria espaço para os viciados em crack nem para as prostitutas que atuam nas imediações da estação da Luz. “Está acontecendo uma ação

conjunta das duas secretarias para livrar o centro da cracolândia. A Secretaria da Segurança entrará com a repressão policial, e nós estamos trabalhando em projetos que mudam o perfil do público que frequenta o centro”, afirma Mendonça. “A mudança de interesse econômico transfere naturalmente essas pessoas (viciados e prostitutas) para outros locais.” Os projetos são muitos. O prédio do antigo Dops vai virar um

centro cultural. A obra, orçada em R\$ 9 milhões, está prevista para começar no início de 2001.

### Projetos

O Banco do Brasil já se comprometeu a inaugurar um centro cultural na área central, como o que existe no Rio de Janeiro. A agência dos correios, no vale do Anhangabaú, também está desativada para abrigar um centro cultural. O Centro Cultural dos Correios

deveria ficar pronto até 2002, mas até agora não saiu do papel. O investimento estimado é de R\$ 25 milhões, e o IAB (Instituto dos Arquitetos do Brasil) já enviou carta à Presidência da República, cobrando a reforma.

O secretário Marcos Mendonça quer ainda transformar a avenida São João numa “réplica da Broadway”, de Nova York. Os dez velhos cinemas ao longo da avenida seriam convertidos em grandes

teatros para musicais. O projeto ainda está em fase de estudo.

Outra iniciativa é a recuperação da estação da Luz, que preservaria a característica de estação de trem e ganharia uma reforma geral.

A verba está sendo negociada com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), por meio do Projeto Monumenta, que financia projetos de recuperação de monumentos históricos em todo o país. (KARLA MONTEIRO)

Fonte: Folha de São Paulo, 2000.<sup>43</sup>

É possível notar, portanto, a existência do desejo, por parte dos moradores, de uma reurbanização excludente que levaria ao processo de gentrificação do centro. Embora a associação tenha esmorecido com o passar do tempo, a vontade de promover um urbanismo higienista permaneceu. No novo milênio, no entanto, grande parte da população que almejava essa “renovação” urbana se viu ameaçada por ela.

<sup>43</sup> Disponível em:

<<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=14727&keyword=limpeza&anchor=709092&origem=busca&originURL=&pd=5219d4c375e37402d6efb9066ac2aeb2>>. Acesso em: 05/03/2021.

### 3.1.3 Nova Luz

A “Requalificação Urbana Nova Luz”, segundo Corrêa (2015), foi considerada, entre os anos de 2005 e 2013 (período de gestão de José Serra e Gilberto Kassab), como uma grande “redenção” para a área de 40 quarteirões no perímetro do bairro Santa Ifigênia. Esse espaço, anteriormente denominado de “Cracolândia”, passou a ser midiaticamente veiculado como “Nova Luz”. Hoff e Oliveira (2019) mencionam que o projeto pensava a sua imagem com uma narrativa projetada para o futuro, mais precisamente para 2025. As justificativas e argumentações em que o projeto era baseado partiam majoritariamente de dados e estatísticas realizadas pela prefeitura e pelo governo federal. A reurbanização atingiria quase todo o perímetro do bairro (figura 123).

Figura 123 – Vista aérea da área de intervenção.



Fonte: Prefeitura de São Paulo, 2011.<sup>44</sup>

Devido à infraestrutura de que era dotada e à sua localização, a região era considerada uma área em potencial para a requalificação do ponto de vista social, econômico e ambiental. Porém, de acordo com Hoff e Oliveira (2019), não havia qualquer indício de viabilidade e de estudo do caráter local por parte do projeto. Por meio de Concessão Urbanística, visava-se a demolição em massa de edificações não protegidas por lei e que não suscitavam o interesse imobiliário, bem como a expulsão da população indesejada e a remoção dos moradores em condição de rua pertencentes à Cracolândia.

Observa-se, no mapa “Imóveis sujeitos à Concessão” (figura 124), a presença da demarcação “a renovar” em grande parcela dos edifícios que ali se encontravam, porém o termo renovar é um eufemismo, posto que, nesse sentido, era sinônimo de demolir. Essa ação desencadearia um grande impacto social e ambiental, além de

<sup>44</sup> Disponível em: <<https://docplayer.com.br/amp/4761628-Sp-urbanismo-nova-luz-projeto-urbanisticoconsolidado.html>>. Acesso em: 30/03/2021.

identitário, pela supressão do sentido de lugar e pela expulsão dos habitantes que davam coesão e vida ao bairro.

**Figura 124 – Mapa dos imóveis sujeitos a demolição e intervenção.  
Imóveis sujeitos à Concessão (incluindo protegidos pelo patrimônio)**



Fonte: Prefeitura de São Paulo, 2011.<sup>45</sup>

No projeto, os espaços vazios formados seriam substituídos por novas edificações e por modelos urbanísticos importados de outras localidades como demonstra a matéria jornalística da Folha de São Paulo (figura 125) e o mapa de implantação proposto pela prefeitura (figura 126).

<sup>45</sup> Disponível em: <<https://docplayer.com.br/amp/4761628-Sp-urbanismo-nova-luz-projeto-urbanisticoconsolidado.html>>. Acesso em: 30/03/ 2021.

Figura 125 – Matéria jornalística veiculada pela Folha de São Paulo demonstrando a inspiração em projetos internacionais como a Rambla de Barcelona e o parque no Bryant em Nova Iorque.



Figura 126 – Esquema demonstrando proposta de intervenção.



<sup>46</sup> Disponível em:

<<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=18481&anchor=5572493&origem=busca&originURL=&pd=798faaa75ab6b5f7b3b6910a4ac76545>>. Acesso em: 17/03/2021.

<sup>47</sup> Disponível em: <<https://docplayer.com.br/amp/4761628-Sp-urbanismo-nova-luz-projeto-urbanisticoconsolidado.html>>. Acesso em: 30/03/2021.

A permanência das moradias ocupadas na área do Projeto Nova Luz era uma macrodiretriz importante para o seu sucesso, evitando a vacância noturna e a vivência de conteúdo tido como pernicioso. A existência de áreas destinadas à Habitação de Interesse Social no perímetro de intervenção definido pelo Plano Diretor Estratégico era um empenho para barrar a possível gentrificação em face à melhoria urbana (SÃO PAULO, 2010).

Desse modo, mesmo com a elevação do custo da terra, a população que ali residia e que seria impactada pela melhoria urbana teria condição de permanência. O programa Nova Luz mencionava o financiamento e a construção de novas unidades habitacionais, mas o que estava por trás dessa fala, que claramente levava ao pensamento de que seriam unidades de habitação de interesse social, era a produção de moradia para a média e alta camadas sociais:

Enquanto a promessa de valorização especulativa é justificada como a única maneira de viabilizar o projeto, já que o mercado imobiliário em São Paulo opera dessa forma, a quase certa expulsão dos atuais moradores com essa mesma valorização é escamoteada. Em nenhum momento o projeto levanta a questão de que a Zeis não tem como garantir a permanência da população de baixa renda. O projeto esconde exatamente o ponto que seria revelador de sua falta de sentido público (CORRÊA, 2015, p. 60).

É possível ver o alinhamento de São Paulo ao conceito de “cidade global”, que, segundo Mendes (2020), é caracterizada pela desigualdade socioeconômica, pela gentrificação e pela especulação imobiliária, de modo que a parcela mais abastada da sociedade — ínfima, se comparada às demais camadas sociais — possui o direito à cidade, em detrimento das outras. Entretanto, na narrativa do poder público, destacava-se o compromisso com a questão social que, na verdade, era ignorada.

[...] o Projeto Nova Luz inicia a discussão de um novo modelo de intervenção, baseado na Lei de Concessão Urbanística (Lei n. °14.917/2009). Esta iniciativa visa à realização de uma renovação urbana capaz de construir uma cidade social e ambientalmente integrada, que atenda às demandas da economia do novo século, voltadas para a sustentabilidade e mudanças climáticas (SÃO PAULO, 2010, p. 27).

Ou seja, no projeto, eram empregados conceitos que remetiam à mitigação de problemas socioambientais, mas esses conceitos eram utilizados por marketing. Na realidade, o projeto enxergava a cidade como uma “mercadoria”, e o resultado dessa operação era o “urbanismo de espetáculo”.

O projeto que “importava” modelos de realidades diferentes para implantar no bairro de Santa Ifigênia e arredores se utilizava dos grandes equipamentos culturais e monumentos de caráter excepcional, com o intuito de a área se transformar em uma nova centralidade econômica e turística, objetivando atrair o capital financeiro internacional. Durante as especulações do projeto Nova Luz, a região se valorizou mais do que áreas nobres consolidadas da cidade de São Paulo (figura 127).

**Figura 127 – Matéria jornalística veiculada pela Folha de São Paulo sobre supervalorização da área.**

# Região da cracolândia supera Paulista no IPTU

Nos cálculos da Prefeitura de São Paulo que serão usados como base para o aumento do IPTU, a região da cracolândia se valorizou mais que avenidas-símbolo da cidade, como a Paulista e a Brigadeiro Faria Lima.

O projeto do prefeito Gilberto Kassab (DEM) propõe que o valor dos imóveis na cracolândia aumente até 165%. Na Paulista, a valorização proposta é de 4% na maioria dos casos. Na Faria Lima, de 21%. **Pág. Esp. C1**

**Fonte: Folha de São Paulo, 2009.<sup>48</sup>**

No mesmo ano em que foram divulgados os estudos do mapa “Índice Paulista de Vulnerabilidade Social” (figura 11), que classificou a área como sendo de baixa ou muito baixa vulnerabilidade, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, ao estabelecer as estratégias de sustentabilidade para o projeto Nova Luz, alterou o critério e a caracterizou como de alta vulnerabilidade:

A estratégia de sustentabilidade desenhada para o Projeto Nova Luz foi desenvolvida em resposta a problemas sociais e ambientais críticos identificados como: alto índice de emissão de carbono, decorrente da queima

<sup>48</sup> Disponível em:

<<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=18091&anchor=5827355&origem=busca&originURL=&pd=db4fb17fa15959958817600ca8c5b441>>. Acesso em: 17/03/2021.

de combustíveis fósseis, principalmente por veículos automotores; baixo índice de uso de energias de fontes renováveis; elevado consumo de água potável; baixa qualidade do ar; altos índices de ruído; ocorrência de alagamentos pontuais; baixo índice de reciclagem dos resíduos sólidos domésticos, de demolição ou da construção civil; escassez de áreas verdes e arborização urbana; elevado consumo energético; baixo acesso a serviços sociais de qualidade; e alta vulnerabilidade social (SÃO PAULO, 2010, p. 33).

Vale ressaltar que, mesmo antes de uma aprovação definitiva da Concessão Urbana, as edificações já haviam sido demarcadas e interditadas pela subprefeitura da Sé, e se iniciou o processo de demolição (figuras 128 e 129). Esse processo era nebuloso para os residentes desses edifícios, pois muito pouco se sabia sobre como ficaria o porvir dessa população.

**Figura 128 – Matéria jornalística veiculada pela Folha de São Paulo evidenciando as demolições que aconteceram na região.**

## Demolições na região da cracolândia recomeçarão amanhã

Prefeitura autorizou destruição de seis imóveis na rua dos Gusmões para dar lugar a conjunto residencial, cujas obras ainda não têm data para ter início

DAREPORTAGEM/LOCAL

Começa amanhã uma nova fase de demolições na cracolândia. A prefeitura concedeu na sexta-feira autorização para a demolição de seis imóveis na rua dos Gusmões na quadra onde será construído um conjunto habitacional.

As primeiras demolições de prédios desapropriados começaram em 2007, na rua Gal. Couto de Magalhães, onde está prevista a construção da nova sede da Prodam (empresa municipal de tecnologia da informação). Até hoje, nada foi feito.

As demolições na rua dos Gusmões têm prazo de 30 dias para serem concluídas, mas as obras do novo conjunto habitacional ainda não se sabe quando vão começar.

Segundo o secretário das Subprefeituras, Andrea Matarazzo, prefeitura e CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano) vão discutir como as unidades habitacionais serão integradas ao projeto urbanístico que será elaborado para a região.

Inicialmente estava prevista a construção de dois conjuntos com 150 apartamentos populares. Na área que começa a ser

demolido amanhã, estavam previstos 75 apartamentos.

### Burocracia

Mas, a prefeitura iniciou o processo de licitação para contratar um escritório de arquitetura que fará o projeto urbanístico do bairro para, só depois, fazer nova licitação que escolherá a empresa que assumirá a concessão da área.

É um processo longo e burocrático. Tanto que, com boa vontade, é de se esperar que obras de revitalização propriamente ditas só comecem mesmo em 2011.

O projeto urbanístico vai definir os critérios para a revitalização do bairro —alturas dos edifícios, localização das praças, áreas residenciais e comerciais, etc. Por isso é que, segundo Matarazzo, as obras não começarão imediatamente.

A aprovação dos projetos dos prédios da CDHU já foi um tanto confusa. O Compresp (conselho municipal do patrimônio histórico) chegou a barrar o projeto alegando que a altura estabelecida pela companhia estava em desacordo com as normas da região.

A CDHU recorreu e, num segundo momento, o Compresp

liberou a obra. Mas isso atrasou a aprovação do projeto e, no fim, também atrasou o início da obra, que não tem mais data para começar. Também contribuiu para a demora a dificuldade da prefeitura em obter a posse dos imóveis desapropriados.

Rebatizada de Nova Luz pela prefeitura, desde meados deste mês, policiais, assistentes sociais e agentes de saúde fazem uma operação na região para tentar diminuir a ocupação dos chamados "crackeiros". Órgãos da prefeitura também participam fechando hotéis e pensões ocupadas por viciados.

Matarazzo acredita que a retomada das demolições pode ajudar a melhorar o aspecto da região. "É mais um avanço, isso vai arrumando a área."

A revitalização propriamente dita, no entanto, só vai começar com a concessão urbanística do bairro. Por este instrumento, a prefeitura passará para a iniciativa privada o direito de desapropriar os imóveis para, posteriormente, lucrar com a revenda dos prédios revitalizados. Em troca, a empresa terá de fazer tudo o que for previsto no projeto urbanístico, inclusive escolas e postos de saúde.

(EVANDRO SPINELLI)



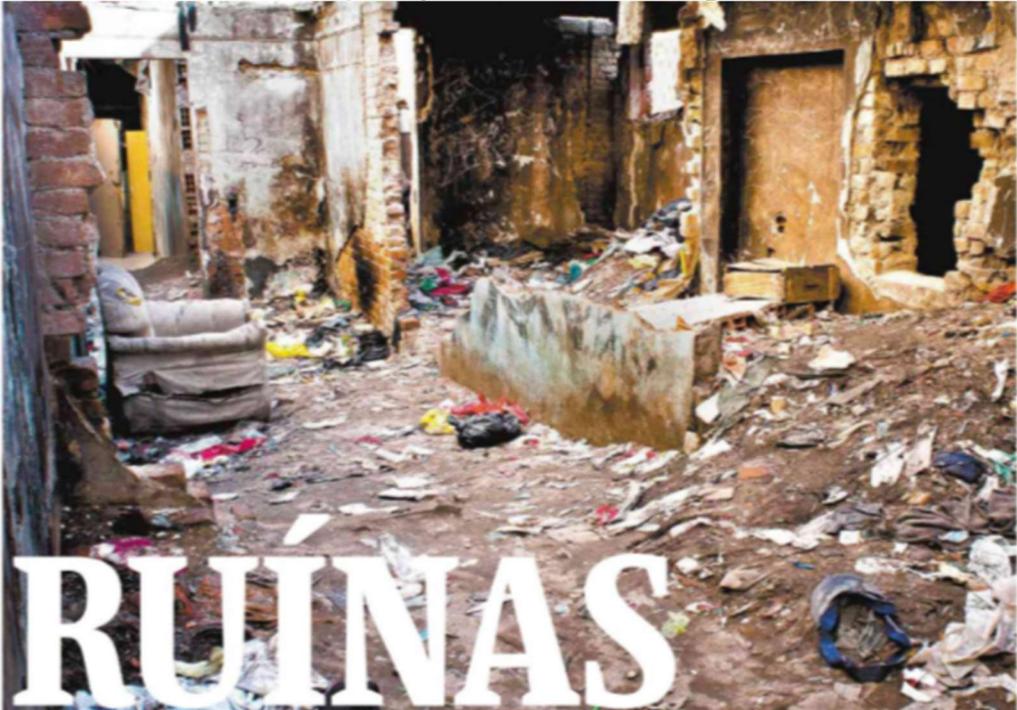
Policia militar aborda dois homens durante operação na cracolândia, região central da cidade

Fonte: Folha de São Paulo, 2009.<sup>49</sup>

<sup>49</sup> Disponível em:

<<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=17982&anchor=5558123&origem=busca&originURL=&pd=c241494d7e01b9ea6c3abf88453b76a1>>. Acesso em: 05/03/2021.

Figura 129 – Matéria jornalística veiculada pela Folha de São Paulo evidenciando as demolições que aconteceram na região.



**RUÍNAS**

**do crack**  
**Escombros que eram habitados por usuários da droga revelam traços de paixão e vida familiar**

**RAPHAEL SAUSAKI**  
 COLABORADOR PARA A FOLHA

Objetos pessoais e frases escritas nas paredes dos prédios degradados que eram habitados por usuários de crack servem de registro do cotidiano na região da crackolândia, centro de SP.

O local é um conjunto do que sobrou das moradias que antes ocupavam a área. Escombros com vários recintos que até terça-feira eram usados como quartos — quase uma vila do crack.

As ruínas ocupam quase um quarteirão inteiro entre a rua Helvécia e as avenidas Dino Bueno e Cleveland.

Foi lá que a Polícia Militar retirou usuários de crack no início da operação.

Dentro da "vila", uma grossa superfície de liso em decomposição chega a formar muros de estufo com mais de um metro de altura, cheirando a urina e fezes. Na entrada, os visitantes são saudados: "bem-vindos à Vila do Magreense". Não há referência ao que isso significa.

Na parede, há uma frase de Shakespeare (1564-1616): "O mundo é um palco".

Há também menção nas paredes da crackolândia. "Alô, você é um canalha, mas é o homem que conquistou meu coração". Ao lado da frase, uma fotografia de dois amantes na parede idealiza um romance perfeito.

Em outro quarto, as palavras paz, amor e Deus, grafadas dentro de um coração.

Na entrada do cortiço, livros natalinos feitos com cabos de vassoura e botas de plástico improvisam uma comemoração recente.

Embora, uma oração anônima escrita em bela caligrafia agradece a sorte: "Mais um dia nascera e com a bondade de Deus estamos vivos".

**FOLHA.COM**  
 Veja como é o local  
[folha.com.br/1230006](https://www.folha.com.br/1230006)

**Limpeza é feita em local usado para consumo de crack.**

Fonte: Folha de São Paulo, 2012.<sup>50</sup>

Porém, depois de muitos impasses que contestavam a viabilidade do projeto e por causa do levante popular que reivindicou o seu direito à cidade, o então prefeito de São Paulo Fernando Haddad decidiu abandonar o projeto que, de acordo com Genghini (2013), foi suspenso pelo Poder Judiciário pelo fato de haver atraso na

<sup>50</sup> Disponível em:

<<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19000&anchor=5741360&origem=busca&originURL=&pd=b1420edf59b2ba32bbcbc0b41f3561df>>. Acesso em: 09/03/2022.

formação de conselhos populares e a falta da incorporação de propostas por parte dos moradores no projeto.

O interesse imobiliário também foi afetado, principalmente pelo fato de que grande parte dessa área deveria ser de interesse social, a fim de mitigar a expulsão de moradores locais, o que diminuiria a margem de lucro sobre os investimentos na região.

## CONCLUSÃO

Ao longo do texto, foram construídas as conclusões e, nesse ponto final, resta a síntese das temáticas abordadas e pontuais observações. A presente pesquisa não pretende fazer apologia a um modo de vida precário; pretende apenas analisar o lugar para além da visão maniqueísta impregnada na perspectiva do senso comum.

No início deste trabalho, conceituamos os termos “espaço”, “lugar” e “território”, dos quais partimos para entender a localidade onde se situa a região da Luz e como ela é identificada dentro do ideário popular que engloba os bairros Bom Retiro, Campos Elíseos, Luz e Santa Ifigênia, assim como a Cracolândia e a Boca do Lixo, revelando a disputa desse lugar simbólico da cidade que se encontra degradado.

Conforme o ideário popular, abordamos o território da Cracolândia que, apesar de ser considerada a mais famosa concentração de pessoas em vulnerabilidade social no país — que têm a característica de serem facilmente detectáveis por se reunirem em espaços públicos —, foi invisibilizada pelo Índice Paulista de Vulnerabilidade Social. Outro aspecto identificado foi o ato de dispersão dos atores do Fluxo pela polícia militar. Embora a separação desses indivíduos crie a ilusão do aniquilamento da Cracolândia, a problemática do uso de drogas e de pessoas em situação de rua continua sem solução.

Pela análise do processo urbano que conformou a cidade de São Paulo como metrópole, foi possível observar como se deram as brechas urbanas que atraíram as classes populares para a região central, assim como esclarecer que a narrativa de degradação não é resultado do estabelecimento dessa classe social na área, mas do abandono do poder público e do desinteresse dos detentores do capital em investir no local.

Ao tratar sobre a região e o bairro da Luz, demonstrou-se que tanto o caminho que ligava a localidade ao centro histórico — existente desde os primórdios da vila — como a ferrovia durante o século XIX moldaram o ideário que se estende até a contemporaneidade, tornando-se o epicentro do entendimento sobre a região que,

apesar de englobar outros bairros — Bom Retiro, Campos Elíseos e Santa Ifigênia — , é conhecida como Luz.

Por meio do desenvolvimento dos bairros, constata-se, na gênese de Santa Ifigênia, a ocupação pelos pobres. Pode-se supor que, na origem de Piratininga, em razão do desinteresse da elite, o local de água impotável se tornou atrativo para o estabelecimento de escravos fugidos, fato comprovado pelo topônimo da santa de culto exclusivo dos negros. Foi possível constatar, também, que o estigma dirigido à classe popular se transfere para o lugar que ela habita, visto que, pela presença desse corpo estigmatizado, foram sucessivamente depositadas camadas de significados no lugar, frutos do preconceito e discriminação da sociedade sobre a população em situação de vulnerabilidade social.

Entretanto, o advento da ferrovia inverteu essa forma de ocupação, atraindo as famílias abastadas para a região e convertendo o acanhado assentamento em um muito mais expressivo. Ainda havia, no entanto, o estabelecimento das classes populares na área pela implantação dos cortiços, mas esses possuíam o seu lugar: os locais alagadiços do bairro. Nesse contexto, constituiu-se o bairro dos Campos Elíseos, o primeiro bairro projetado para a aristocracia paulista em área contígua ao bairro de Santa Ifigênia.

Enquanto os Campos Elíseos eram associados à famosa avenida parisiense e ao paraíso mitológico grego, Santa Ifigênia recebia apelidos pejorativos ligados à sujeira e ao pecado, como “Cisqueiro”, “Boca do Lixo” e “Quadrilátero do Pecado”. Observa-se, então, a distinção de tratamento dado a esse lugar caracterizado pelo baixo meretrício e pela marginalidade, visto que a Boca do Luxo apresentava a mesma dinâmica da Boca do Lixo, mas era voltada a um público de maior poder aquisitivo e, por isso, não aparecia nos jornais e nem era pauta policial. Pode-se inferir que o início da prática do meretrício que caracterizou a região como o demonstrado na pesquisa por meio das evidências históricas advém da extrema pobreza, da falta de direitos e do desamparo das mulheres, que acabavam por recorrer à prática para sobreviver.

O cinema tido como marginal, que recebeu a mesma denominação da localidade em que estava inserido, ao incorporar em seus filmes a dinâmica local e, ainda, empregar os habitantes como atores, concebeu uma grande marca de identidade do lugar que reverbera até a atualidade, ressignificando o apelido pejorativo em sinônimo de orgulho.

Ao abordarmos sobre o direito de permanência e o direito à cidade, foi exposto que o indivíduo tem se pautado em questões individuais que são fruto da sociedade de consumo, relegando as questões sociais, a apreensão e a experiência no mundo. Esses direitos são de usufruto equitativo, ou seja, se estendem a todos, sem distinção, cabendo ao Estado o papel de assegurar os direitos basilares dos indivíduos. Porém o que se percebe é que esses direitos não são assegurados a todos, tornando-se objeto de luta tanto na conquista quanto na manutenção.

Essa condição é ainda mais alarmante do ponto de vista da população em situação de rua, que passa a lutar pelo direito de viver e de ser entendida como ser humano e, portanto, cidadão. Tendo como raiz o racismo estrutural resultado de séculos de escravidão, a parcela majoritária dessa população é negra. Os estigmas atribuídos a esses indivíduos os desumanizam e descaracterizam a sua própria percepção de si, transferindo a culpa pela condição de extrema miséria e precariedade para quem, na verdade, é vítima dela.

O ato de morar na rua é, geralmente, abordado de um modo simplista, porém não o é. Não se trata somente de ter ou não moradia, mas de uma questão psicológica, visto que na rua se dá a reconstrução dos laços fundamentais da vida que foram rompidos. A coesão social faz parte do ato de habitar, assim como ter uma “casa”, visto que as moradias improvisadas já são entendidas como tal.

Ao conceituar o termo cultura, instituímos que esse seria um saber da coletividade que é transmitido como herança de comportamentos, crenças e conhecimentos, abrigando o conjunto de diferenças e trocas. Mas, indo ao encontro do indivíduo, a cultura expressaria as verdades mais íntimas do ser humano pelo

aflorar de sentidos, desejos, instintos e anseios, em que tudo que o ser humano faz e produz é cultura, ou seja, o próprio ato de existir pelo seu modo de ser é uma cultura.

Desse modo, entramos na cultura de baixo, isto é, nas manifestações produzidas pelos ilegítimos — os que escapam às regras rígidas supressoras da verdadeira liberdade. Tentou-se, por meio da apresentação das manifestações pictóricas presentes no local, demonstrar a expressão da população sobre esse território, principalmente a das pessoas em situação de rua, cuja situação de vida e a invisibilidade a qual estão condicionadas encontra na pichação um modo de se manifestar, visto que se trata do meio mais básico de expressão, dado o exemplo das pinturas rupestres. Os significados dessas manifestações não foram abordados em decorrência da curta duração do mestrado frente à profunda investigação que seria necessária, porém é um apontamento para uma pesquisa futura de análise das inscrições e imagens.

A pesquisa de campo foi reveladora, no sentido de percepção da atmosfera dos bairros, porém o que se destacava era a tensão em torno da operação policial em curso. Embora a dispersão da Cracolândia tenha facilitado o acesso à área em que se situava, os vestígios nas paredes que se diferenciavam dos demais pela sua quantidade e disposição — amontoados em frenesi — demonstravam a sua passagem por ali. Como não foi possível realizar entrevistas para entender as diferentes narrativas sobre a região — devido às limitações impostas pela pandemia da Covid-19 —, a investigação tentou, por meio do artista Índio Badaróss, dos poemas de Daniel Mello e do samba composto pelo Cordão da Mentira, revelar perspectivas sobre a região.

Por fim, abordamos o sentido de lugar e a sua obliteração intencionada pelos projetos urbanos. Por meio das narrativas desses projetos, podemos notar o estigma em relação às classes populares, bem como a tentativa de engendrar o “novo”, limpando o lugar de sua relação com a preexistência em favor do capital. As propostas de Jânio Quadros, da Associação Viva o Centro e da Requalificação Urbana Nova Luz ignoram o fator social da região ao não apresentar planos que vão de encontro às necessidades da população em vulnerabilidade social que tampouco é consultada.

Com isso, conclui-se que, pelo acúmulo de significados de conteúdo negativo, é possível articular esse lugar ao conceito de espaço de memórias tidas como marginal ou difíceis. Embora esses significados sejam pejorativos, são apropriados pelos habitantes locais e se tornam sinônimo de identidade e, no caso da Boca do Lixo, de orgulho.

As sucessivas tentativas de reurbanização munidas do discurso em favor do social continuam a reproduzir a exclusão, escolhendo uma ideia de cidade a ser exposta, seja por um novo nome — no caso da requalificação urbana Nova Luz — ou por novos edifícios, mas sempre por uma população “ideal”, negando o que é original do lugar e o direito à cidade. Projetos de tábula rasa, modelos importados e a privação de ser enquanto ser no mundo não são capazes de solucionar os problemas urbanos, que continuarão a se evidenciar neste e em outros locais da cidade.

O fenômeno manifestado na Cracolândia pode ser entendido com uma pista entre o sentido de lugar e a sua relação com fator social. Apesar da dispersão do Fluxo resultar em um desvanecimento momentâneo do território, este se refaz por meio da reunião de seus semelhantes, reconstituindo o sentido de lugar. Ou seja, o território da Cracolândia não é um espaço em si, mas a reunião de seus atores em determinado lugar. Mesmo que suprimido, o fenômeno ressurgue como fato, demonstrando sinais de autenticidade. Do mesmo modo, pode ser entendida a essência que se tenta preterir na região. O sentido de lugar está nos que nele vivem e que por ele são afetados. Esses seres humanos, ao continuarem reunidos, preservam o imaginário que se tenta olvidar.

O estudo de 2010, contemporâneo ao Nova Luz, mostra-se falho ao apontar uma baixa vulnerabilidade social no local, visto que a historiografia, a cultura, a mídia, os dados censitários e as brechas do discurso hegemônico indicam o contrário. Mesmo com as sucessivas tentativas de “limpeza”, nota-se que a essência de fragilidade da região permanece, revelando que nunca houve um projeto urbano inclusivo da camada local em situação de vulnerabilidade. O urbanismo hegemônico e higienista continua a perdurar na contemporaneidade, utilizando-se de discursos enviesados na produção de cidades excludentes.

Viver à margem da sociedade formal é lidar com o preconceito, com a exclusão e com a invisibilidade advindos da sociedade e do poder público, que se materializa em agressões de cunho psicológico, simbólico e físico que, em casos extremos, resultam em homicídio. Invisibilizados social e politicamente, tornam-se perceptíveis somente aos atos repressivos do poder público e da sociedade civil.

Desse modo, tem-se a perda do sentido de pertencimento social e a falta de perspectiva quanto à própria vida, acarretando na violação dos seus direitos e na perda de autoestima. Por não estarem integrados ao mundo do trabalho formal, vivem em situação de miséria, estabelecendo uma economia solidária e sobrevivendo de reciclagem com as chamadas “carrocinhas”. Ao não fazerem parte desse mundo do trabalho, perdem a condição de cidadão, que se tornou pautada pela condição de consumidor.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAGÃO, Solange; SOUZA, Thais C. S. A cidade de São Paulo do século XIX e os cortiços de Santa Ifigênia (1893). **Revista Restauro**, São Paulo, v. 2, ed. 4, 2018. Disponível em: <<http://web.revistarestauro.com.br/a-cidade-de-sao-paulo-do-seculo-xix-e-os-corticicos-de-santa-ifigenia-1893/>>. Acesso em: 7 nov. 2022.

ASSUNÇÃO, Paulo de. A cidade de São Paulo no século XIX: ruas e pontes em transformação. **Revista on line do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, p. 1-9, 2006. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao10/materia03/texto03.pdf>>. Acesso em: 03 mai. 2022.

AZEVEDO, Roanna. Basquiat: quem foi o artista de rua que revolucionou o neoexpressionismo. **Hypeness**, 22 nov. 2022. Disponível em: <<https://www.hypeness.com.br/2021/11/basquiat-quem-foi-o-artista-de-rua-que-revolucionou-o-neoexpressionismo/>>. Acesso em: 19 ago. 2022.

BADARÓSS: Os traços e a história do 'Basquiat da cracolândia'. Direção: João Wainer. Intérprete: Cícero Rodrigues. Roteiro: Cesar Gananian. Fotografia de Carlos Ceconello, Felix Lima, Isadora Brant, João Wainer e Rodrigo Machado. São Paulo: Folha de São Paulo, 2014. *Online* (8 min.) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=oswck5DRGOw>>. Acesso em: 19 ago. 2022.

BASTOS, Sênia; SALLES, Maria do Rosário Rolfsen; BUENO, Marielys Siqueira. História urbana e hospitalidade: o Bairro de Santa Ifigênia/São Paulo. *In: V SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO*, Belo Horizonte, 2008. **Anais eletrônicos** [...]. Disponível em: <<https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/5/166.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2021.

BOCA do lixo: a Bollywood brasileira. Diretor: Daniel Camargo. Produtora: Yasmin Miranda. Brasil: Canal Brasil, 2011. *Online* (128 min.). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=U-hZfcWxgXc&t=1571s>>. Acesso em: 29 set. 2021.

BRASIL. Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Edição Extra, Brasília, 23 dez. 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm)>. Acesso em: 19 set. 2022.

BROIDE, Jorge. Direito à Cidade e Cotidiano: a população em situação de rua em tempos de pandemia – 01. Entrevistador: Fernanda Almeida. São Paulo: SESC Carmo, 2020. *Online* (24 min.). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0QwcOtKj5PQ>>. Acesso em: 21 set. 2022.

CABRAL, Luiz Otávio. Revisitando as noções de espaço, lugar, paisagem e território, sob uma perspectiva geográfica. **Revista de Ciências Humanas: EDUFSC**, Florianópolis, v. 41, ed. 1 e 2, p. 141-155, abril/outubro 2007. Disponível

em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/download/15626/14158/0>>. Acesso em: 1 nov. 2022.

CAMPOS Elíseos - História do surgimento do bairro em São Paulo / SP. Produtor e Diretor: Flávio Frederico. São Paulo: Secretarias de Educação e de Cultura da Cidade de São Paulo, 2006. *Online* (27 min.). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yNugiu0W2TU>>. Acesso em: 19 out. 2022.

CERQUEIRA, Amarantha Sá Teles de. **Evolução do Processo Social População em Situação de Rua**: um estudo sobre a pobreza, necessidades humanas e mínimos sociais. Orientador: Newton Narciso Gomes Junior. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social.) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <[https://bdm.unb.br/bitstream/10483/2573/1/2011\\_AmaranthaSaTelesdeCerqueira.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/2573/1/2011_AmaranthaSaTelesdeCerqueira.pdf)>. Acesso em: 3 mar. 2022.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**: Histórias sobre a cultura popular tradicional. 3. ed. Florianópolis: UFSC, 2007.

COPPOLA, Marcelo. Paulistanos ouvem anúncios de planos para o centro há pelo menos 40 anos. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 23 setembro 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2017/09/1920688-paulistanos-ouvem-anuncios-de-planos-para-o-centro-ha-pelo-menos-40-anos.shtml>>. Acesso em: 05 nov. 2021.

CORDEIRO, Simone Lucena. Moradia Popular Na Cidade De São Paulo: (1930-1940) – Projetos e Ambições. **Histórica**: Revista on line do Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo, abr. 2005. Disponível em: <[http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao01/materia03/moradia\\_popular.pdf](http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao01/materia03/moradia_popular.pdf)>. Acesso em: 9 nov. 2021.

CORRÊA, Vanessa Fernandes. **Ideologia e urbanismo em São Paulo**: o caso da região da Luz, 2015. Orientador: Nadia Somekh. Dissertação (Mestrado Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://dspace.mackenzie.br/handle/10899/26129>>. Acesso em: 28. set. 2021.

DESFILE de 2017 – O País da Mentira!. **Cordão da Mentira**, 31 mar. 2017. Disponível em: <<https://cordaodamentira.milharal.org/2017/03/31/881/>>. Acesso em: 29 set. 2021.

ESQUINCA, Michelle Marie Méndez. **Os deslocamentos territoriais dos adultos moradores de rua nos Bairros Sé e Republica**. Orientador: Maria Ruth Amaral de Sampaio. 2013. 254 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <[https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-15012014-141047/publico/dissertacao\\_michelle\\_original.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-15012014-141047/publico/dissertacao_michelle_original.pdf)>. Acesso em: 17 fev. 2023.

FARIA, Inajara; PITANO, Sandro de Castro. Contribuições teóricas acerca do termo cultura e suas vinculações na perspectiva da proposta freireana. *In*: VII SEMINÁRIO

DE ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS E I COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO DO CAMPO E ENSINO DE GEOGRAFIA, Pelotas, p. 291-299, 2011. **Anais eletrônicos** [...]. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/seur/article/download/5313/4034>>. Acesso em: 26 ago. 2022.

FOGAÇA, Aline Fernanda de Oliveira. **Campos Elíseos em disputa**: território, sujeitos e coletividades. Orientador: Profa. Dra. Rosangela Dias Oliveira da Paz. 2019. 132 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://sapiencia.pucsp.br/bitstream/handle/22676/2/Aline%20Fernanda%20de%20Oliveira%20Foga%C3%A7a.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2022.

FRANCO, Herta. Cinema, estigmatização territorial e história urbana: “o bandido da luz vermelha” e a Boca do Lixo em São Paulo. **Urbana**: Rev. Eletrônica Cent. Interdiscip. Estud. Cid., Campinas, v. 9, n. 16, ed. 2, p. 297-317, mai./ago. 2017. DOI 10.20396/urbana.v9i2.8648430. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/download/8648430/pdf/39992>>. Acesso em: 31 maio 2022.

FRÚGOLI JR, Heitor. **Centralidade em São Paulo**: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo: Edusp, 2000.

FRÚGOLI JR, Heitor; CAVALCANTI, Mariana. Territorialidades da(s) cracolândia(s) em São Paulo e no Rio de Janeiro. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 38, ed. 2, 2013. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=599866436005>>. Acesso em: 6 dez. 2021.

FRÚGOLI JR, Heitor; CHIZZOLINI, Bianca Barbosa. Moradias e práticas espaciais na região da Luz. **Ponto Urbe [Online]**, São Paulo, n. 11, p. 1-22, 2012. DOI 10.4000/pontourbe.1135. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/pontourbe/1135?lang=en>>. Acesso em: 12 out. 2021.

GENGHINI, Marco Aurélio Barberato. Projeto “Nova Luz” (2005-2013): intervenção na propriedade privada e participação do poder econômico na requalificação urbana por meio da concessão urbanística. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista**: UNIOESTE/MCR, Paraná, v. 13, ed. 24, p. 37-51, 1º sem. 2013. Disponível em: <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/csaemrevista/article/view/8745/7639>>. Acesso em: 1 nov. 2022.

GIANNINI, Alessandro. Cientistas identificam o que pode ser a mais antiga obra de arte do mundo: Duas crianças deixaram impressões de mãos e pés em uma superfície no Tibete, milhares de anos atrás. **Veja**, 17 set. 2021. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/ciencia/cientistas-identificam-o-que-pode-ser-a-mais-antiga-obra-de-arte-do-mundo/>>. Acesso em: 10 ago. 2022.

GITAHY, Celso. **O que é graffiti**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GUIMARÃES, Lais de Barros Monteiro. **Luz**. São Paulo: Novos Horizontes, 1977.

HOFF, Tânia Cezar; OLIVEIRA, Adriana Lima. Comunicação e consumo da cidade: entre espaços construídos e espaços vividos. **Revista Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 22, ed. 3, p. 100-119, 2019. DOI 10.29146/eco-pos.v22i3.27414. Disponível em: <[https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco\\_pos/article/view/27414](https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27414)>. Acesso em: 2 nov. 2022.

ISTO não é um cachimbo Vol. 2. Direção: Andre Okuma. Produção: Reiko Otake. Intérprete: Cícero Rodrigues. Roteiro: André Okuma. Fotografia de Reiko Otake e André Okuma. São Paulo: Coletivo 308, 2017. *Online* (26 min.). Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=aHX\\_0gNsc64](https://www.youtube.com/watch?v=aHX_0gNsc64)>. Acesso em: 19 ago. 2022.

JORGE, Clóvis de Athayde. **Santa Ifigênia**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1999.

JORGE, Clóvis de Athayde. **Santa Ifigênia**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1999.

JORNAL HOJE. Pesquisa mostra que população de rua na cidade de SP é 30% maior do que indica censo municipal; número chega a 42 mil pessoas. **G1**, São Paulo, 9 jun. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/06/09/pesquisa-mostra-que-populacao-de-rua-na-cidade-de-sp-e-30percent-maior-do-que-indica-censo-municipal-numero-chega-a-42-mil-pessoas.ghtml>>. Acesso em: 22 set. 2022.

KOHARA, Luiz. A exploração nos cortiços do Centro e a luta pelo direito de morar dignamente. *In*: KOWARICK, Lúcio; FRÚGOLI JR., Heitor. **Pluralidade Urbana em São Paulo**: vulnerabilidade, marginalidade, ativismos. São Paulo: 34, 2016. cap. Parte II - Moradia e vulnerabilidade, p. 141-170.

KOWARICK, Lúcio. Cortiços: reflexões sobre humilhação, subalternidade e movimentos sociais. *In*: KOWARICK, Lúcio; FRÚGOLI JR., Heitor. **Pluralidade Urbana em São Paulo**: vulnerabilidade, marginalidade, ativismos. São Paulo: 34, 2016. cap. Parte II - Moradia e vulnerabilidade, p. 171-196.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2011.

MARANDOLA Jr, Eduardo. Geografia Humanista: Fenomenologia. Entrevistador: Letícia Pádua. [s.l.]: Canal Descomplicado, 2018. *Online* (8 min.). Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=s\\_VgdIjSrYE&t=2s](https://www.youtube.com/watch?v=s_VgdIjSrYE&t=2s)>. Acesso em: 03 nov. 2022.

MARTINELLI, Flávia. Cícero renascido e olhares sobre um homem em percurso. **Jornalistas livres**, 4 ago. 2016. Disponível em: <<https://jornalistaslivres.org/indio-badaross-cicero-renascido/>>. Acesso em: 19 ago. 2022.

MELLO, Daniel. **Gargalhando Vitória**: Poemas da cracolândia. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2019.

MELLO, Janaína Cardoso de. São Paulo de todas as cores: cartografias socioespaciais, imigrações e circularidade de ideias em Santa Ifigênia. **MÉTIS**: história & cultura, Rio Grande do Sul, v. 13, ed. 27, p. 155-170, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/3293>>. Acesso em: 13 out. 2021.

MENESES, Ulpiano. **Os Museus e as Ambiguidades da Memória**: A Memória Traumática. Encontro Paulista de Museus - Memorial da América Latina. São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Ulpiano-Bezerra-de-Meneses.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2022.

MENTIRA, Cordão da. **Santa Efigênia e seus Pecados**. 2014. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=2dj\\_YsQ573c](https://www.youtube.com/watch?v=2dj_YsQ573c)>. Acesso em: 29 set. 2021.

MILTON Santos, pensador do Brasil. Direção e Produção: Sílvio Tendler. Rio de Janeiro: Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro, 2001. Online (96 min.). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9jOmsQ-2sg8>>. Acesso em: 29 jul. 2022.

MIRANDA, Andressa Leonor de. Pluralidade de significados espaciais e dinâmicas urbanas na “Cracolândia” paulistana”. *In*: Jornada do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Arquitetura e Urbanismo, 4., 2021, Campinas. **Anais eletrônicos** [...]. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1cNatsMo-0g4DJZnalFUmxqgaMLGgudtW/view>>. Acesso em: 02 fev. 2022.

MIRANDA, Andressa Leonor de. **Significados e Fluxos em Santa Ifigênia – SP**. Artigo elaborado para a disciplina de Cultura Urbana: memória e identidade. Campinas, 2022.

MONTANER, Josep Maria. **A modernidade superada**: arquitetura, arte e pensamento do século XX. Barcelona: Gustavo Gili, 2001.

MOSQUEIRA, Tatiana Meza. **Reabilitação da região da Luz - Centro histórico de São Paulo**: Projetos urbanos e estratégias de intervenção. Orientador: Prof. Dr. Eduardo Alberto Cusce Nobre. 2007. 190 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-28052010-113207/publico/DissertacaoProjetosLuz.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

NASSER, Marina Mattar Soukef. **No labirinto**: formas de gestão do espaço e das populações na Cracolândia. Orientador: Profa. Dra. Vera da Silva Telles. 2016. 151 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <[https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-10032017-142143/publico/2016\\_MarinaMattarSoukef\\_VOrig.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-10032017-142143/publico/2016_MarinaMattarSoukef_VOrig.pdf)>. Acesso em: 19 out. 2021.

NESBITT, Kate. **Uma nova agenda para a arquitetura**: antologia teórica 1965-1995. 2. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

NONATO, Domingos do Nascimento; RAIOL, Raimundo Wilson Gama. Invisíveis Sociais: a negação do direito à cidade à população em situação de rua. **Revista de Direito Urbanístico, Cidade e Alteridade, Curitiba**, v. 2, ed. 2, p. 81-101, jun./dez. 2016. Disponível em:

<<https://www.indexlaw.org/index.php/revistaDireitoUrbanistico/article/download/1321/1752>>. Acesso em: 21 set. 2022.

NORBERG-SCHULZ, Christian. **Genius Loci**: paysage, ambiance, architecture. Sprimont: Pierre Mardaga. 1981.

OLIVA, Jaime Tadeu; FONSECA, Fernanda Padovesi. O “modelo São Paulo”: uma descompactação antiurbanidade na gênese da metrópole. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, v. 65, p. 20-56, dez. 2016. DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i65p20-56>. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rieb/a/ypkd33LQNhj4KZXQ5Zg85vr/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

PREFEITURA não aceita tombamento. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, ano 107, n. 34.070, p. 50. 26 março 1986. Disponível em:

<<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19860326-34070-nac-0050-999-50-not/tela/fullscreen>>. Acesso em: 16 set. 2021.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **São Paulo, Vila, Cidade, Metrópole**. São Paulo: PMSP, 2004.

REIS-ALVES, Luiz Augusto dos. O conceito de lugar. *Arquitextos*, São Paulo, ano 08, n. 087.10, **Vitruvius**, ago. 2007. Disponível em:

<<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.087/225>>. Acesso em: 03 nov. 2022.

REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. **Minhas recordações**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.

RIZZO, Paula Karine. **O Quadrilátero do Pecado**: A Formação da Boca do Lixo em São Paulo na Década de 50. Orientador: Prof.a Dra. Mariza Romero. 2017. 200 p. Dissertação (Mestrado em História Socia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em:

<<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/19884/2/Paula%20Karine%20Rizzo.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2022.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

RUI, Taniele Cristina. **Corpos Abjetos**: etnografia em cenários de uso e comércio de crack. Orientador: Heloísa André Pontes. 2012. 335 p. Tese (Doutorado em

Antropologia Social) - Universidade Estadual de Campinas Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2012. Disponível em: <[http://www.neip.info/downloads/Taniele\\_Rui\\_Tese.pdf](http://www.neip.info/downloads/Taniele_Rui_Tese.pdf)>. Acesso em: 4 out. 2021.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Edusp, 2007.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SÃO PAULO, Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal do Meio Ambiente. **Estudo de Impacto Ambiental – EIA**. São Paulo, 2010. Disponível em: <[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio\\_ambiente/arquivos/nl\\_eiarima\\_vol1.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/arquivos/nl_eiarima_vol1.pdf)>. Acesso em: 15. set. 2021.

SECCHI, Bernardo. **Primeira Lição de Urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

SETO, Guilherme; AMÂNCIO, Thiago. Fiascos de gestões passadas rondam planos de Covas para centro de SP. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 28 setembro 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/09/fiascos-de-gestoes-passadas-rondam-planos-de-covas-para-centro-de-sp.shtml>>. Acesso em: 06. out. 2021.

SILVA, Brígida Crisóstomo da; LOPES, Vanessa Cristina; VIEIRA, Júlia de Paula. O direito à cidade das pessoas em situação de rua frente à pandemia da COVID-19. **SCIAS: Direitos Humanos e Educação**, Belo Horizonte, v. 4, ed. 1, p. 66-84, jan./jun. 2021. Disponível em: <<https://revista.uemg.br/index.php/sciasdireitoshumanoseducao/article/view/5483>>. Acesso em: 21 set. 2022

SILVA, Fernando Henrique de Araujo. Breve diálogo sobre o conceito de lugar a partir das correntes crítica e fenomenológica do pensamento geográfico. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Mato Grosso do Sul, v. 1, ed. 29, p. 112-124, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufms.br/index.php/RevAGB/article/view/7901>>. Acesso em: 1 nov. 2022.

SILVA, Mariana Busson Machado e; TOURINHO, Andréa de Oliveira. Lugares de memória difícil em São Paulo: reconhecimento de valor nas políticas de preservação do patrimônio cultural. **Revista arq.urb**, São Paulo, ed. 25, p. 102-122, mai./ago. 2019. Disponível em: <<https://revistaarqurb.com.br/arqurb/article/view/17/10>>. Acesso em: 19 out. 2022.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: Histórias sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOLEDO, Benedito Lima de. **São Paulo**: Três cidades em um século. 4. ed. rev. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

V FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. **Carta Mundial pelo Direito à Cidade**. 2005. Disponível em: < [https://www.right2city.org/wp-content/uploads/2019/09/A1.4\\_Carta-Mundial-do-Direito-%C3%A0-Cidade.pdf](https://www.right2city.org/wp-content/uploads/2019/09/A1.4_Carta-Mundial-do-Direito-%C3%A0-Cidade.pdf)>. Acesso em: 17 set. 2022.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Segregação e alteridade na metrópole: novas e velhas questões sobre cortiços em São Paulo. *In*: KOWARICK, Lúcio; FRÚGOLI JR., Heitor. **Pluralidade Urbana em São Paulo**: vulnerabilidade, marginalidade, ativismos. São Paulo: 34, 2016. cap. Parte II - Moradia e vulnerabilidade, p. 111-140.

VILLAÇA, Flávio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 25, n.71, p. 37-58, jan/abr. 2011.